

Cláudio Barcelos Ogando

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESIGUALDADES  
UMA ANÁLISE A PARTIR DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a obtenção do grau de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Ary Cesar Minella.

Florianópolis  
2011

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Ogando, Cláudio

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESIGUALDADES : UMA ANÁLISE À  
PARTIR DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA / Cláudio Ogando ;

orientador, Ary Minella - Florianópolis, SC, 2011.

133 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Economia Solidária. 3.  
Desigualdade Socioeconômica. 4. Nova Sociologia Econômica.
5. Análise de Redes Sociais. I. Minella, Ary. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia Política. III. Título.

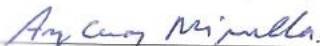


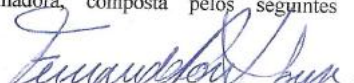
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**  
 Universidade Federal de Santa Catarina  
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
 Campus Universitário - Trindade  
 Caixa Postal 476  
 Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
 E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

**“Economia Solidária e Desigualdades: uma análise a partir da Sociologia Econômica.”**


**Cláudio Barcelos Ogando**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

  
 Prof.º. Dr.º. Ary Cesar Minella  
 Orientador

  
 Prof.º. Dr.º. Fernando Ponte de Sousa  
 Membro

  
 Prof.º. Dr.º. Armando de Melo Lisboa  
 Membro

  
 Prof. Dr. Ricardo Virgílio da Silva  
 Coordenador

FLORIANÓPOLIS, (SC) MARÇO DE 2011.

Fone (48) 3721-9253

Fax: (48) 3721-9098

<http://www.sociologia.ufsc.br/>



Este trabalho é dedicado aos meus  
professores e à minha família.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao IPEA pelo apoio em forma de bolsa.

Aos professores e funcionários do PPG de Sociologia Política da UFSC, em especial aos professores Yan Carreirão, Ricardo Silva e David Caume e às funcionárias Fátima e Albertina.

Ao professor Ary Minella, pela orientação.

Ao professor Luiz Inácio Gaiger, pelo apoio inicial.

À toda equipe do Tecnosociais da Unisinos, com quem tive oportunidade e o prazer de trabalhar.

Aos catadores e recicladores que me mostraram o verdadeiro significado de economia solidária, em especial ao Dico.

Ao meu amigo Gabriel, pela amizade de sempre.

À minha família, pelo incentivo e apoio.





Antes de estudar a arte, um soco para mim era apenas como um soco, um chute apenas como um chute.

Depois que estudei a arte, um soco não era mais um soco, um chute não era mais um chute.

Agora que compreendi a arte, um soco é apenas como um soco, um chute apenas como um chute.

Bruce Lee



## RESUMO

Esta dissertação aborda o tema da economia solidária e da desigualdade econômica. A desigualdade econômica é um tema amplamente debatido na ciência econômica e social brasileira, mas, ao mesmo tempo, um dos mais controversos. Se as desigualdades tendem sempre a se reproduzir, medidas de crescimento que não levem em conta estas próprias desigualdades sociais já existentes, como a desqualificação, ou a oportunidade, serão, ainda assim, excludentes. A economia solidária, por sua vez, é um tema que vem recebendo cada vez mais atenção, seja no campo acadêmico, seja no de políticas, principalmente desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), inserida dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003. Através da SENAES foi finalizado em 2007 o Primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária no Brasil. Os dados deste mapeamento compõem o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), primeira grande fonte de pesquisa quantitativa sobre o tema no Brasil. Como objetivo principal esta pesquisa visa oferecer uma contribuição à análise dos efeitos econômicos proporcionados pela economia solidária para reduzir os índices de desigualdade socioeconômicos no Brasil. Além disso, analisa a construção social do campo da economia solidária à partir de conceitos-chave da NSE como redes sociais, enraizamento, racionalidade, agente econômico, interesse, solidarismo. Os resultados apontam para a potencialidade da economia solidária no combate às desigualdades, tanto internamente – nas células produtivas – quanto externamente, promovendo uma parcela da população na geração de trabalho e renda. Como política pública tem efeitos positivos na diminuição das desigualdades, mesmo ainda tendo grandes desigualdades internas pelas diferentes formas de organização. Como outra economia, a economia solidária, não configura um outro mercado ou outra economia - inserindo-se dentro da economia capitalista -, mas outra forma de produção. A relação entre seus agentes dá mais como movimento, na forma de capital social e nas disputas por espaço nas esferas política, que influem, muitas vezes, nas oportunidades dos empreendimentos.

**Palavras-chave:** desigualdade socioeconômica; economia solidária; nova sociologia econômica; redes sociais.



## ABSTRACT

This thesis addresses the issue of economic solidarity and economic inequality. Economic inequality is a widely debated in the Brazilian economic and social science, but at the same time, one of the most controversial. If inequalities tend to reproduce ever, growth rates that do not take into account these very inequalities that already exist, such as disqualification, or the opportunity will still exclusive. The solidarity economy, in turn, is a topic that has received increasing attention, both in the academic field, whether in policy, especially since the creation of the National Secretary of Solidarity Economy (SENAES), inserted within the Ministry of Labour and (MTE) in 2003. The national mapping database resulted in the National Information System on Solidarity Economy (SIES), the first major source of quantitative research on the subject in Brazil. Based on previous studies this work examines the data from national mapping, addressing also the question of their internal inequalities. The main objective of this research is to provide a contribution to the analysis of economic effects provided by the social economy to reduce levels of socioeconomic inequality in Brazil. It also examines the social construction of the field of social economy from the key concepts of social networks such as NSE, rooting, rationality, economic agents, interest, solidarism. The results indicate the potential of economic solidarity in the fight against inequalities, both internally - in production cells - and externally, promoting a portion of the population in the generation of employment and income. As public policy has positive effects on reducing inequalities, even still having great internal inequalities between different forms of organization. As another economy, social economy, not set up another market or another economy - inserting themselves into the capitalist economy - but another form of production. The relationship between your staff and gives more movement in the form of capital and the disputes over the political space, which influence, often in the opportunities of the enterprises.

**Keywords:** socioeconomic inequality, social economy, new economic sociology, social networks.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Curva de Lorenz: Desigualdade no rendimento.....	47
Gráfico 2 – Grau de desigualdade de renda: coeficiente de Gini .....	48
Gráfico 3 – Grau de desigualdade da renda: razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres.....	49
Gráfico 4 – Evolução temporal de renda familiar per capita no Brasil..	51
Gráfico 5 - Porcentagem de cada faixa em relação ao total de ocupados a cada ano .....	53
Gráfico 6 – Número de EES por UF.....	71
Gráfico 7 – Ano de início do EES (1900-2005).....	74
Gráfico 8 – Principais motivos de criação dos EES.....	75
Gráfico 9 – Número de EES por faixa de remuneração .....	82
Gráfico 10 – Distribuição da remuneração mensal entre os EES.....	84





## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Segmento de participação nos resultados .....	77
Tabela 2 – Segmento de infra-estrutura .....	79
Tabela 3 – Remuneração por forma de organização .....	83



## **LISTA DE SIGLAS**

ARS: Análise de Redes Sociais  
BCD: Bancos Comunitários de Desenvolvimento  
CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CGE: Conselho Gestor Estadual  
DRT: Delegacias Regionais do Trabalho  
EAF: Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento  
EES: Empreendimento Econômico Solidário  
EGE: Equipes Gestoras Estaduais  
ES: Economia Solidária  
FBES: Fórum Brasileiro da Economia Solidária  
FSM: Fórum Social Mundial  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano  
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
TEM: Ministério do Trabalho e Emprego  
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
NSE: Nova Sociologia Econômica  
OMC: Organização Mundial do Comércio  
ONU: Organizações das Nações Unidas  
PIB: Produto Interno Bruto  
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios  
RAIS: Relação Anual de Indicadores Sociais  
SENAES: Secretária Nacional de Economia Solidária  
SICREDI: Sistema de Crédito Cooperativo  
SIES: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária  
SPSS: Statistical Package for Social Sciences  
UFBA: Universidade Federal da Bahia  
UFSC: Universidade federal de Santa Catarina  
UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>2 DESIGUALDADES.....</b>	<b>31</b>
2.1 O PRINCÍPIO DA DESIGUALDADE.....	32
2.2 ESTRATIFICAÇÃO, CLASSES E EXCLUSÃO.....	33
2.3 EQUIDADE.....	37
2.4 DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA.....	40
2.5 A DESIGUALDADE NO BRASIL.....	41
2.6 DESIGUALDADE NO BRASIL HOJE.....	43
<b>3 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>55</b>
3.1 DO CAPITALISMO AO SOLIDARISMO.....	56
3.2 UMA OUTRA FORMA SOCIAL DE PRODUÇÃO.....	60
3.3 BASE DE DADOS DA ES NO BRASIL.....	69
3.4 ANÁLISE DE DADOS DA ES NO BRASIL.....	72
3.5 DESIGUALDADES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	76
<b>4 SOCIOLOGIA ECONÔMICA.....</b>	<b>87</b>
4.1 SOCIOLOGIA ECONÔMICA CLÁSSICA.....	88
4.2 NOVA SOCIOLOGIA ECONOMICA.....	95
4.3 NSE E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	96
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>123</b>



## INTRODUÇÃO

A desigualdade econômica é um tema amplamente debatido na ciência econômica e social brasileira, mas, ao mesmo tempo, um dos mais controversos. Embora seja um tema antigo, a pergunta sobre as causas e as consequências das desigualdades e sua reprodução continuam sendo temas de pesquisa e reflexão, tanto no campo acadêmico quanto político.

Apesar dos variados enfoques, no que diz respeito à análise das desigualdades econômicas, é comum a análise de que o crescimento da economia, simplesmente, não diminui as desigualdades (BARROS, HENRIQUES & MENDONÇA, 2001; MEDEIROS, 2005; SOARES, 2006). Se as desigualdades tendem sempre a se reproduzir, medidas de crescimento que não levem em conta estas próprias desigualdades sociais já existentes, como a desqualificação, ou a oportunidade, serão, ainda assim, excludentes.

As crises estruturais do mercado de trabalho, com os agravantes de políticas sociais recessivas, causaram, ao longo das últimas décadas, processos de fragmentação dos meios de trabalho que gerou um forte quadro de desigualdade. Ao mesmo tempo em que o mercado cada vez mais alijou esta mão-de-obra, os governos que se sucederam nas últimas décadas, na parte que lhes competiriam, se distanciaram de políticas sociais ou econômicas de desenvolvimento, com políticas que, muitas vezes, minimizaram as oportunidades e as condições de emprego e corroboraram para a migração à informalidade de um grande contingente da população economicamente ativa (GAIGER, 2004).

A questão social que motivou este trabalho é exatamente a desigualdade econômica do Brasil e suas consequências. E, a partir disto, busco analisar a economia solidária e sua potencialidade para a diminuição desta desigualdade.

A partir da década de 80, através de uma atuação mobilizada por movimentos sociais, frações do sindicalismo e outras entidades civis, parte deste contingente de trabalhadores então excluídos do mercado de trabalho – por falta de oportunidade e outras formas de desigualdade – rumou na direção de soluções coletivas de empreendedorismo solidário, em associações informais, grupos de produção comunitários, cooperativas e empresas de pequeno e médio porte. A economia solidária surgiu neste contexto como uma forma de ruptura nas relações de produção estritamente capitalistas, representando a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral (GAIGER, 2003c).

A economia solidária vem recebendo atenção maior desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), inserida dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003. Através da SENAES foi finalizado em 2007 o Primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária no Brasil<sup>1</sup>. Este mapeamento é a primeira amostra que se tem, em âmbito nacional, dos empreendimentos econômicos solidários e a primeira tentativa de identificar estes empreendimentos e sua dimensão em território nacional. Os dados deste mapeamento compõem o banco nacional de dados que resultou no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), primeira grande fonte de pesquisa quantitativa sobre o tema no Brasil. Com base nas pesquisas já realizadas que seguem este eixo de análise e dados desse mapeamento, tentarei dar luz às questões pertinentes sobre o campo de abordagem do tema.

A preocupação com esta forma de articulação e produção e de alternativa de geração de renda é recente no Brasil, apesar de ocupar cada vez mais espaço na produção acadêmica. Porém, pesquisas que explorem a base de dados da economia solidária no Brasil, ainda não são muitas. Portanto, faz-se necessário explorar o assunto, com o embasamento teórico já produzido e, principalmente, com dados quantitativos concretos, tentando indicar as fragilidades e potencialidades deste meio, que trata-se de uma forma associativa que se baseia em princípios norteadores como a autogestão democrática e o trabalho cooperativo.

Nos últimos anos o Brasil registrou uma diminuição nos níveis de desigualdade. Isso ocorreu diretamente influenciado por medidas do governo que focaram nos impactos sobre a redução da pobreza e da extrema pobreza. Segundo estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (IPEA, 2007), estas melhoras foram diretamente proporcionadas por políticas assistenciais de distribuição de renda, como o Programa Fome Zero, o Bolsa-Família e as seguidas melhoras do salário mínimo. Porém, também foi verificado (SALM, 2007) que estas constantes quedas de desigualdades constatadas nos últimos anos, deram uma estagnada no declínio e mantiveram-se no mesmo nível. Isto porque, segundo esse estudo, tanto as políticas públicas assistenciais quanto a atualização do salário mínimo atingiram seus limites de abrangência de benefício. Neste sentido, cabe analisar se a economia solidária, além de medidas assistenciais, como política pública de

---

<sup>1</sup> O segundo Mapeamento Nacional será disponibilizado no segundo semestre de 2011



geração de trabalho e renda, tem atributos que permitem reconhecê-la como um meio eficaz – ou não – na queda da desigualdade no Brasil.

Se, como afirma Medeiros (2005), a renda pelo trabalho é aquela que estruturalmente melhor combate a desigualdade econômica, dentro desta perspectiva a economia solidária tem a possibilidade de trazer aqueles que estão na classe da pobreza para a classe da massa trabalhadora. Por outro lado, além de apontar para um investimento no trabalho e geração de renda, estimula também a participação e o protagonismo de um contingente excluído do mercado formal de trabalho, gerando assim condições internas para a oportunidade de trabalho e qualificação. A igualdade, em tese, tende a se firmar desde seu início, no interior da célula produtiva.

Como hipóteses, analiso como este setor, desde sua origem, tende a calcar-se em outra lógica em que, a partir de seu princípio, os meios que levam à desigualdade econômica são combatidos. Além disso, procuro também refletir sobre a possibilidade de a economia solidária, enquanto política pública de geração de trabalho e renda, além das políticas assistências, levantar uma parcela da população muitas vezes localizada perto da linha da pobreza a um nível melhor na pirâmide da desigualdade.

Para tal análise divido o trabalho em duas formas de abordagem. Na primeira avaliarei a economia solidária através do mapeamento nacional de economia solidária. A partir desta base darei um panorama geral da economia solidária e avaliarei a desigualdade dentro dessa forma de produção e a hipótese de estas desigualdades serem combatidas desde seu princípio, no interior das células produtivas: os empreendimentos. Esta base permitirá uma visão geral da população estudada e, também, delimitar as características da economia solidária e o campo a ser estudado. Neste momento farei uso, principalmente, de uma análise quantitativa e de recursos estatísticos. Para isso farei uso de estudos do IPEA e de outros autores sobre a temática da desigualdade e formas de diminuição desta realidade.

Em um segundo momento avalio a economia solidária a partir da teoria da Nova Sociologia Econômica. Busco nesta etapa avaliar como se configura as redes sociais de produção, o consumo, troca, atuação política, formação e comercialização dentro da economia solidária e sua lógica. E, a partir disto, como se dão as novas formas de construção e reconstrução da economia solidária, principalmente a partir do trabalho cooperativo e solidário.

Sob a perspectiva do enraizamento e das redes solidárias, a hipótese levantada é a da diminuição das desigualdades através das

relações estabelecidas pela imbricação entre o social e o econômico e a formação de redes de solidarismo, permitindo uma redistribuição interna entre empreendimentos através das relações entre os próprios agentes.

A questão central desta pesquisa é: quais as potencialidades da economia solidária para a redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil, como forma de inclusão produtiva, enquanto geradora de trabalho e renda?

A remuneração pelo trabalho é a principal causa da desigualdade no Brasil, conforme os autores estudados nesta dissertação, e as correções de desigualdade econômica são efetivas quando, cada vez mais, uma parcela maior da população tem acesso à renda através do trabalho, seja pelo emprego ou outras formas de inclusão produtiva. Por isso, é preciso mudar o ponto de vista. Medidas que cessem com a reprodução das desigualdades precisam, também, ter como ponto de partida acionar o protagonismo dos pobres que muitas vezes não possuem educação e oportunidades suficientes para inserirem-se no mercado de trabalho. Só assim medidas que seriam meramente assistenciais se tornarão eficazes.

Assim como a reprodução das desigualdades se reproduz pelas oportunidades e pelo sentimento de incapacidade, o protagonismo destes agentes desperta a capacidade de se tornarem sujeitos econômicos capazes de reterem para si seu ganho e construir um capital que lhes possa conferir a garantia de seus direitos. Porém, se esta oportunidade não for dada, dificilmente se conseguirá sair do círculo vicioso ao qual sempre foram empurrados os indivíduos em fragilidade social no Brasil.

Se medidas assistenciais foram de caráter emergencial, investir no trabalho para trabalhadores sem oportunidade de emprego, pelas próprias causas reprodutivas das desigualdades, é um próximo passo a ser dado. Neste cenário, a economia solidária surge como uma das formas viáveis de continuação da queda da desigualdade, direcionados aqueles mais necessitados, como política pública de inclusão produtiva.

Com relação a opção teórica de abordagem pela Nova Sociologia Econômica, isso se deu em razão de seu ineditismo na abordagem deste objeto. A grande maioria dos trabalhos sobre economia solidária abordam-na, geralmente, como uma subcategoria da Sociologia do Trabalho, usando todos os seus elementos para análise. Este é o primeiro ponto. O segundo é o fato de que, a partir daí, estes trabalhos costumam abordar a consequência desta forma de trabalho autogestionário e cooperativo para o grupo ou indivíduo. Os que ainda tentam analisar a ação econômica dentro da economia solidária o fazem a partir de conceitos exclusivamente de solidariedade ou dádiva, de caráter moral –

o que tem suas aplicações, mas não é única razão. E é esta questão da ação e fim que autores como Weber e os que o seguiram dentro da Nova Sociologia Econômica trazem.

Este trabalho pode ser dividido em três grandes partes: Desigualdades, Economia Solidária e Nova Sociologia Econômica. Cada uma destas partes são um capítulo que compõem o trabalho, além desta introdução e das considerações finais. Preferi dividir em três grandes capítulos, com um número maior de subcapítulos, devido a abrangência das temáticas e relacioná-los entre si.

No primeiro capítulo temático, sobre desigualdades, abordo primeiramente estudos sobre o tema de um modo geral, detendo-me em um segundo momento na desigualdade econômica, mais precisamente de renda – que é a principal causa da desigualdade econômica segundo Medeiros (2005) e outros autores abordados. A partir da análise da desigualdade econômica, abordo a questão utilizando principalmente a bibliografia do IPEA<sup>2</sup>. A desigualdade neste caso é a questão social, e o “pano de fundo” em função do qual o objeto a ser analisado se presta.

No segundo capítulo temático, sobre a economia solidária, abordo aquele que é o objeto da pesquisa. Não por acaso este é o capítulo do meio e a “espinha dorsal” do trabalho, ligando o primeiro ao terceiro. Neste capítulo, além dos conceitos sobre economia solidária, exploro a base de dados e analiso as desigualdades internas aos empreendimentos e à economia solidária como um todo. Neste capítulo utilizo-me exclusivamente da base de dados do mapeamento nacional de empreendimentos solidários para a análise. Para isto levanto duas hipóteses para análise: a) desigualdade entre trabalhadores de um mesmo empreendimento econômico solidário e b) desigualdade entre trabalhadores da economia solidária de diferentes empreendimentos.

A base de dados dos empreendimentos de economia solidária, conhecida como SIES (Sistema de Informação de Economia Solidária), como já dito, procurou identificar os empreendimentos em todo o Brasil. No capítulo específico explico mais detalhadamente o processo de entrevista e validação dos dados. Por ora, cabe informar que inicialmente os dados utilizados seriam os do ano de 2010, porém estes dados não puderam ser disponibilizados a tempo, então trabalhou-se com os dados de 2007, atualizando os valores nas comparações em relação ao salário mínimo. Os dados foram processados e examinados

---

<sup>2</sup> Esta pesquisa foi incentivada pelo IPEA através da bolsa de mestrado e está inscrito dentro da linha de pesquisa de geração de trabalho e renda deste instituto.

com o software estatístico de banco de dados SPSS (Statistical Package for Social Sciences).

É preciso ressaltar também, de início, que participei desta coleta de dados como coordenador do estado do Rio Grande do Sul, o que permitiu ter uma melhor ideia das dificuldades de determinação do que é e do que não é economia solidária, das limitações do mapeamento em não ser um censo, mas uma amostragem, por mais ampla que seja, mas também da consistência do questionário, uma vez identificado o empreendimento. Todos estes pontos serão abordados no capítulo específico.

No terceiro e último capítulo temático, sobre Sociologia Econômica, trago a teoria proposta para análise para além da abordagem estatística e econométrica. Este é o momento em que vinculo a questão social (desigualdade) e o objeto (economia solidária) à teoria, advinda do meu mestrado, da linha de pesquisa em Sociologia Econômica.

Além da teoria naturalmente utilizada para a abordagem do tema, a NSE traz alguns elementos importantes tanto para uma abordagem de algo que se propõe ser uma economia também baseada nos laços sociais. A *Nova Sociologia Econômica* vem na contramão da visão economicista buscando observar como a Economia se configurava como um fato e uma instituição social, considerando fatos econômicos como *fatos sociais*. Para isso, utilizo o conceito de enraizamento, ou imbricação (*embeddedness*), da economia na vida social. Partindo desta ideia faço também uma breve análise da economia solidária a partir do enfoque das redes sociais.

Utilizei-me nesta etapa de pesquisa da observação participante. Participei de diversos fóruns, feiras e todas as esferas de atuação e construção da economia solidária, como movimento, como política pública, como formação e como empreendimento. Traço a partir daí um desenho das redes sociais presentes neste campo. Por trabalhar no meio da economia solidária procurei ao máximo utilizar disto para me inserir, mas também tentando ao máximo possível manter a atividade de pesquisador separada da de alguém que atua no meio.

Buscarei detectar alguns atores existentes no mercado da economia solidária e averiguar a força dessa rede para o desenvolvimento destes empreendimentos dentro do contexto analisado. Esta análise permitirá identificar estas redes, mapear as ligações entre os seus agentes e tentar verificar pontos fortes e fracos da rede da economia solidária como um todo.

Uma das grandes vantagens da visão de redes é o fato de constituir uma ferramenta flexível por meio da qual se pode lidar com

um número considerável de fenômenos sociais. Dentro deste contexto, as redes sociais representam uma alternativa para problemas enfrentados pela teoria estrutural. A análise de redes proporciona legitimidade através de laços realmente existentes, relações concretas e não somente categorias.

A economia solidária, ou os desafios que esta apresenta, são uma boa perspectiva para analisar as relações econômicas e sociais dentro do próprio capitalismo, por propor um outro arranjo produtivo e de mercado. Na prática, esta se desenvolve de outra forma muitas vezes, parcialmente solidária (por exemplo, solidária na produção, mas não na comercialização; ou internamente, mas não externamente, com outros empreendimentos, onde há a concorrência normal). Mas propõe, sem dúvida, uma outra perspectiva, tanto para uma forma de organização interna distinta, quanto por outra lógica de mercado em um nível mais restrito.

Se a economia solidária, como tantas pesquisas afirmam, funda-se em uma formação baseada em rede (SINGER, 2000), é importante avaliar como se configuram estas redes sociais de atuação política, dentro da economia solidária e sua lógica. E, a partir disto, como se dão às novas formas de construção e reconstrução de “uma outra economia”, que se baseia a partir do trabalho associativo.



## 2 DESIGUALDADES

Este capítulo tem como objetivo abordar a questão social de análise que permeia todo o trabalho: a desigualdade, mais especificamente a desigualdade socioeconômica. Para isso, esse capítulo é dividido em seis subcapítulos.

No primeiro subcapítulo, que chamarei de seção, será abordado o conceito geral de desigualdade, alguns de seus referenciais teóricos desde os clássicos, além das formas de abordagem desta temática. A partir de uma visão geral das desigualdades, especifico aquela a ser considerada neste trabalho: a desigualdade socioeconômica.

Na segunda seção, abordo a estratificação, a questão de classes e o conceito de exclusão. Quando se fala em desigualdade econômica geralmente leva-se em conta a divisão de classes, cujo principal referencial teórico é Marx, e a estratificação em camadas sociais, geralmente utilizada em estudos econômicos. A exclusão, neste caso, deve ser entendida como o caso extremo de desigualdade no nível da pobreza.

Na terceira seção deste capítulo, abordo o conceito de equidade. Isto porque, para melhor entendermos a desigualdade, o conceito de equidade em oposição, como contraste à desigualdade, é bastante útil. Para isso utilizo o autor Amartya Sen e seu estudo *A desigualdade reexaminada* (2001), que propõe uma outra leitura além da desigualdade simplesmente medida pela renda, mas pela condição de vida e de capacidade. Esta visão relaciona-se também com a análise proposta pela Nova Sociologia Econômica, como veremos. Além disso, abordo sua principal referência, o autor John Rawls, que propõe o princípio da reparação como forma de combate às desigualdades.

Na quarta seção começo a tratar diretamente sobre alguns autores – clássicos e contemporâneos – que analisam, especificamente, a desigualdade socioeconômica e suas formas de abordagem. No quinto capítulo começo a me deter mais sobre a questão brasileira e abordo um pouco do histórico do Brasil e da formação de suas desigualdades.

Na última seção deste capítulo analiso, finalmente, as desigualdades econômicas atuais no Brasil e algumas questões levantadas por alguns estudos – em especial do IPEA – sobre as razões da recente queda de desigualdade de renda no país. A partir disto vínculo com a economia solidária, tema do próximo capítulo.

## 2.1 O PRINCÍPIO DA DESIGUALDADE

De acordo com Dahrendorf (1977), foi Rousseau quem formulou as primeiras proposições válidas para o que se pretende entender por desigualdades. Segundo Rousseau (1973), na espécie humana, haviam dois tipos de desigualdade: a que ele chamou de “natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma”; e a outra, a que ele chamou de “desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles” (1973, p.243).

Rousseau resume as desigualdades em três proposições fundamentais: 1) as desigualdades resultam essencialmente de mecanismos de mercado cuja natureza varia de uma sociedade para a outra, mas que estão presentes em toda sociedade; 2) as desigualdades tendem a acumular-se; 3) se quiser um contrato social viável, a autoridade pública deve fazer de tal modo que “os ricos não sejam muito ricos e os pobres muito pobres, mas, ao mesmo tempo, não se deve ter ilusões quanto aos limites das políticas de igualdade”. Para esse autor, o dinheiro e a mercadoria são as concretizações mais puras do sistema comum de medidas. Por via deles, o trabalho, o salário, os riscos e os danos são facilmente mensuráveis e comparáveis. Sendo assim, a forma mais explícita, e também a mais bruta desigualdade, é a econômica.

No sistema capitalista desenvolveu-se a forma de desigualdade estabelecida pela forma econômica, que se dá mais especificamente pelas formas de acesso ao capital e, por conseguinte, aos meios de produção. Este processo de separação social resulta na estratificação em forma de classes. O conceito de desigualdade estabelecido pela forma econômica vem sendo estudado desde a Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo, a partir dos socialistas utópicos. Desde a consolidação do sistema capitalista caracterizado pela acumulação de capital e o trabalho assalariado, com a Revolução Industrial em fins do século XVIII, se vêm pensando no problema das desigualdades econômicas. Esta época proporcionou uma nova forma de desigualdade, mas também uma nova forma de visão desta, proporcionada por uma visão política concebida a partir dos princípios de igualdade da Revolução Francesa.



Dentre aqueles que se propõem a discutir as saídas para o capitalismo, desde seu início, existem, de acordo com Dahrendorf (1977), dois tipos: os analíticos e os utópicos. Os analíticos propõem mudanças estruturais no sistema de política econômica, através de medidas que atenuem as desigualdades. Os utópicos acreditam que uma mudança de ética produz um efeito em que se mudam as relações sociais de troca e o sistema como um todo, historicamente. É válida a abordagem pela necessidade de uma mudança da ética nas relações econômicas e de consumo, uma vez que a ética que se construiu ao longo da história a maximiza o lucro individual, seja pela exploração do homem (mais-valia), seja pela exploração em relação ao meio.

## 2.2 ESTRATIFICAÇÃO, CLASSES E EXCLUSÃO

A análise entre as desigualdades econômicas surgiu como uma análise comparativa simples, entre os ricos e os pobres, como vimos em Rousseau. Marx (2008), por sua vez, separou esta diferença entre classes, atribuindo, de comum aos membros de cada uma, a forma de acesso aos meios de produção. A forma de abordagem da desigualdade não necessariamente precisa se apoiar neste viés estrutural, mas também não pode fugir desta abordagem, principalmente levando-se em conta a forma brasileira de desigualdade. Propor-se a estudar a desigualdade socioeconômica é estudar de um lado a pobreza, e do outro, na mesma sociedade, a concentração de renda.

Abordar a noção de estratificação e classe é importante, porque além de levantar conceitos preciosos para a análise da desigualdade socioeconômica, fornece elementos para uma eventual abordagem da economia solidária como classe, levando em conta tanto o conceito de Marx como, mais recentemente, novas teorias de consciência de classe, como em Bourdieu (1988), que aborda a economia das trocas simbólicas.

Para Davis e Moore (*apud* DAHRENDORF, 1977) haverão desigualdades em qualquer sociedade onde houver a divisão social do trabalho. De acordo com Giddens (2005) a estratificação pode ser definida como as desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas. Ainda segundo o autor, pode-se definir uma classe como um agrupamento, em larga escala, de pessoas que compartilham recursos econômicos em comum, os quais influenciam profundamente o tipo de estilo de vida que podem levar. Para o autor, a posse de riquezas e a profissão são as bases principais das diferenças de classe. As classes dependem de diferenças econômicas entre

agrupamento de indivíduos e a desigualdade na posse e no controle de recursos materiais.

Segundo Vila Nova (1982), existem duas grandes correntes que analisam a estratificação social. A primeira corrente seria a do equilíbrio, derivada da concepção de sociedade de Durkheim (funcionalismo), e a segunda seria a de Marx da corrente derivada da concepção de sociedade do conflito (materialismo-histórico). Para a primeira corrente o estudo das desigualdades é apenas mais uma das sociologias especiais (como a da religião, a da educação ou da família), sendo que as tensões e conflitos são problemas sociológicos de menor importância, uma vez que os sistemas sociais tendem inevitavelmente ao equilíbrio.

Para a corrente da sociedade do conflito, o equilíbrio social não existe, uma vez que resulta na dominação dos grupos sociais mais fortes sobre os mais fracos. Para essa corrente o natural da sociedade é a mudança e não a estabilidade. E o conflito entre as classes é a forma de transformação social. Sendo assim, para a corrente marxista, o estudo das desigualdades, da exploração, da estratificação, da dominação chega a confundir-se com o estudo de toda a sociedade. Desse modo, para ambas teorias não é a importância do estudo das desigualdades na sociedade que tomam dimensões diferentes é o estudo do funcionamento da sociedade em si.

Para Wright (1997), há três dimensões de controle sobre os recursos econômicos na produção capitalista moderna, as quais nos permitem identificar as principais classes existentes: a) o controle sobre os investimentos ou o capital em dinheiro; b) o controle sobre os meios físicos de produção (terra ou fábricas e escritórios) e c) o controle sobre a mão-de-obra. Quem pertence à classe capitalista exerce controle sobre cada uma dessas dimensões no sistema de produção. Os membros da classe trabalhadora, no sistema capitalista, não controlam nenhuma delas.

Para Vila Nova (1982, p.26), se o status legal e social das pessoas sofresse um processo de nivelamento que tenderia, aparentemente, à igualdade completa de status, os conceitos de estratificação social e de estrutura de classes tenderiam a perder o sentido. Para este autor, onde quer que exista vida social entre os homens, onde quer que houverem relações sociais – na vida familiar, no interior das chamadas organizações formais, por exemplo –, existirá algum tipo de desigualdade. Mas só há estratificação social quando a distribuição desigual e institucionalizada da riqueza, do prestígio e do poder tem como consequência a formação de extensos setores com grandes

diferenças. Para o autor, do ponto de vista de uma estrutura social operante, haverá um certo mínimo de desigualdades que não serão toleradas em hipótese alguma pelas tendências igualitárias.

Segundo Antunes (2004), a classe pode ser considerada e dividida em “frações de classe”, identificando as diferentes vinculações do capital (mercantil, industrial, bancário), assim como da própria classe trabalhadora (proletariado industrial, comércio, trabalhadores rurais etc.) sem perder de vista a relação com os meios de produção como o principal determinante de uma classe.

A noção de classe, mais do que renda ou consciência, não pode abandonar o conceito de relação com meios de produção. O conceito de classe não se satisfaz por relações simplesmente de luta de grupos sociais, relacionados por etnia ou gênero, mesmo que estes influam como fator secundário na desigualdade frente ao acesso à renda e emprego. Antunes traz a concepção de “classe-que-vive-do-trabalho” para demonstrar essa relação com os meios de produção, mostrando os diferentes rendimentos como elemento que expressam as classes: renda da terra, salário e lucro.

Medeiros porém, adota outra forma de análise. O que ele defende é que mais do que a renda pela terra e pelo lucro, o fator que mais influi na grande desigualdade no Brasil, é a renda proveniente do trabalho. O autor demonstra que, para alguns, a educação e as oportunidades, são mais reproduzidas do que o próprio capital, e é o que faz estes indivíduos inserirem-se em posições altas da hierarquia do modo de produção capitalista. Enquanto outros são restritos a serem mão-de-obra barata para produção, ou mesmo excluídos do mercado de trabalho. A “situação de classe” dos indivíduos está fundamentalmente relacionada a sua posição no processo de produção capitalista.

Ainda segundo o autor, ocorre o remodelamento do que antes seria o capitalista dono dos meios de produção, em capitalista dono de capital cultural e simbólico (BOURDIEU, 2004), proporcionando, respectivamente, qualificação e oportunidade de acesso para a gerência de meios de produção. O que se quer dizer com isto é que a herança tem muito mais um papel na transmissão intergeracional na situação de classe do que na própria reprodução deste capital, que é a concepção original de Marx.

O autor em sua análise adota uma visão mais weberiana, ao defender que a situação de classe está relacionada a oportunidades de vida abertas aos indivíduos de um mesmo grupo. A situação de classe para ele ainda é uma situação de mercado, mas pode ser influenciada por outros fatores. Como diz Weber, os indivíduos mais ricos podem

pertencer às “classes proprietárias positivamente privilegiadas”, formadas tipicamente por rentistas, e às “classes aquisitivas positivamente privilegiadas”, compostas por empresários e, em certas circunstâncias, profissionais liberais e trabalhadores altamente qualificados.

Para Medeiros, nestas novas formas de análise o mais importante para a classificação dos indivíduos nas diferentes classes não é mais a relação das pessoas com os meios de produção, mas a relação que um indivíduo possui com os demais no processo de produção. Ou seja, não apenas a deter propriedade dos meios de produção, mas o conhecimento formal (jurídica, educacional, técnica) para o controle dos meios de produção.

A exclusão, dentro desta perspectiva, seria a consequência máxima desta desigualdade de acesso às oportunidades, que ocorre em uma sociedade que tende a ser cada vez mais periférica. A exclusão, segundo Castel (1999), “se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais”. A pessoa que está fora desta posição perde a função de sujeito, de agente. De acordo com a ATD-Quart Monde, órgão internacional que trata de populações em condição de extrema pobreza, esta população é formada por “pessoas que estiveram à margem da sociedade, nunca entraram nos circuitos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivem entre si e se reproduzem de geração em geração, etc” (Castel, pg.68).

Castel expõe este conceito para trabalhar com a situação da “nova pobreza”, forma de exclusão encontrada em países em desenvolvimento. “Ao se restituir a realidade sociológica do mendigo válido ou do vagabundo, percebe-se que eles não representam, na maioria dos casos, senão o ponto extremo de uma vulnerabilidade de massa que afeta grandes camadas populares.” (pg.69). Para ele, porém, existe uma margem ampla daqueles considerados em vulnerabilidade social.

Assim é a situação vulnerável de quem vive de um trabalho precário, ou que ocupa uma moradia de onde pode ser expulso se não cumprir com seus compromissos. Frequentemente mesmo aquele que está em situação de risco, poderia parecer perfeitamente integrado graças a um trabalho estável e a uma boa qualificação profissional, mas uma dispensa do trabalho fez com que perdesse essas proteções. (...) o ponto essencial é que hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de “exclusão”. (CASTEL; p.70)

Esta tendência muitas vezes atua como uma força centrífuga, empurrando para fora aqueles menos favorecidos, pertencentes às classes mais vulneráveis. Estas são desigualdades que tendem a aumentar, fazendo com que as oportunidades sejam dadas, sempre, aqueles em melhores condições. É a lógica para legitimar a desigualdade a partir do “merecimento” e da “justiça”. Resta saber apenas o que é justo.

## 2.3 EQUIDADE

Jonh Rawls (2000) aborda a questão da desigualdade econômica a partir de uma analítica proposição de justiça e entende a desigualdade como contrário à justiça. A base da sociedade justa de Rawls pode ser resumida na “justiça como equidade”, título de sua principal obra.

O autor constrói um argumento de como pensar a desigualdade não pela ótica utilitarista, que é como se pensa na raiz a lei e a legitimação da sociedade contemporânea. Legitimam-se aqueles grupos mais preparados, não por se fazer justiça pensando-se na sociedade como um todo, mas de se fazer justiça pensando a sociedade a partir dos grupos de pressão e articulação mais influentes.

Indo além, pode-se pensar que até mesmo as ciências sociais pensam a partir do conceito de legitimação, do que é socialmente legítimo ou reconhecível, e não do justo de fato ou igualitário na essência. O grupo mais próspero ou mais influente agregará mais benefícios, recaindo na proposição original de Rousseau de que “as desigualdades tendem a acumular-se”. “É a visão segundo a qual o princípio da utilidade é o princípio correto para a concepção pública da justiça de uma sociedade”. (RAWLS, p.98)

Rawls propõe um “tipo ideal” da justiça social, ou seja, sustentada teoricamente. Esta sociedade, de acordo com ele, seria uma sociedade de regime de democracia constitucional, para ele a forma mais justa de sociedade. Dentro dela é natural a diferença enquanto diversidade. De acordo com Zambam (2004), estudioso da filosofia de Rawls, “a negação das desigualdades descontextualiza qualquer proposição que tenha como pretensão a organização social justa”. (pg. 98).

O eixo central de Rawls é o de que a sociedade é um sistema de cooperação para a vantagem de todos, e é neste preceito que deve calcar-se a formulação do contrato social. “Pertencer a um grupo cooperativo caracteriza-nos como sujeitos que tem obrigações morais

porque capazes de cooperação e co-responsáveis para com os menos favorecidos” (ZAMBAM, p.105).

Rawls defende o princípio da reparação. Enquanto a dívida é o princípio do desprendimento com retorno em forma de relação social, a reparação vai além e é a justiça instituída, com um contrato social comum para este entendimento. Rawls defende que “a justiça é a virtude primeira das instituições sociais, tal como a verdade o é para os sistemas de pensamento” (RAWLS, p.48). Para o autor, ao contrário de legitimar as desigualdades, as leis e instituições, se não forem eficazes e bem concebidas, devem ser reformadas ou abolidas.

Se Rousseau situa o homem no estado da natureza para fazer sua análise, definindo a igualdade na concepção do contrato social e remetendo ao conceito original do termo, Rawls parte das sociedades modernas democrático-liberais. Para Rawls, as sociedades existentes raramente são justas, ou igualitárias, uma vez que aquilo que determina o que é justo ou injusto também é objeto de disputa. Rousseau diz o mesmo quando afirma que os favorecidos foram obrigados a fazer leis que mantivessem aquele estado como o de direito.

Rawls defende a concepção de justiça como equidade, opondo-se à concepção utilitarista, por ele considerada demasiado limitada no que se refere aos fins alcançados. Medeiros (2006) reforça a ideia de Rawls ao afirmar que:

os pilares mais importantes de seu igualitarismo são, primeiro, a ideia de que pessoa alguma merece as capacidades e talentos que possui e, portanto, ninguém merece que a sociedade o premie ou o castigue por tais questões circunstanciais. Ao contrario, é justo que os mais talentosos ponham seus talentos a serviço dos menos talentosos, pois as diferenças que se justificam são as que favorecem os mais fracos (p.60).

Esta regra distributiva que leva em conta as desigualdades para a compensação dos “mais fracos” é conhecida como *leximin*. De acordo com esta regra deve-se igualar aquele em posição inferior na condição de desigualdade àquele na segunda posição mais desfavorecida, estes dois ao terceiro e assim por diante. Esta regra avalia para quem devem ir as medidas de redução de desigualdades. Medeiros (2006), seguindo esta linha de pensamento em sua análise, toma como ponto de partida a equalização através dos recursos a partir da ponta de cima da pirâmide.

A regra de *leximin* foge da visão dos igualitaristas conservadores que propõem igualdades de condições, que em termos concretos são simplesmente reprodutores do *status quo* e não corretivos, permitindo apenas que não aumentem tais desigualdades já encontradas. Este princípio de igualdade de Rawls vem dominando boa parte da discussão sobre igualdade, distribuição e justiça econômica nas Ciências Sociais, de acordo com Medeiros.

Seguindo neste prisma o economista Amartya Sen (2001), partindo da noção de Rawls e discutindo com ela em seu trabalho, traz uma contribuição interessante em que afirmar que:

Ver a disputa como entre aqueles “a favor da” e aqueles “contra a” igualdade (como o problema é freqüentemente exposto na literatura) é esquecer algo central para o assunto. Todos eles são “igualitaristas” de alguma forma essencial – o que é crucial para sua própria abordagem particular. Não somente os “igualitaristas de renda” de fato exigem rendas iguais, e “igualitaristas de bem-estar” pedem níveis iguais de bem-estar, mas também os utilitaristas clássicos insistem sobre pesos iguais para as utilidades de todos, e libertários puros exigem igualdade com respeito a uma classe inteira de direitos e liberdade (SEN; 2001, p. 21)

Sen leva em conta não somente a forma de desigualdade de qualidade de vida, mas também da desigualdade da capacidade de obtenção de qualidade de vida. Para o autor, a compreensão e atenuação do problema da desigualdade podem ser ambas ajudadas pela consideração explícita da relação entre as privações em diferentes espaços, especialmente entre as rendas e a capacidade para levar vidas seguras e recompensadoras (p.39).

Nesta perspectiva, de acordo com Sen, para analisar as desigualdades é preciso abandonar a metodologia de comparar exclusivamente as desigualdades de renda e analisar pelo critério de capacidades (*capabilities*) e a privação destas capacidades que possibilitam estas pessoas de participarem da forma social de trabalho e trocas sociais simbólicas (BOURDIEU, 2004). “A capacidade é um tipo de liberdade, a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos”. (*funcionings*) (2000, p.95).

## 2.4 DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA

O debate e a literatura sobre desigualdades apresentam diversas formas de abordagem, focando em diferentes aspectos de causas e conseqüências, ou por diversos pontos de vista. Mesmo pela perspectiva estritamente econômica, esta análise se apresenta sob vários vieses e critérios. Algumas análises levam em conta estritamente a distribuição de renda ou análise macroeconômicas, relativas ao PIB e emprego. Em outros casos levam-se em conta as divisões por classes e, a partir disto o acesso às oportunidades, como educação e acesso ao trabalho, até a relação com critérios indiretos, mas ainda determinantes, desta desigualdade econômica como raça e gênero. Algumas vezes, as formas de análise da desigualdade econômica se voltam àquilo que seriam, na verdade, os aspectos das conseqüências geradas por estas desigualdades econômicas: as desigualdades sociais e políticas.

De acordo com Vila Nova (1982), existem três formas de abordar a desigualdade. Uma delas é aquela que atribui à desigualdade econômica a razão das demais formas de desigualdade – sendo a social sua principal conseqüência. A segunda teoria seria aquela que atribui às outras formas de desigualdades – a política e a social – a causa das desigualdades econômicas. E o terceiro tipo seria uma perspectiva funcionalista, em que ambos se interagem tendendo a um equilíbrio – ou uma resultante – da sociedade.

Na literatura das ciências sociais a desigualdade, de uma maneira geral, apresenta-se de diversas formas: desigualdade relativizada; a desigualdade no sentido antropológico, que aborda o conceito de desigualdade como forma de identidade, formado por relações de cultura, etnia ou gênero. Neste caso é importante diferir desigualdade de diferença em termos de conceitos sociológicos<sup>3</sup>. E há a abordagem da desigualdade no espectro socioeconômico, já citada, e que aborda conceitos como pobreza, riqueza, exclusão, mobilidade, classe e estratificação.

Dentre alguns sociólogos mais contemporâneos, os conceitos com os quais trabalham não chegam a trazer as categorias de análise necessárias para entendermos a desigualdade do terceiro mundo, em especial do Brasil. Pois estes autores não chegam a tratar a pobreza estrutural enquanto uma construção histórica que favorece a reprodução destas condições de desvantagens sociais. Nestes casos as razões

---

<sup>3</sup> Para este assunto ver PIERUCCI (1998).



pessoais, ou de status e partido, são mais freqüentes para a explicação da mobilidade intra e intergeracional do que o conflito, a estratificação e a exclusão. São os casos de autores como Giddens (2005).

Partindo então para a literatura sobre desigualdades dos países em desenvolvimento, há aqueles que abordam a temática através de uma visão interna da formação das desigualdades econômicas brasileiras, como Faoro (1987) – mais no campo político e social – e Furtado (2003). Outros direcionam o foco da condição de desigualdades em relação à divisão mundial do trabalho, atribuindo a estes países em desenvolvimento a posição de economia periférica (CARDOSO & FALETTO, 2004 e AMIN, 1973), que já parte de uma condição desigual. Sendo assim, a relação de desigualdade já começaria na condição em que o país se apresenta na economia mundial e, por conseguinte, nas oportunidades internas de trabalho que esta situação gera. Porém, mesmo dentro de uma economia periférica, a distribuição de riqueza pode ser de extrema desigualdade ou nem tanto.

Estudos clássicos de sociólogos que abordam as sociedades dos países em desenvolvimento o abordam sobre a perspectiva de classes, como nos casos de Florestan Fernandes (1976) ou Caio Prado Junior (1972), fazendo uma “tradução” da teoria marxista para o Brasil. Esta visão dominou grande parte da literatura sociológica brasileira do período.

Por fim, há aqueles – os quais predominam os economistas – que abordam a questão através de levantamentos de dados que proporcionem uma visão quantitativa de cenários atuais, não levando tanto em conta – pelo próprio objeto de estudo – formações estruturais no sistema de distribuição, ou pelo menos não dedicam um maior tempo neste ponto. Um dos bons exemplos atuais desta abordagem da conjuntura atual, e que também é uma das principais fontes do presente trabalho, são os estudos dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

## 2.5 A DESIGUALDADE NO BRASIL

Para entendermos, portanto, a desigualdade brasileira é preciso entender as raízes desta desigualdade e como ela se formou estruturalmente e se naturalizou desde sua origem. De acordo com Castel (1999), essa é a questão social fundante dos países latino-americanos, que permanece vigendo sob formas variáveis nesses 500 anos do descobrimento aos nossos dias. Este formato de organização

social centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos de um modo geral.

Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais.

A exclusão social torna-se, desta forma, segregação. A condição do indivíduo em relação ao outro dentro da mesma sociedade não só é apenas desigual ou diferente, mas torna-se problema quando o outro é considerado como “não-semelhante”, um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano. Em casos extremos, a possibilidade de uma mobilidade social instituída desta forma é tão difícil quando a estabelecida em forma de casta.

De acordo com Faoro (1987), o pensamento político brasileiro se desenvolveu não como uma construção de nossa sociedade, mas como uma extensão do pensamento político português. O pensamento político português, segundo Faoro, poderia ser considerado como o que de mais atrasado, em termos políticos, havia no pensamento europeu à época. Isto porque este não se desenvolveu através das idéias iluministas que já permeavam toda a Europa. Lá a concepção de Maquiavel do Estado Moderno teve as portas fechadas devido à resistência da Igreja, ainda muito aliada à administração das riquezas e do poder, sendo o único país ainda com maiores vestígios da Idade Média.

Refletindo-se no sistema econômico, para Faoro, o capitalismo no Brasil foi um capitalismo politicamente orientado – conceito este de inspiração weberiana. Ou seja, é uma espécie de pré-capitalismo, a partir de uma aquisição racional de lucros organizado em função de uma burocracia política. Segundo Faoro, destacando-se da análise da dialética marxista, esta forma de capitalismo não iria inevitavelmente desembocar numa forma de capitalismo mais avançado, mas poderia perpetrar-se na medida em que coexistisse com formas racionais de organização da produção. O capitalismo politicamente orientado atribui ao Estado patrimonial e seus funcionários características de um estamento burocrático, ainda que este impeça a consolidação de uma ordem burguesa propriamente dita no país.

O Brasil foi um país que adotou uma “modernização conservadora” (SCHWARTZMAN & REIS, 2005), cuja característica

principal foi a não incorporação de grandes segmentos da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político.

No fim dos anos 30, muitos pensadores e políticos perceberam a condição histórica do Brasil e propuseram a mudança deste paradigma, em um tempo que se tinha um forte sentimento de pátria e identidade nacional. Segundo Faoro, a classe política poderia imprimir a mudança, pois esta não seria uma classe homogênea, separada das demais classes; mas o campo de luta político teria sido separado por desventura do processo de formação do Estado brasileiro, não permitindo a mudança e permitindo aos interessados manter o *status quo*.

De acordo com Almeida (2004), do ponto de vista econômico, estes pensadores – com destaque para, além de Florestan, Sodré e Prado Junior – através da categoria marxista de “modo de produção”, defendem que houve uma etapa de “revolução burguesa” que teria precedido o capitalismo no Brasil, e que deu seu curso no fim do século XIX (a partir do final da abolição). Segundo Almeida, Prado Junior, porém, nega à burguesia qualquer papel revolucionário ou anti-imperialista, como pretendia a visão etapista da esquerda ortodoxa.

De acordo com Almeida, a trajetória prática de uma hipotética “revolução burguesa” no Brasil, por sua vez, não só fugiu aos padrões explicativos desse mesmo marxismo como inovou em termos dos modelos historicamente conhecidos de modernização social e econômica e de transformação política. Florestan se viu diante da tentativa de explicar quais os caminhos que estabelece um país periférico do ponto de vista de uma economia central uma modalidade particular de capitalismo, dependente e autocrática.

## 2.6 DESIGUALDADE NO BRASIL HOJE

Apesar de o Brasil encontrar-se entre as maiores economias mundiais, permanece entre as quatro nações com pior distribuição de renda. O hiato entre os mais ricos e os mais pobres é um dos maiores do mundo: 1% dos mais ricos ganha mais que 50% dos mais pobres (MEDEIROS, 2005; BARROS, HENRIQUES & MENDONÇA, 2001). Países na mesma situação de desenvolvimento, com renda *per capita* equivalente, ou até em situação pior, possuem níveis de desigualdade bem menores do que o nosso.

O Brasil é reconhecido, no campo econômico, além da sua enorme capacidade de produção, e de ser considerado há décadas o “país do futuro”, por sua extrema desigualdade. E estes fatos estão intimamente relacionados. Ao contrário do que se acreditou desde os

anos de desenvolvimentismo da década de 70, de que era preciso “fazer o bolo crescer para depois dividir”, inclusive através de slogans de “crescimento a todo custo”, é defendido na última década, principalmente, a importância de o Brasil crescer de dentro para fora, através da equidade da renda do trabalho (SOARES, 2006), de riqueza (MEDEIROS, 2005) e de oportunidades de inclusão econômica e social, principalmente.

O país se industrializou na década de 70. Entre 1960 e 1980, mais de 30 milhões de pessoas deixaram a área rural e se transferiram para as cidades. Esta transferência da força de trabalho permitiu que muitos trabalhadores e suas famílias obtivessem, principalmente nos anos 70, uma mobilidade ascendente. Setores trabalhistas foram fortalecidos. Na década de 1980, o PIB brasileiro era o sétimo do mundo (GACITUÁ-MARIÓ & WOOLWOCK, 2005), porém, neste período, tanto as mudanças de reestruturação industrial quanto crises monetárias fizeram com que uma parcela destes trabalhadores procurasse o setor informal. A década de 90 foi caracterizada, em grande medida, pela precarização das relações trabalhistas e um compromisso cada vez menor do Estado com políticas de pleno emprego ou de bem-estar social. Neste período o país volta a sofrer um considerável aumento no grau de desigualdade.

Segundo Soares (2006), existem diversos tipos de desigualdades econômicas – de renda, de patrimônio, de consumo, etc – e mais de uma maneira de medir cada uma delas. Ao contrário do que ocorre com o crescimento, o emprego e a inflação, não se dispõe de um medidor único para a desigualdade econômica. Para o autor, cada indicador define tanto pelo que ignora quanto pelo que avalia. Além disso, a abordagem por um viés estritamente econômico muitas vezes despreza a dimensão social de reprodução das desigualdades – desigualdades diante do acesso à educação e à formação, acesso à saúde, à segurança, etc. Estas formas de desigualdades são as que dão condições à desigualdade econômica. Estas condições mínimas tanto interessam ao mercado capitalista (qualificação, saúde) quanto excluem quando não atendidas, e são reproduzidas e destinadas àqueles que tem acesso a estes meios.

De acordo com Barros, Henriques & Mendonça (2001), o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Em decorrência do crescimento populacional o número de pobres passou de 41 milhões de 1977 para 53 milhões em 1999. Além do crescimento populacional, de acordo com Soares, nos anos oitenta se viu aumentar cada vez mais aquela que é a desigualdade mais manifesta no campo econômico: as desigualdades de acesso ao emprego estável em tempo integral. O crescimento do desemprego contribuiu para a desigualdade de renda no

mercado e, por consequência, para uma estratificação cada vez maior da população em idade economicamente ativa. Ainda de acordo com o estudo de Soares, nos últimos anos o Brasil vem passando por um processo de diminuição desta desigualdade, sendo em 2004 constatado o menor índice de desigualdade desde 1984. E conclui em seu trabalho que:

Apesar de os programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, terem contribuído fortemente para a redução da desigualdade, foi a desconcentração dos rendimentos do trabalho a responsável por três quartos da queda no coeficiente de Gini. (SOARES; 2006, p.15)

Porém, o Brasil ainda está longe de vislumbrar sequer diminuições consistentes nos níveis de desigualdade. As 53 milhões de pessoas pobres no Brasil encontram-se distribuídos de maneira heterogênea abaixo da linha da pobreza e sua renda média encontra-se cerca de 55% abaixo do valor da linha da pobreza. Destes, 22 milhões encontram-se na linha de indigência<sup>4</sup>, com sua renda média mantendo-se cerca de 60% abaixo da linha de indigência (SOARES, pg.25).

Apesar deste alto número da população (28% do total da população) abaixo da linha da pobreza, o Brasil, ainda assim, está acima de 64% dos países do mundo em relação à renda *per capita*. E mesmo que a maioria dos países que se encontram abaixo do Brasil em renda *per capita* tenham uma população enorme, temos que cerca de 77% da população mundial vive em países com renda *per capita* inferior à do Brasil. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999 (IPEA, 2007), a população do Brasil não está entre as mais pobres do mundo, fazendo parte do terço mais rico em renda *per capita* e sendo atualmente a 9ª economia do mundo.

Para medir-se a desigualdade econômica o principal meio é a desigualdade de renda. Para isto acredito que a explicação é clarificadora:

---

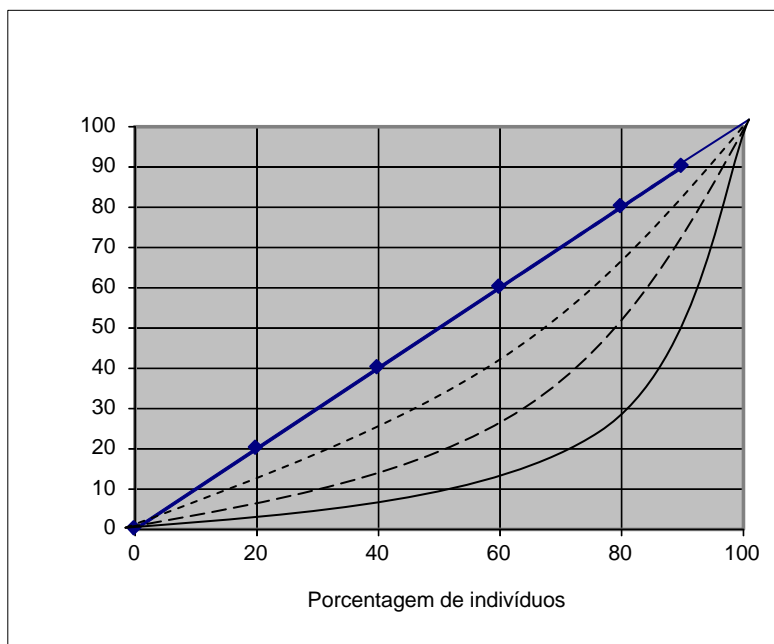
<sup>4</sup> A linha de indigência é determinada através do custo de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que alimente um indivíduo. A linha de pobreza inclui ainda gastos totais mínimos referentes a vestuário, alimentação e transportes.

É possível buscar reduzir a desigualdade ao longo de várias dimensões. Pode-se buscar desde a igualdade de tratamento, de direitos ou de liberdades, até a redução na desigualdade de resultados, passando-se nesse caminho pela busca da igualdade de oportunidades e de condições. O objetivo deste relatório é tratar da queda da desigualdade de resultados, mais especificamente de um resultado: a renda. (...) Seguramente há resultados muito mais abrangentes e importantes, tais como bem-estar, desenvolvimento humano ou mesmo felicidade. A atenção especial dada à desigualdade de renda em todas as sociedades modernas resulta de a renda ser o resultado mais facilmente mensurável, bem como um dos principais determinantes dos demais. Não é à toa que a meta número um do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio trata precisamente da distribuição de renda. (IPEA, 2007 p.6)

Sendo assim, a partir da mensuração da renda da população, o principal meio de comparar a queda na desigualdade é o Coeficiente de Gini, embora não haja um índice de desigualdade seguramente melhor que os outros. Sua construção é baseada na “curva de Lorenz”, obtida a partir da ordenação das pessoas segundo o seu nível de renda. Esta curva, por sua vez, formada pela renda e pela população, é comparada com a Reta de Igualdade, uma situação hipotética em que toda a riqueza é distribuída igualmente entre toda a população. Quanto mais próximo da reta de igualdade, menor a desigualdade. Quanto mais “distante” da linha de perfeita igualdade estiver a curva de Lorenz de uma distribuição, mais desigual ela será, e maior será o Gini. No coeficiente de Gini esta razão se expressa como percentagem ou como equivalente numérico dessa percentagem, que é sempre um número entre 0 e 1. Este coeficiente é obtido calculando a proporção acumulada da variável população com a proporção acumulada da variável renda.

Recorrendo, portanto, à curva de Lorenz, vemos que o Brasil se encontra em uma condição de extrema desigualdade no que diz respeito à distribuição de renda. Como podemos ver no destaque no Gráfico 1, 20% da riqueza do Brasil está nas mãos de aproximadamente 70% da população. Esta curva de Lorenz mostra também a relação da desigualdade de rendimento do Brasil com alguns outros países.

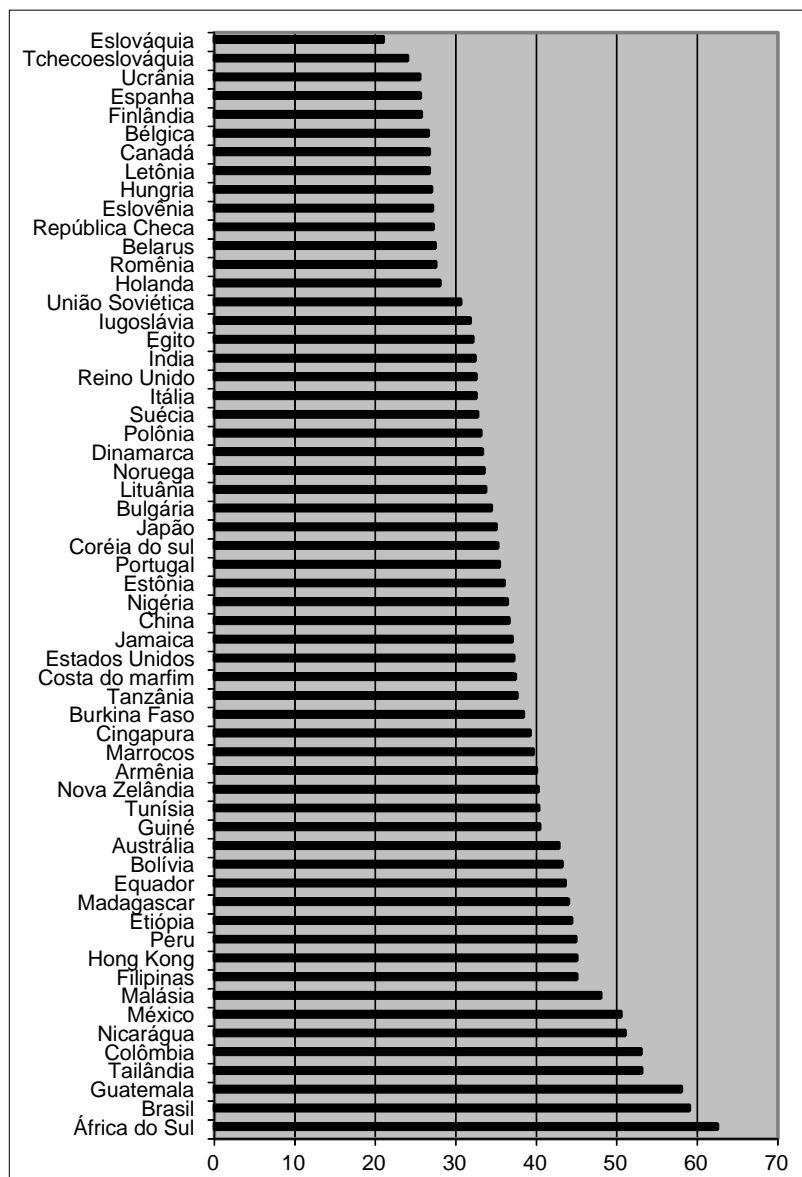
Gráfico 1 – Curva de Lorenz: Desigualdade no rendimento



Fonte: IPEA, 2007

Comparando-se o coeficiente de Gini, apresentado no Gráfico 2, vemos que apenas a África do Sul (e Malavi, que não aparece no gráfico) tem um grau de desigualdade maior do que o Brasil entre todos os 80 países pesquisados pelo Banco Mundial.

Gráfico 2 – Grau de desigualdade de renda: coeficiente de Gini

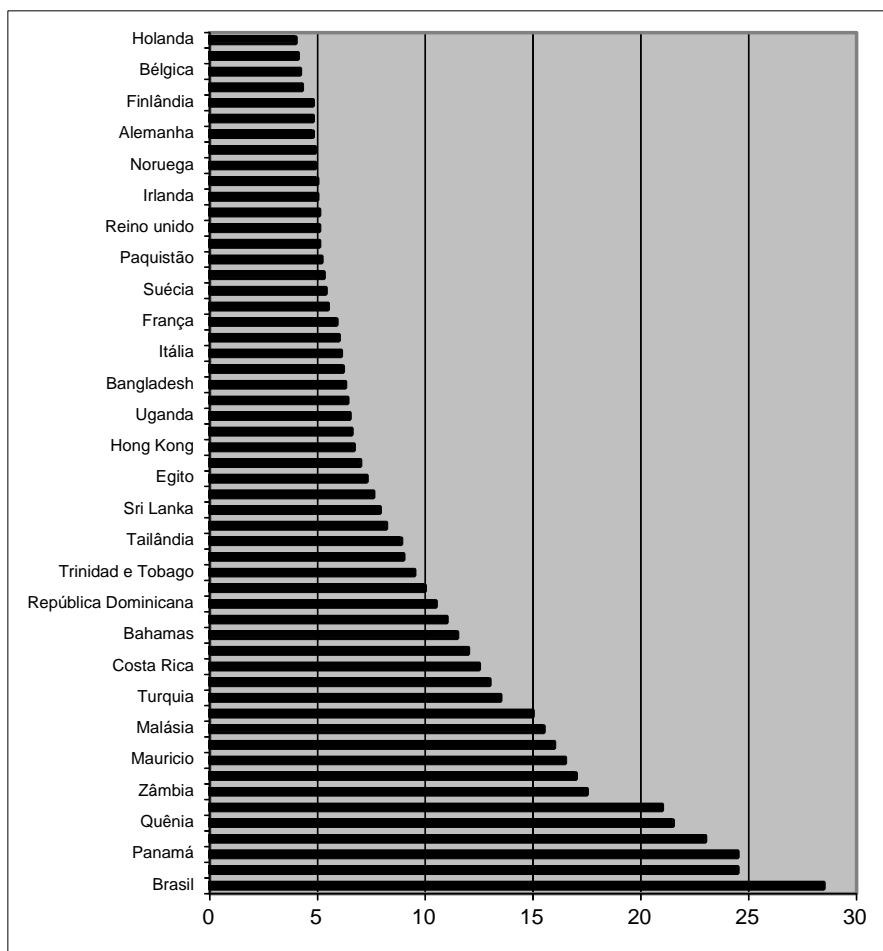


Fonte: IPEA, 2007.



O Gráfico 3 mostra a comparação para cerca de 50 países de outro medidor de desigualdade: a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, onde quanto menor a razão entre estas médias mais equânime será a estrutura distributiva. Neste tipo de análise o Brasil é o que apresenta a maior desigualdade, com a renda média dos 10% mais ricos representando 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres.

Gráfico 3 – Grau de desigualdade da renda: razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres



Fonte: IPEA, 2007.

Através de seus estudos, Barros, Henriques e Mendonça (2001) defendem que apenas o crescimento da renda *per capita* não reflete e não corrige as desigualdades da distribuição igualitária de renda. Mas uma combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminua a desigualdade, em princípio, são as medidas que aparentam produzir maior eficácia e velocidade ao processo de combate à pobreza no Brasil. Por outro lado, estudos já realizados, além de apontar para um investimento no trabalho e geração de renda, estimulam também a participação e o protagonismo deste contingente excluído, resgatando da exclusão produzida pelo mercado capitalista; gerando assim condições internas para a oportunidade de trabalho e a qualificação.

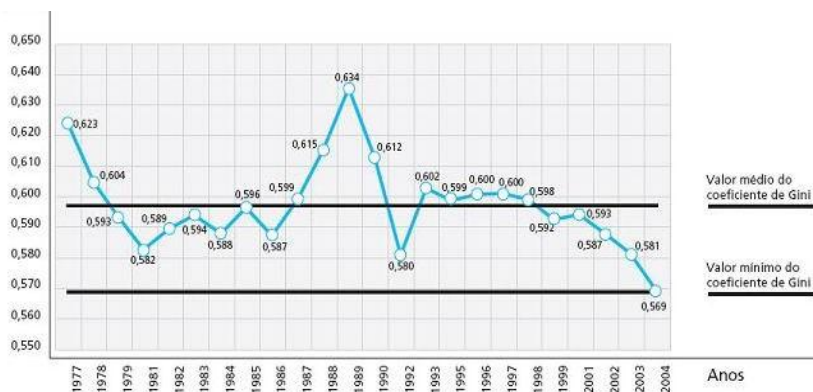
Estudos mais recentes (IPEA, 2007) mostram que concentração da renda familiar *per capita* caiu de forma contínua e substancial, alcançando seu menor nível nos últimos 30 anos. Medido pelo coeficiente de Gini o grau de concentração de renda no País caiu 4% entre 2001 e 2004, passando de 0,593 para 0,569. Embora à primeira vista essa taxa possa parecer modesta, em se tratando de uma medida de desigualdade representa uma queda substancial: entre os 75 países para os quais há informações relativas à evolução da desigualdade de renda ao longo da década de 1990, menos de ¼ apresentou taxas de redução da desigualdade superior à brasileira. De acordo com a pesquisa:

São cinco os determinantes imediatos da renda familiar *per capita* sobre os quais a análise está concentrada: (a) características demográficas das famílias; (b) transferências de renda; (c) remuneração de ativos; (d) acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho; e (e) distribuição dos rendimentos do trabalho. Esse último aspecto envolve inúmeros fatores, dentre os quais destacamos o papel da escolaridade, da experiência dos trabalhadores, da discriminação por raça e gênero, e das diferentes formas de segmentação do mercado de trabalho. IPEA, 2007 p.4

Não entraremos em detalhes em cada fator, sendo importante ressaltar apenas que no item *a*, pela primeira vez se constata um aumento proporcional no número de adultos que recebem renda do trabalho; no item *b* que programas como o bolsa-família fizeram uma considerável diferença, respondendo por quase metade da queda no índice de desigualdade; o item *c*, apesar de ser considerado um fator de

diminuição de desigualdade econômica, não foi constatado nenhuma diminuição substantiva; no item *d* uma observação importante: apesar do acesso ao trabalho ter sido um fator de diminuição da desigualdade econômica, para que o impacto da maior absorção de mão-de-obra sobre a desigualdade fosse maior teria sido necessário que o aumento do emprego tivesse ocorrido em famílias com poucos adultos ocupados. O último fator, relativo a distribuição de renda do trabalho, responde por metade da queda no índice de desigualdade e se deve, principalmente, à valorização do salário mínimo. Sobre a queda recente da desigualdade no Brasil, vemos no gráfico 4 a evolução desta queda.

Gráfico 4 – Evolução temporal de renda familiar per capita no Brasil



Fonte: IPEA, 2007.

Nos últimos anos, como vimos, o Brasil vinha registrando uma diminuição consistente nos níveis de desigualdade. Isso ocorreu diretamente influenciado por medidas do governo que focaram nos impactos sobre a redução da pobreza e da extrema pobreza. Isto porque uma queda na desigualdade de renda só ocorre quando a renda média dos mais pobres cresce mais do que a renda média nacional. Ao longo do período estudado a renda média dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa anual média de 7%, enquanto a renda média nacional declinou 1% ao ano. Segundo Néri (2007), estas melhoras foram diretamente proporcionadas por políticas assistenciais de distribuição de renda, como o Programa Fome Zero, o Bolsa-Família, e as seguidas melhoras do salário mínimo. Estas medidas assistenciais além de permitirem um auxílio direto aos principais necessitados, ainda permitiram, segundo

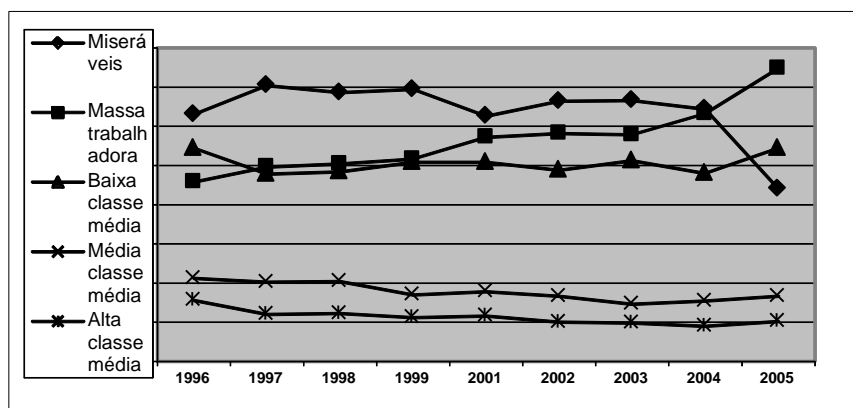
estudo do IPEA (2007), que se obtivesse um cadastro, um banco de dados e um controle desta população mais necessitada do País, para um melhor acompanhamento desta faixa da população nos próximos anos.

O que se viu mais recentemente, também, foi que as constantes quedas de desigualdades constatadas nos últimos anos, deram uma estagnada. Isto porque, segundo Neri (2007), tanto as políticas públicas assistenciais quanto a atualização do salário mínimo atingiram seus limites de abrangência de benefício. Para além disso se deve focar em medidas que influam diretamente no acesso ao trabalho, como a educação, e iniciativas de inclusão produtiva – como a economia solidária –, como um canal de políticas públicas que incentivem a forma associativa de produção, buscando o protagonismo dos favorecidos e em consonância com o período de crescimento econômico do País.

De acordo com outro estudo recente (QUADROS, 2007), porém, o que se viu constatado foi que apesar das políticas públicas que melhorassem o nível dos mais pobres, aqueles que contribuíram para a correção das disparidades não foram da fatia mais rica da população, como aconselha Medeiros, mas a classe média. Segundo Quadros, este cenário vem se instalando já no final da década de 70, com o desfalecimento do “milagre econômico” e avança até o momento, com a perpetuação de taxas medíocres de crescimento econômico, sendo do ponto de vista interno a taxa de juros altos e o endividamento público os principais problemas.

Para Quadros, a concorrência social exacerbada é resultado da letargia na geração de oportunidades. Para ele, ocupações precárias e mal remuneradas vem sendo aceitas cada vez mais como um mal menor. Quadros ainda afirma que, cada vez mais, os indivíduos e as famílias vêm “relaxando seus padrões morais na luta pela sobrevivência”. O autor também constatou a diminuição da classe dos miseráveis e o crescimento da classe da “massa trabalhadora”. Para ele o principal fator de crescimento da classe “massa trabalhadora” não é somente a ascensão da classe “miserável”, mas uma elevada concentração de novos postos nas faixas inferiores de remuneração. E este movimento dá-se em paralelo à eliminação de postos com remuneração mais elevada, enxugando a classe média. A percepção dos mais pobres foi de estarem vivendo em um país com uma alta taxa de crescimento, enquanto que a dos 20% mais ricos foi a de estarem vivendo em um país estagnado (IPEA, 2007).

Gráfico 5 - Porcentagem de cada faixa em relação ao total de ocupados a cada ano



Fonte: QUADROS, 2007

A remuneração pelo trabalho é um dos fatores de maior peso na determinação da desigualdade econômica, segundo a maioria dos autores pesquisados neste trabalho. Este valor foi a causa da metade do valor constatado no último estudo sobre a desigualdade econômica no Brasil (IPEA, 2007). A outra metade se deve aos programas de transferência de renda, um incentivo urgente de reintegração e de dignidade para populações em extrema pobreza. E é, particularmente a remuneração pelo trabalho – e mais especificamente pelo trabalho na economia solidária – o que mais interessa no presente estudo.

De acordo com Medeiros, a renda do trabalho constitui 75% da renda total considerada recebida pela população classificada como rica, e 79% do recebido pelos não-ricos. O IPEA aponta que a remuneração média dos 20% mais bem remunerados é 17 vezes maior do que a dos 20% mais mal remunerados. Por ambos estudos, porém, é sempre ressaltado que esta forma de medida de desigualdade aponta desigualdades preexistentes, como escolaridade, qualificação e experiência no mercado de trabalho.

Medeiros chega a apontar que outras formas de remuneração são menos importantes na sociedade brasileira. Ou seja, conclui que as famílias ricas não vivem de dividendos, juros e aluguéis. São ricos porque recebem muito pelo trabalho. Esta constatação remete ao que foi visto no segundo capítulo, em que as diferenças podem resultar de

outros atributos dos ricos, como o que ele denomina de "condição de elite" que se materializa em redes de relacionamento pessoal e capital cultural. Os ricos são ricos porque pertencem a uma elite que se auto-reproduz como tal, abocanhando os melhores empregos e posição no trabalho.

Como vimos neste capítulo, o Brasil é um país com um dos maiores índices de desigualdade do mundo, e que estes índices nos últimos anos diminuíram; porém ainda é cedo para comemorar qualquer mudança estrutural na realidade do país, que perdura desde sua origem. Vimos também que estes índices pararam de cair e novas formas de equiparação devem ser trabalhadas. Esta equiparação permite que, a reboque do crescimento econômico, a distribuição deste crescimento seja feita naturalmente de maneira mais justa.

A correção do grau de desigualdade é o principal fator de combate à pobreza, mas tem o seu limite. O desenvolvimento econômico, apenas, não diminui os níveis de pobreza, mas podem reforçar os graus de desigualdade e de má distribuição. O impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é tão maior quanto menor for a desigualdade na distribuição de renda. Por isso, conforme Barros, um crescimento de 10% tem hoje um impacto 10% maior sobre a pobreza do que teria há três anos, quando o grau de desigualdade era 4% maior. A redução da desigualdade, em outras palavras, tem não só um impacto direto sobre a pobreza, como aumenta a capacidade do crescimento econômico efetivamente beneficiar os mais pobres.

No próximo capítulo analisaremos a economia solidária e como pode ser um fator de geração de renda, inclusão produtiva e diminuição da desigualdade econômica. A partir dos dados da pesquisa, buscarei encontrar alguns elementos que possam ser analisados para verificarmos as potencialidades desta como política pública para a geração de trabalho e renda no Brasil e por conseguinte para a diminuição da desigualdade econômica no país. E em um segundo momento, analisarei as desigualdades dentro da própria economia solidária, avaliando se uma forma de trabalho pautada no princípio da associação e da cooperação, ou seja da igualdade, de fato reflete-se na prática.

### 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este terceiro capítulo trata sobre a economia solidária. O presente capítulo está dividido de uma maneira que possamos compreender a economia solidária como conceito, bem como os empreendimentos econômicos solidários de uma forma geral, e as diversas formas como eles se apresentam, para assim darmos conta da pluralidade da economia solidária. Será abordada também a formação histórica da economia solidária a partir das formas cooperativas de associação para contextualizarmos historicamente a atual forma da economia solidária no. Podemos, assim, situar esta forma de produção econômica em seu lugar e tempo e vermos seus agentes potencializadores e seus principais desafios.

Ao analisar a economia solidária, estamos analisando um setor da economia brasileira que deve ser visto com atenção. Se no Brasil a desigualdade chama a atenção devido a seu alto índice, ações sociais para remediá-las, são de extrema importância. Neste sentido, tento analisar a economia solidária como uma alternativa viável de política pública para setores mais populares, através da geração de trabalho e renda.

A economia solidária deve ser entendida como formas associativas de trabalhadores organizados, formalizados ou não. A partir da organização, estes trabalhadores representam um grupo para receber incentivos e dar conta de promover sua própria autonomia, retirando-os de uma condição de privação. Este tipo de incentivo foi reconhecido, por exemplo, através do economista Yunus, do Grameem Bank, que fornecia micro-crédito para grupos de trabalhadores e foi agraciado por sua ação com o Prêmio Nobel da Paz em 2006. Além disso, a economia solidária também tem como ponto positivo a capacidade de trazer da informalidade indivíduos isolados, formando grupos que se organizem. Através da visibilidade e viabilidade destes grupos torna-se também um melhor canal para políticas públicas.

Para Santos (1999) é na América Latina que se veem recentemente as tentativas concretas de uma mudança na forma de organização social do mundo moderno. Para Santos, neste momento é preciso repensar inclusive a maneira de se fazer ciência e a metodologia de análise da ciência moderna. Para o autor, a América Latina é uma região que apresenta uma realidade tão diversa, de mistura, adaptação, miscigenação e adequação às formas sociais e às culturas de cada local, tendo, ao mesmo tempo, muito em comum em sua totalidade. Pela sua capacidade de adaptação e pela própria realidade, misto do que há de

novo e do que precisa ser melhorado, é o local para se pensar e se fazer uma nova ciência social.

É através desta visão particular local que se vê nos movimentos sociais latino-americanos que, para Santos, estão as saídas para uma nova forma social de produção alternativa. Esta visão particular também, para ele, deve influenciar a ciência, a fim de romper com a ótica globalizante européia que temos de deslocarmos nosso olhar para os países centrais para tentarmos entender a nossa realidade. Fazendo uma ciência própria e adaptada à nossa realidade é possível dar conta dessa diversidade, tentando adequar realidades tão heterogêneas a categorias consagradas, mas por vezes não suficientes para explicar nossa realidade social.

### 3.1 DO CAPITALISMO AO SOLIDARISMO

Como descrito por Tocqueville (*in* HOBBSAWN, 1982), a respeito de Manchester, o que ocorria ali, durante o início da Revolução Industrial, era a produção do auge da civilização através do auge da selvageria. “Do esgoto jorrava ouro”. Nas palavras do próprio Tocqueville “seria como se Manchester fosse uma fornalha alimentada por trabalhadores escravos em condições desumanas, alimentando o motor de um transatlântico de luxo”. Ainda segundo Tocqueville, pela exploração dos trabalhadores e pela pressa na produção, o que parecia estar se construindo ali eram as pirâmides de um faraó, mas na verdade eram apenas os alfinetes do Sr. Smith.

As formas associativas de trabalho tiveram origem no mesmo momento, praticamente, em que surgiu o capitalismo. Ou seja, frente às claras condições de desigualdade, de falta de oportunidade e de sujeição a um processo voltado para o capital, se via necessária alguma forma de organização que se baseasse na maioria e não somente naquele que detinha o meio de produção, submetendo os outros a condição de uma peça desta produção. Para Singer (2000, p.13), a economia solidária é uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução”.

Para se entender a primeira forma associativa de produção, a cooperação, vale abordar Robert Owen, considerado não só o pai do cooperativismo, como também a quem podem ser atribuídos outros méritos, como a responsabilidade social corporativa, a qualidade no trabalho e que já defendia idéias libertadoras, como o divórcio e o voto feminino. Owen foi considerado um socialista utópico, mas ia muito



além disso. Pois, ao contrário de Fourier e Saint-Simon, Owen não propôs uma sociedade fantasiosa. Só que ao contrário de Marx e Engels, Owen também não propôs um socialismo científico, propôs apenas uma forma de organização social dentro daquela existente. Ao contrário de Fourier e Saint-Simon, Owen também não tinha origem nobre nem pertencia às classes privilegiadas.

De acordo com Hobsbawn, Robert Owen era um inglês que vinha de uma família humilde e que, parte por sua competência, parte por aqueles acasos da vida, aos 18 anos assumiu a direção de uma fábrica têxtil com 500 operários. Foi a partir deste trabalho que conseguiu a verba para financiar seus posteriores projetos. Era um homem agnóstico e achava que o caráter era produto do meio. Neste sentido, acreditava que a educação era a única forma de transformar o homem. Foi neste sentido, também, o primeiro homem a proporcionar educação aos trabalhadores. Mais do que um teórico, entretanto, era alguém com vivência prática que pretendia desenvolver experiências de sucesso para a produção de bens de consumo. Era um leitor de Ricardo e dele extraiu a concepção de valor-trabalho. A partir daí criou um banco de trocas justas, em que o valor de cada produto era aquele correspondente ao seu tempo de produção e trabalho dedicado a este. Nesta concepção ricardiana o trabalho cria valor, e é este, e tão somente este, o produtor do excedente econômico, e não o capital. O capital é o meio de se investir em trabalho, mas a transformação da matéria-prima em bem de consumo, que é a criação do valor, se dá apenas pelo trabalho.

Owen não acreditava que a reforma social se daria por uma revolução, e nem mesmo por uma influência política. A reforma social para ele dependia estritamente da educação e em formar indivíduos com outro espírito. Owen implantou suas idéias em suas indústrias, obtendo sucesso não só com relação aos trabalhadores, mas também com um aumento da produção. De acordo com Singer (2000), o experimento de Owen terminou quando o cooperativismo revolucionário que ele liderou entrou em colapso, juntamente com os sindicatos vitimados pelas greves patronais em 1834.

De acordo com Lechat (2002), no que concerne à formação histórica da cooperação, desde a Revolução Industrial vários modelos político-econômicos se sucederam na tentativa de corrigir as distorções provocadas pelo sistema capitalista. Já na Inglaterra, no início do século XIX, houveram numerosas experiências cooperativas lideradas pelo movimento sindical que, após experimentarem êxitos e avanços de representação, foram extintas hostilmente pela classe patronal com o apoio do governo. Outras tentativas surgiram em meados do século

XIX, e podem ser consideradas como as primeiras configurações corporativas nos moldes do que hoje conhecemos como economia solidária. Criadas por operários e artesãos que se negavam a tornarem-se proletários, essas iniciativas deram origem às sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Porém, a partir de 1848 a crise se abateu sobre estas associações.

Nos anos que se seguiram, nos EUA e em grande parte da Europa, o que se viu foi a instauração da livre concorrência e circulação monetária, que fechou um ciclo na grande crise de 1929-32. Após a Segunda Guerra Mundial entra em cena o Estado assistencialista, modo de governo que, em maior ou menor intensidade, permeou a política da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento durante as décadas que se seguiram, com as propostas de Keynes, relativas à intervenção do Estado de regular a economia e com a implantação de políticas sociais como a assistência social, o que ficou conhecido como o Welfare State – ou Estado do bem-estar social.

A partir da década de 80, com a mudança de política econômica do Estado abdicando gradativamente da responsabilidade para a geração de emprego e políticas públicas, o setor da sociedade civil veio, também aos poucos, absorvendo as tentativas de mudança. Segundo Singer, o protagonismo deste setor, historicamente, tem relação íntima com o abandono dos direitos dos trabalhadores, seja no início da Revolução Industrial e consolidação do regime capitalista, seja mais recentemente com a Revolução Tecnológica e o Estado mínimo. Neste contexto atual a economia solidária, ou seja, as formas associativas de produção, não foram tão representativas (e necessárias) quanto em outros tempos. Tanto o corporativismo operário que levou a mudanças estruturais em países como a Alemanha e o Leste Europeu, quanto o protagonismo do Estado após a Quebra da Bolsa de 1930 nos Estados Unidos, o cooperativismo e o associativismo se tornaram uma saída emergente para a condição de precarização do trabalho.

De acordo com Singer e Souza (2003), houve um longo intervalo entre os antecedentes históricos da economia solidária, no século XIX com o cooperativismo e sua revitalização nas décadas de 80 e 90. No período do pós-guerra, com a economia mundial em desenvolvimento, o proletariado foi incluído política e socialmente na sociedade capitalista, embora o seu bem-estar continuasse ameaçado pelo desemprego. Essa grande transformação reconciliou o proletariado com sua situação de assalariado, ou seja, de peça de engrenagem fabril. Reconciliados com o assalariamento, os trabalhadores em sua grande maioria perderam o entusiasmo e o interesse pela autogestão. O cooperativismo perde sua

missão transformadora e se torna modalidade de empresa participativa, em que a participação efetiva dos sócios se torna cada vez mais formal e esvaziada de sentido. As cooperativas continuaram se desenvolvendo em um número crescente de países, porém, para o autor, as únicas cooperativas que, em grande parte, se mantiveram fieis à autogestão em sua prática foram as cooperativas de produção.

Foi então que nos anos 80 e 90 com as políticas neoliberais de Margareth Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan nos Estados Unidos, que houve uma nova precarização das relações trabalhistas. Estes períodos de precarização, de acordo com Singer, assim como ocorreu na Revolução Industrial, coincidem com um período de revolução tecnológica. Ainda de acordo com o autor, desta alta demanda de trabalho, aliada a uma nova lógica de produção interna às fábricas, voltadas para a autogestão – a mudança do fordismo para o toyotismo –, surgiu um ambiente propício para a retomada da associação cooperativa dos trabalhadores.

Em um contexto global, a economia solidária surge simultaneamente em vários países na Europa, em especial na França. De acordo com França Filho e Laville (2004), sua emergência aparece ligada ao problema de exclusão social. Neste contexto, de acordo com Castel (1999), foi justamente desta situação de precarização das condições do trabalho, ou seja, da falta de proteção, regulação, direito, seguridade e garantia ao trabalho que surgiu a nova preocupação na sociedade salarial. Estando sem proteções, uma vez sem emprego, o trabalhador estava cada vez mais excluídos do acesso ao emprego. E foi se inserindo em “coletivos protetores” que este indivíduo, que sozinho seria ainda mais vulnerável, conseguiu dispor de algum suporte de proteção. Aos que não se inserem em solidariedades coletivas as transformações em curso, de acordo com Castel, tendem a um “individualismo negativo”. Foi buscando, portanto, uma forma de inserir estes indivíduos que passou a ser pensada esta forma de associação em países europeus. No Brasil a questão é ainda mais delicada, pois não se busca simplesmente se reinserir no mercado de trabalho, mas gerar condições à uma população sem oportunidade de formação, como uma alternativa estrutural à pobreza.

A economia solidária se distingue historicamente da economia social a começar pela diferença de contexto. Além disso, de acordo com França Filho e Laville, a economia social tem um caráter mais prático, de profissionalização gestonária, baseado em lógicas funcionais, impostas pelos poderes públicos ou importadas do mercado. A economia social se tornou altamente institucionalizada durante o seu

transcurso no século XX e seu papel se limitou a ser o de um apêndice a áreas delegadas pelo Estado. A economia solidária, por sua vez, é um movimento que tem como característica a dimensão política de sua ação. É um processo de “democratização da economia” através do engajamento dos cidadãos. “O que implica, sob certo aspecto, um movimento de renovação e reatualização da economia social” (2004, p.178).

É dentro desta perspectiva de articulação com uma base social que também reside a diferença entre a economia solidária e a economia popular informal. A economia informal é muitas vezes uma associação temporária visando um projeto coletivo que tem um fim individual e possui a característica de práticas mercantis. A economia solidária, por sua vez, age nas duas frentes das tradições das lutas sociais. De um lado na de um movimento social pela conquista de direitos e do outro na de um movimento de luta pela renda, próximo das tradições cooperativistas e sindicais.

### 3.2 UMA OUTRA FORMA SOCIAL DE PRODUÇÃO

Segundo a definição da própria SENAES, a economia solidária (ES) é o conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma de autogestão. A economia solidária é formada pelos empreendimentos econômicos solidários (EES) e suas formas de apoio. As atividades econômicas desenvolvidas dentro da economia solidária são, predominantemente, as seguintes: produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. Como característica em comum, está o fato de os próprios sócios-trabalhadores serem os donos dos meios de produção. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se as seguintes características, de acordo com Gaiger (2000): cooperação, autogestão, auto-sustentação, solidariedade, democracia, desenvolvimento humano, responsabilidade social, participação e igualitarismo. Se a organização for produtiva, a propriedade do capital deve estar repartida entre todos os sócios por igual. A cooperativa é a forma clássica dessa espécie de associação como vimos, mas ela também é substituída por outras formas associativas formais ou informais.

De acordo com Singer (2003), a economia solidária<sup>5</sup> se distingue por duas especificidades fundamentais: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos – indo de encontro ao conceito de Rawls de combate à desigualdade. O essencial no empreendimento econômico solidário é a posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas; tendo a distribuição da produção de acordo com o trabalho (economia do trabalho) e a decisão democrática dos caminhos a serem tomados como investimentos, divisão do trabalho e formas de comercialização.

A economia solidária garante aos trabalhadores uma nova oportunidade econômica, pois se funda no princípio de que o trabalhador é o proprietário de seus meios de produção. Porém com uma diferença crucial: organizando-se em grupos e, a partir da formação destes grupos, articulando-se em redes (para comercialização, acesso a crédito, etc.). A força do trabalho associado, bem como a realidade de ser o dono daquilo que se produz, também gera outros benefícios, diretos e indiretos como o estímulo moral, além de material; a responsabilidade individual para com o grupo, a coordenação e atenção para a melhora do trabalho diminuindo a ineficiência através da lógica de que todos são donos e contribuem para o bem do empreendimento, a troca e aprendizado mútuo de saberes e habilidades, incentivo à iniciativa e à criatividade, a flexibilidade de ritmo e de função, o fator de promoção da justiça e da equidade como princípio fundante, a autonomia, dignidade e humanização, a redução dos conflitos laborais, entre outros.

A economia solidária, porém, não se constitui como uma saída milagrosa para a pobreza, pois ela é plural, se configura de várias maneiras, e como em qualquer relação humana, há atritos. Existem distorções que muitas vezes desconfiguram a economia solidária como tal, com relações patronais e hierarquizadas. E em alguns casos com o próprio consentimento dos trabalhadores. Muitas vezes as relações de poder fogem do controle e passam a ser consenso entre os trabalhadores

---

<sup>5</sup> De acordo com Rousseau (1973), a única solidariedade possível é uma solidariedade entre iguais, ou em termos marxistas, entre classes, sendo a sua concretização mais acabada a solidariedade operária. Esta definição difere do senso comum do conceito de solidariedade, que equivale mais a uma forma de ajuda ou de caridade, o que é uma interpretação errônea.

estabelecerem esta relação. As realidades são diversas e existem estudos sobre esta diversidade negativa. Este aspecto tem alguns limites que devem ser estabelecidos para não influenciarem nos princípios do que se entende por economia solidária, descaracterizando-a.

A economia solidária, como hoje se reconhece, abarca, ao lado das cooperativas, das mutualidades e do associativismo – trilogia da economia social tradicional – toda forma de associações que contestam a lógica do desenvolvimento capitalista. De acordo com Lechât, desta maneira, o grau de heterogeneidade deste setor foi crescendo e diluindo progressivamente suas fronteiras históricas com a do setor público, capitalista e economia doméstica.

Intelectuais brasileiros retiraram o conceito dos amplos e heterogêneos conjuntos de formas associativas de produção que iam da economia popular à economia informal, mas que tinham em comum características específicas de solidarismo com os sócios e a natureza à sua volta. A economia solidária, portanto, engloba diferentes esferas de movimentos sociais que se identificam não a partir de sua origem, mas de seu fim.

Entre estas diferentes esferas, ou campos, donde surge a economia solidária, estão as cooperativas, empresas autogestionárias, associações de produtores, grupos comunitários e redes, feiras e centrais de comércio popular, além da economia popular informal que se converte em um empreendimento conjunto com princípios de gestão coletiva e solidarismo. Estas iniciativas são motivadas pela sociedade civil (como ONG's), os órgãos governamentais e movimentos sociais.

Os empreendimentos econômicos solidários, a forma de organização econômica da economia solidária, são assim definidos, de acordo com Gaiger:

Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. (2003a, p.135)

Estes empreendimentos adotam em proporção variável estes princípios. Um conceito ao mesmo tempo em que define limita. De acordo com Gaiger (2000), o conceito de empreendimento econômico solidário abrange uma realidade plural, com origens e motivações distintas, sem que comportem um compromisso absoluto com uma nova organização social. Este conceito como uma abstração, ou um conceito de tipo ideal<sup>6</sup>, enfatiza alguns traços da realidade dentre outros que poderiam ser julgados relevantes, mas que se adequam mais ao direcionamento desejado. Evoca, também, uma “possibilidade histórica” e tem uma função diacrítica e projetiva.

Ainda de acordo com Gaiger (2003a), o conceito deve ser entendido principalmente como um instrumento para a verificação de casos concretos, segundo as questões e os ângulos de análise que propõe. Da mesma forma, a conceituação evoca um direcionamento histórico possível, sob o prisma da atuação na sociedade. Neste contexto, de acordo com Razeto (1993):

Esses diferentes aspectos da produção, distribuição e consumo na economia solidária devem ser entendidos como a expressão teórica de *comportamentos tendenciais*, e não como madura e completa manifestação do que efetivamente existe na realidade. (...) As teorias sociais e econômicas identificam ‘modelos puros’, que, na realidade empírica, não encontram materialização cabal, mas que existem e operam efetivamente enquanto *potencialidades* parcialmente realizadas, como *racionalidades que presidem e orientam os comportamentos*, como tendências que apontam para identidades em formação. (RAZETO, 1993, p.44-5).

---

<sup>6</sup> “Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação *unilateral* de *um ou vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos, *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de *pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia.” (WEBER, apud RAZETO, 1993)

Considerando as características acima, os empreendimentos econômicos solidários hoje compreendem aquelas organizações: a) coletivas (suprafamiliares, singulares e complexas), tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes, centrais, outras formas de organização coletivas; b) cujos participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

De um modo geral, de acordo com Gaiger (2003a), o surgimento de empreendimentos solidários decorre da conjunção de cinco circunstâncias: tradição associativa, liderança popular, alternativa de subsistência, entidades de apoio, visão política/ideológica. Esta seria sua “condição de gênese” (GAIGER, 2004) e é possível perceber que, comumente, estes nascem em setores populares com experiência associativa, comunitária ou classista. Destes, podem se destacar alguns veios da economia solidária em seu início como projetos comunitários, coletivos de assentamentos rurais, empresas recuperadas, cooperativas de trabalhos e serviços, bancos populares e galpões de reciclagem. Com o desenvolvimento do setor, houve algumas alterações no perfil dos empreendimentos, como a diversificação de atividades, composição social e atores sociais envolvidos e o reordenamento dos segmentos predominantes.

Estas formas organizativas se diferem das antigas formas de organização populares pelo seu espírito empresarial aliado aos princípios de solidarismo e cooperação econômica. São formas comunitárias de economia que ganham um caráter mais organizado e são formas de organização que visam também visam o lucro, mas também a distribuição entre todos os associados, como as cooperativas que retomam conceitos de participação conjunta. É importante a centralidade no trabalho e a busca constante pelos seus princípios igualitários, pois não raro estes princípios são perdidos, seja pela própria relação de conflito que se estabelece em alguns grupos, seja pela visão



de competição, utilitarista, ou de hierarquia vinda da economia e das relações de trabalho convencionais.

A economia solidária reúne trabalhadores e meios de produção, proporcionando assim, através da gestão democrática substantiva, a participação no processo de produção bem como no resultado produtivo. É a chamada economia do trabalho, e não de mercado e de consumo. A economia capitalista separa o trabalhador não só dos meios de produção, mas também de seus resultados, alienando completamente o indivíduo. Na economia solidária, consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, resultando em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos. Na economia solidária o ponto central é o trabalhador e sua subsistência através da participação ativa na produção, e não o capital e o trabalho destinado ao lucro de outrem.

Porém, ao mesmo tempo em que a economia solidária é uma outra forma de produção, apoiada em princípios de igualdade, ela ainda abriga-se no interior do modo de produção capitalista. Gaiger (2003b) trabalhou esta questão no que se refere à inserção da economia solidária na categoria marxiana de modo de produção. Como modo de produção entende-se a forma como se organizam os indivíduos, em uma dada sociedade, em relação aos meios de produção, distribuição e consumo necessário para a subsistência. São, portanto, as relações sociais de produção em um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas. Este modo de produção se distingue do modo material de produção, que seria como se produz um produto, sendo o fordismo um exemplo.

O conceito modo de produção diz respeito à totalidade histórica, dada pelo conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e troca dos bens materiais. (GAIGER; 2003b, p.186)

Nesta perspectiva, o modo de produção é a estrutura econômica, a lógica estrutural e a base da totalidade histórica de uma sociedade. Dentro desta relação social de produção, o modo de produção capitalista prima pela forma de trabalho assalariada, onde o trabalhador vende sua força de trabalho. A diferença, em termos marxianos, seria que na economia solidária o coletivo de trabalhadores, como donos do próprio

empreendimento ganham o valor integral do que produzem, para dividirem ou reinvestirem. Além disso, na forma social de produção solidária o trabalhador vende o produto fruto de seu trabalho, não sendo dissociado daquilo que produz e do resultado final de seu trabalho.

À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. (...) Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada. (GAIGER; 2003b, p.193)

De acordo com a visão materialista-histórica de Marx a função de produção da vida material tem o poder de explicar a organização e a dinâmica geral da sociedade. E as contradições entre as forças produtivas (capital e trabalho) e as relações sociais de produção (assalariamento, mais-valia) fazem mover a sociedade (luta de classes) e alterar sua forma (socialismo).

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão o mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção (GAIGER, 2003b, p.187,188)

O capitalismo se funda, portanto, numa relação social entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e à possibilidade de trabalho. Além disso, permite, através de sua lógica à

adequação às condições impostas sob pena de ser excluído do sistema e a reprodução do mesmo status em relação aos meios de produção. Na economia solidária, porém funciona com base na propriedade social dos meios de produção, no poder de decisão e controle distribuído democraticamente, na gestão comum e decisão coletiva acerca da produção. Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

É importante também levantarmos a questão de que a economia solidária não é algo completamente novo e perfeito, uma resposta ao capitalismo em todos os seus problemas. Por muito tempo se acreditou e se trabalhou com formas alternativas como sendo uma ideologia, uma utopia.

Por vezes os próprios agentes motivadores, muitas vezes envolvidos em lutas políticas, traziam uma visão idealizada e mistificada de comunidade, mas que muitas vezes se esconde em sociabilidades conflitivas. Por isso, é importante não se iludir de que mesmo o caráter cooperativo é feito através de arranjos de reciprocidade de interesse individuais e coletivos, simultaneamente. A associação não se dá simplesmente por um fator moral, mas porque estes vêem que assim podem conseguir algo mais do que simplesmente sozinhos. Isto exime tanto a visão individualista do capitalismo, quanto a simplesmente utilitarista, mas a consciência de que a cooperação associativa seja a melhor forma de ação.

Mas, ao contrário do que se poderia imaginar, a solidariedade atua também como um fator de eficiência econômica do empreendimento. Esta conotação de eficiência, porém atinge uma dimensão bem mais ampla sendo levada também ao que diz respeito à qualidade de vida dos trabalhadores e autonomia. Esta eficiência sistêmica (Gaiger, 2003c) deriva em vantagens reais, uma vez que possibilita a qualidade de trabalho e apropriação do trabalho.

Este espírito também desonera a empresa ao reduzir custos com estruturas de controle e supervisão, com estímulos pecuniários à produtividade; em suma, com as diversas estratégias da empresa capitalista, fadadas a recompor continuamente o espírito corporativo, sempre que situações críticas fazem aflorar as suas contradições estruturais de classe. (GAIGER, 2003c)

Esta lógica permite que o trabalhador seja o detentor do fruto do seu trabalho, ao contrário do capitalismo, onde ele é separado deste produto e também levado a adotar uma posição alienada frente à produção de seu trabalho, à sua atividade laboral e à sua vida, em grande medida.

A economia solidária é, portanto, uma forma social de produção interna ao modo de produção capitalista, significando uma alternativa no processo de produção e na apropriação dos resultados. É importante fazermos assim uma distinção da questão política e teórica para reconhecermos que a economia solidária não carrega, como querem alguns, uma alternativa ao sistema de capitalista. Isto pelo simples fato de que esta não é um sistema social de produção, mas tão somente uma alternativa à forma social de produção capitalista, e através desta alternativa uma possível transição entre estas duas formas. A economia solidária permite a coexistência no modo de produção capitalista e neste espaço atua também como crítica econômica e política.

A economia solidária não pode ser avaliada somente em rendimento monetário, pois muitas vezes ela não é voltada ao mercado, mas à subsistência. Tem, assim, o papel de revitalizar formas de economia atípicas, muitas vezes antigas, dentro do capitalismo. Dentro da perspectiva marxista a crítica ao capitalismo está nas relações de produção. Portanto, as mudanças nestas relações já são o primeiro diferencial da economia solidária.

As primeiras pesquisas sobre economia solidária ainda tentavam estabelecer quais as formas de organização e natureza dos empreendimentos solidários. Entre eles cabe destacar os assistenciais, voltados à população carentes, que agiam para atenuar o grau de miséria e propiciar condições básicas de sobrevivência. Os de promoção humana, que assumiam como meta a melhoria das condições de vida, por meio da formação da consciência e da organização dos indivíduos que deles tomam parte. E os empreendimentos projetos, que procuravam estabelecer novas formas consistentes de organização social e econômica. Trazem consigo as dimensões de viabilidade, auto-sustentação e continuidade.

Foi a partir destes estudos e da viabilidade dos empreendimentos projetos que, em grande medida, se abandonou uma concepção simplesmente política para inserir temas como eficiência, relação com o mercado e atuação na economia formal na concepção de empreendimentos econômicos solidários, em um tempo em que o próprio tema ainda não existia e que ainda se procurava o caminho

destes projetos a se seguir, sem que se perdesse em empreendimentos mercantis ou na inviabilidade.

O fortalecimento destes grupos ocorreu, em grande parte, em decorrência do apoio recebido de entidades voltadas para o trabalho de base com pequenos produtores rurais e com movimentos sociais até sua afirmação de grande expressão que pode ser situada no Fórum Social Mundial de 2005. Desde o primeiro Fórum Social Mundial se discutiu a necessidade da organização e da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Para isso, ainda em 2001, no FSM I, foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de ES (GT Brasileiro). Este se constituiu por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais.

O início de 2003 marca um momento político importante para a economia solidária: de um lado, pela decisão do governo federal de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária, indicando assim um novo espaço para políticas públicas nessa área; de outro lado, porque durante o III Fórum Social Mundial, a oficina de constituição do Fórum Brasileiro apontou definitivamente o caminho para a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Constituiu-se neste período, também, o Fórum Brasileiro da Economia Solidária, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país e de fazer a interlocução junto ao governo, em especial junto à então recém-criada SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária). A SENAES assumiu a plataforma do FBES como parte de seu Plano de Governo.

### 3.3 BASE DE DADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O SIES significa Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, e consiste em banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil<sup>7</sup>. Estes dados foram obtidos através mapeamento da economia solidária no Brasil, uma pesquisa que abrangeu todo o território nacional, realizado por instituições

---

<sup>7</sup> Os dados do SIES podem ser acessados no site:  
<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

(incubadoras universitárias, entidades de apoio e fomento) que foram selecionadas através de edital.

O primeiro mapeamento foi realizado em 2005. Em 2007 esta base de dados foi aumentada, chegando a pouco mais de 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. No ano de 2010 foi realizado o que é considerado o segundo mapeamento nacional<sup>8</sup>.

O mapeamento é portanto a primeira grande amostragem que se tem, em âmbito nacional, dos empreendimentos econômicos solidários e a primeira tentativa de identificar estes empreendimentos e sua dimensão em território nacional. As informações nele coletadas constituem um retrato da economia solidária no Brasil no ano de 2007. O trabalho foi realizado para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Tinha entre seus objetivos identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público.

O questionário abrange questões abertas e de múltiplas respostas num total de 72 itens divididos em seis segmentos: 1) identificação, abrangência e características gerais; 2) tipificação e dimensionamento da atividade econômica; 3) investimentos, acesso a crédito e apoios; 4) gestão do empreendimento; 5) situação de trabalho no empreendimento; e 6) dimensão sociopolítica e ambiental. A proposta era elaborar um conjunto de questões que pudesse captar minimamente informações objetivas sobre a economia solidária e, ao mesmo tempo, que traduzisse os valores mais subjetivos considerados importantes para também refletir a realidade social em que se inseriam estes agentes.

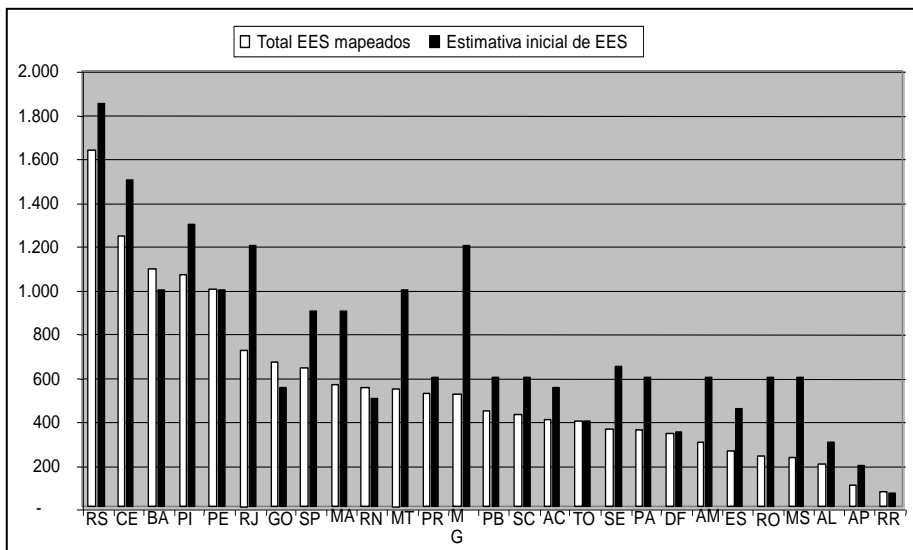
Para o início do trabalho de mapeamento a SENAES/MTE foi elaborada uma pré-listagem de prováveis empreendimentos econômicos solidários em cada Unidade da Federação, com cerca de 30 mil registros. Esta pré-listagem foi feita a partir de fontes diversas (principalmente os registros administrativos do Ministério do Trabalho da Relação Anual de Indicadores Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED). Além de uma lista de cooperativas de assentados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de listas de empresas autogestionárias enviadas por suas entidades de

---

<sup>8</sup> Os dados deste segundo mapeamento não puderam ser utilizados nesta pesquisa, pois ainda não estavam disponibilizados.

representação e informações obtidas junto a entidades de apoio diversas. O gráfico abaixo mostra uma relação da estimativa inicial de EES por estado em comparação com o total de empreendimentos mapeados.

Gráfico 6 - Número de EES (total mapeado x estimativa inicial) por Unidade da Federação



Fonte: SENAES/MTE, 2007.

O mapeamento desde o processo de realização já ajudou a construir relações entre estes atores diversos e contribuiu para a articulação do movimento da economia solidária em todo o Brasil, através da ativação dos fóruns estaduais e municipais.

A articulação ocorreu com maior ou menor força de acordo com a realidade de cada estado, contudo não se pode negar que o movimento da economia solidária (que compreende os empreendimentos, os fóruns de discussão, os programas de política pública estaduais) hoje está presente em todo o território nacional.

O mapeamento da economia solidária deu visibilidade a milhares de empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Verificou-se que a sua importância para a elaboração de políticas públicas de inclusão social pela via do trabalho e da renda. No entanto, ainda existem grandes dificuldades que limitam a expansão desses empreendimentos,

assim como a própria mensuração. Com a melhoria nos mecanismos de pesquisa, de dimensionamento das demandas e de identificação da localização espacial dos empreendimentos, com a melhor compreensão sobre essa nova realidade o poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, em parceria com as organizações da sociedade civil, poderá se ampliar e aperfeiçoar suas ações na direção de uma política pública de economia solidária.

O resultado deste mapeamento oferece-nos uma considerável base de dados quantitativos para elaborar um perfil diferenciado da economia solidária no Brasil e analisar suas capacidades, potencialidades e seus limites, considerando principalmente os seguintes aspectos: inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; constituição de redes de comércio e consumo justos; potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento com relações de trabalho mais igualitárias.

É possível afirmar que uma grande dificuldade para realizar o mapeamento foi determinar o que é ou não é empreendimento econômico solidário. Apesar de todas as características serem determinadas bem claramente pela SENAES, existem empreendimentos que podem ser considerados um ou outro caso, mesmo tendo a mesma definição. Para isto, é necessária uma análise criteriosa dos EES mapeados.

### 3.4 ANÁLISE DE DADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Uma vez tendo apresentado o SIES, a principal fonte de dados quantitativos para esta pesquisa, me concentrarei agora em mostrar alguns números gerais dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros. Com isto é possível ter uma idéia global do campo estudado para depois aprofundarmos nas características que digam respeito às condições econômicas, direta ou indiretamente e, posteriormente, na análise das desigualdades econômicas<sup>9</sup>.

De um modo geral foram mapeados 21855 empreendimentos, sendo que 51,8% são associações, 36,5% são grupos informais e 9,7% cooperativas. As atividades coletivas mais comuns são a produção (63,3%), comercialização (54,9%) e o uso de equipamentos produtivos (49,9%). Alguns grupos podem realizar mais de uma destas atividades.

---

<sup>9</sup> Todos os gráficos e tabelas à partir de agora foram elaborados pelo autor a partir da base de dados SIES. Os dados foram analisados no programa SPSS.



Por exemplo, quase todos os grupos de produção (uma cooperativa de reciclagem, por exemplo) utiliza os equipamentos em conjunto. Porém algumas pessoas se reúnem apenas para utilizar os equipamentos e a comercialização não para a produção, como, por exemplo, alguns agricultores. Neste caso eles são considerados empreendimentos econômicos solidários apenas no uso da máquina e não como produtores.

A maioria dos empreendimentos dedica-se a alguma atividade rural: 54,9% dedicam-se à agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo. Os outros se dividem entre produção e prestação de serviços, nos ramos de alimentação, confecção, artesanato, indústria de transformação, reciclagem e, ainda, crédito e finanças.

São cerca de 1,35 milhão de associados, sendo que destes aproximadamente 470 mil trabalham no empreendimento, que somado aos não-sócios chegam a 500 mil postos de trabalho. A ampla predominância numérica de sócios sobre trabalhadores, em organizações dedicadas à atividade econômica, deve-se a motivos identificados adiante na análise e à coexistência de dois tipos fundamentais de empreendimento:

- Aqueles cuja atividade principal representa a fonte primordial de ocupação e de renda dos seus integrantes, desenvolvendo-se através de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Estão nesse grupo: empresas autogestionárias recuperadas, pequenas sociedades econômicas, grupos de produção, cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de trabalho, associações de pescadores, unidades coletivas de triagem de resíduos urbanos e organizações econômicas de comunidades tradicionais.

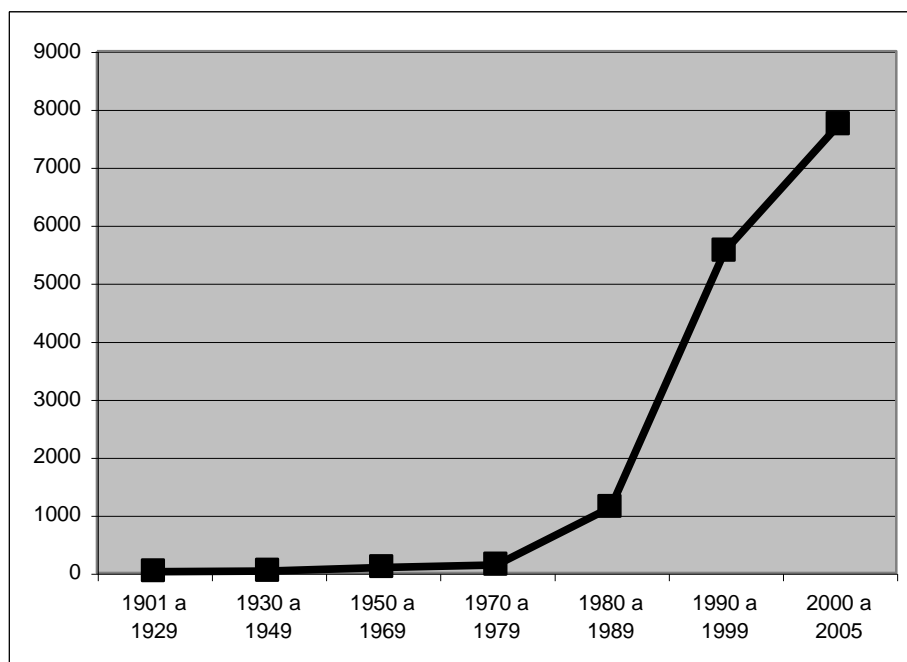
- Aqueles cuja atividade coletiva principal aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos seus integrantes. São suas expressões típicas: associações de pequenos produtores rurais, cooperativas de trabalho (nas quais apenas a organização dos serviços é coletiva), clubes de troca, centrais e redes de comercialização, bancos populares, fundos rotativos, cooperativas de crédito, hortas comunitárias e cooperativas de eletrificação ou de abastecimento de água.

Para compararmos o nível de igualdade interno podemos fazer uso de alguns cruzamentos que permitem a participação igualitária, como as atividades coletivas dos grupos. Para uma melhor apreensão destes resultados e para verificar pontos fortes e fracos podemos fazer alguns cruzamentos com fatores que podem influenciar este nível, como

valor da remuneração, porte e forma de organização do empreendimento.

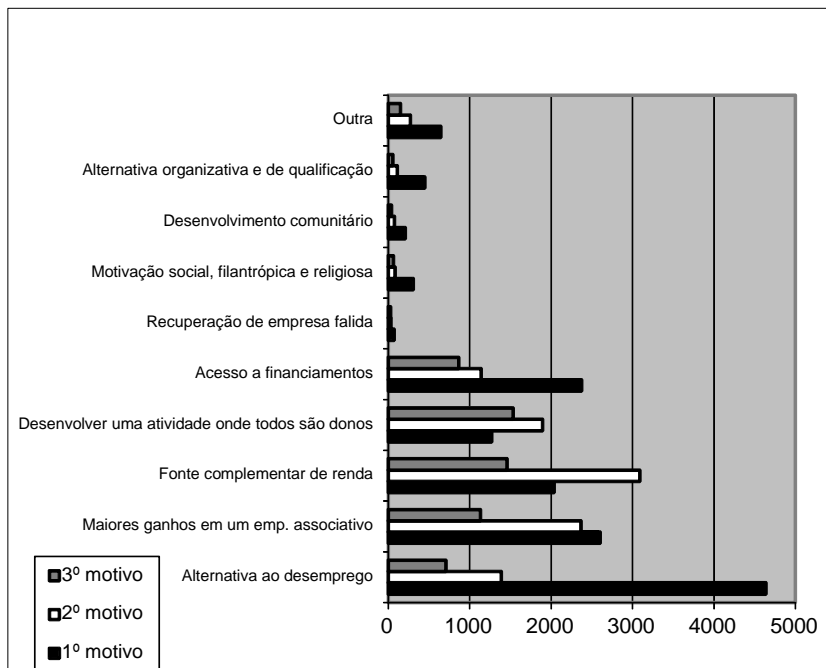
O gráfico abaixo é correspondente ao ano de início dos EES. Como podemos ver o fortalecimento da economia solidária se deu nos anos 80 e 90, principalmente, consequência de precarização do mercado de trabalho e da crise estrutural gerada por políticas liberais do período.

Gráfico 7 – Ano de início do empreendimento (1900 – 2005)



Abaixo podemos ver mais diretamente quais foram os motivos internos, ou seja, os motivadores que levaram os grupos a formarem estes EES. Estes dados foram computados como o primeiro, o segundo e o terceiro motivo de cada empreendimento. Como podemos ver, o primeiro principal motivo para a criação do EES é uma alternativa ao desemprego, e corresponde a 32% dos casos. O segundo principal motivo é obter maiores ganhos em um empreendimento associativo, e o terceiro o acesso a financiamentos.

Gráfico 8 – Principais motivos de criação dos EES (n° de EES)



No que diz respeito aos resultados econômicos, 38% dos empreendimentos estão conseguindo ter lucros, 33% afirmaram estar conseguindo apenas pagar as despesas e 16% dos empreendimentos não está conseguindo pagar as despesas. Os 13% restantes declararam, que a questão não se aplica, uma vez que não visa o lucro. Estes são os empreendimentos como cooperativas de crédito, associações de distribuição, de uso comum de equipamentos e afins. A grande maioria remunera (55%) de acordo com a produção, 8% de acordo com horas trabalhadas e 8% com remuneração fixa.

Sobre o destino da sobra e do excedente, os empreendimentos disseram, em sua grande maioria, destiná-los aos fundos de investimento, fundo de reserva e distribuição entre os sócios. De acordo com o mapeamento, 40% dos empreendimentos realiza ao menos um tipo de investimento. Os principais deles são equipamentos, infraestrutura física e capacitação. Este investimento juntamente com a

renda, com o produto e com o aprendizado desenvolvido gera um importante saldo para os trabalhadores.

### 3.5 DESIGUALDADES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta seção exploraremos mais a fundo os dados quantitativos que podem expor alguns efeitos da economia solidária sobre a desigualdade econômica. As potencialidades desta questão foram levantadas ao longo do trabalho, bem como uma revisão sobre o tema. Após terem sido expostos na seção anterior alguns resultados econômicos gerais, nesta seção proponho algumas hipóteses de análise mais precisas para a questão.

As hipóteses propostas para a análise das potencialidades da economia solidária para a redução das desigualdades são as seguintes:

1) Redução das desigualdades, em comparação com a economia capitalista, entre os trabalhadores de um mesmo empreendimento. De acordo com Medeiros (pg. 259) a maior parte da estratificação da sociedade brasileira entre ricos e não-ricos e das diferenças dentro mesmo do grupo dos ricos deve-se a desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho. Da mesma forma esta desigualdade também se dá entre trabalhadores de uma mesma empresa na economia capitalista. Portanto, é importante avaliar esses problemas dentro das células produtivas, a fim de verificar se, a partir de princípios igualitários se perpetua esta igualdade no que diz respeito ao fator econômico.

2) Redução das desigualdades, em comparação com a economia capitalista, entre os trabalhadores dos diversos empreendimentos da economia solidária. Os empreendimentos econômicos encontram um diferente grau de profissionalização, porém cabe constatar qual a disparidade entre os empreendimentos (e, por consequência, entre seus sócios) e as características que podem ser atribuídas às diferentes formas de organização.

- Primeira hipótese: Desigualdade entre trabalhadores de um mesmo empreendimento econômico solidário.

De acordo com Asseburg e Gaiger (2006) o grande diferencial dos empreendimentos econômicos solidários, teoricamente, seria o de que: (...) os excedentes produzidos pelo trabalho deixam de ser drenados pelo detentor exclusivo do capital e reverterem para os trabalhadores, sob a forma de retribuições diretas ou como capital por eles compartilhado, contribuindo em ambos os casos para o incremento do patrimônio pessoal e coletivo. (pg. 8)

A pesquisa avaliou empreendimentos com formas de organização e produção diferentes, para poder verificar quais tornam possível a diminuição das desigualdades em seu interior. O que se viu foi que tais processos não se dão de maneira uniforme em todos os empreendimentos, a começar pelo seu caráter produtivo. Empreendimentos em que a força de trabalho de cada um é necessária diretamente para o andamento do empreendimento, como cooperativas de produção, associações de produtores rurais ou de reciclagem tendem a ser mais igualitárias internamente. Em outros casos, porém esta igualdade não se faz necessária, como no caso de produtores rurais que se unem apenas no momento da comercialização, ou em casos de associações pela defesa de interesses comerciais.

Com base no SIES, para avaliar a igualdade interna aos empreendimentos estabeleci alguns fatores retirados ao longo do questionário que podem ser considerados fatores de igualdade entre os trabalhadores. São aspectos que levam em conta a participação dos trabalhadores como proprietários do empreendimento, atuando nas decisões referentes a gestão econômica e a apropriação direta por eles destes resultados. São questões independentes em que os empreendimentos podem responder afirmativo a quantas forem o caso.

Tabela 1 – Segmento de participação nos resultados

<b>Segmentos de participação nos resultados</b>	<b>% EES</b>
Assembléia de sócios como instância de direção	78,5
Diretoria, conselho diretor ou coordenação	62
Conselho fiscal	53
Decisões sobre o destino das sobras e fundos	48,5
Prestação de contas aos sócios	62
Participação nas decisões cotidianas	65
Produção coletiva	61,5
Prestação de serviço coletiva	28,2

Os resultados servem para demonstrar a participação coletiva nas esferas políticas que determinam a igualdade nos resultados econômicos dos empreendimentos. A presença de assembléia de sócios em grande parte dos empreendimentos é um indicador indispensável do grau de socialização da sua base material e demonstra que os caminhos que serão tomados por estes empreendimentos são decididos e participados

por todos. Isto inclui, em maior ou menor medida, investimentos, forma de comercialização, eleição de coordenação e outras formas diretivas. Em 62% dos casos a participação dos sócios se dá diretamente na diretoria e coordenação dos empreendimentos ou através de sua representação e 53% se dá também pelo conselho fiscal.

Sobre a decisão do destino das sobras e fundos, prestação de contas e participação nas decisões cotidianas, o que poderia ser um número aquém do esperado, significa, em relação à economia capitalista, uma maior democratização das decisões que dizem respeito aos resultados e, por sua vez, de sua apropriação. No momento de apropriação do valor produzido ou do serviço prestado o trabalhador não se desvincula do lucro obtido, mas decide o destino que melhor consideram para o empreendimento, seja a distribuição ou o investimento. A produção coletiva somada à prestação de serviços coletiva demonstram que os empreendimentos têm sua base produtiva formada por trabalhadores associados, cujo trabalho sustenta o empreendimento e para os quais fluem os seus resultados diretos e indiretos. O início do processo de trabalho possui uma igualdade e esta se mantém em grande parte nas instancias de decisão e distribuição, rompendo o corolário de separação entre capital e trabalho das empresas capitalistas.

De acordo com Asseburg e Gaiger a homogeneidade das contribuições em capital ou trabalho entre os sócios indica justamente “se existem sócios *mais* proprietários ou *mais* trabalhadores que os demais, em vista dos prováveis desequilíbrios que esse fato viria a acarretar no grau de influência de uns sobre outros ou na partilha dos resultados”. De acordo com essa pesquisa, naqueles empreendimentos onde as relações eram mais desiguais desde seu ponto de partida estas tendências se agravaram, tendendo a assumir um caráter de empresa dirigida pelos sócios-fundadores, mesmo que com um grau de solidarismo e atenção aos trabalhadores, mas perdendo seu caráter associativo. Porém foi constatado que nos casos estudados, entre os EES mais bem sucedidos, pelo contrário, era típica a presença de interesses e de quotas de participação semelhantes.

Não existem dados no mapeamento que determinem as disparidades internas entre os empreendimentos, tanto no que diz respeito à remuneração quanto à participação dos sócios no capital da empresa. Porém, com a avaliação da decisão dos resultados e da forma de aplicação desses resultados é possível termos alguma idéia do nível de igualdade interno aos EES.

Tabela 2 – Segmento de infra-estrutura

<b>Segmento de remuneração</b>	<b>% EES</b>
Remuneração por produto ou atividade	46
Distribuição do excedente entre os sócios	14,2
Fundo de investimento como destino do excedente	15,2
Fundo de reserva como destino do excedente	15,4
Sede própria	42,8
Número de sócios aumentou nos últimos 12 meses	30,5
Número de sócios permaneceu igual	50,9
Possui trabalhadores não-sócios	17,1
Investimento na infra-estrutura física	14,7
Investimento em equipamentos	14,9
Investimento realizado nos últimos 12 meses	39,3

Foram considerados os fatores acima como alguns que poderiam medir o grau de igualdade dentro dos empreendimentos em relação ao capital. Lembrando que estas respostas são independentes, podendo haver resposta afirmativa para todas as questões, se for o caso do empreendimento. A remuneração por produto ou atividade (46%) reflete que a pessoa ganha pelo tanto que trabalha e não por cargo ou função. Levando-se em conta que para 13% dos empreendimentos, como visto, não se aplica remuneração, é um número expressivo. Percebe-se com isto uma tentativa, na medida em que se consegue pagar as despesas, de avanços reais quanto à eliminação das disparidades na distribuição do trabalho e da renda.

A existência de trabalhadores assalariados, portanto, seria contraditória a esta tentativa de igualdade, pois estaria introduzindo a relação assalariada no empreendimento e, por sua vez, refazendo a lógica de separação entre capital e trabalho. A contratação permanente ocorre em 17%. Essas contratações, geralmente, visam preencher funções específicas ou complementares, tais como assessoria técnica e contabilidade, diferentes da atividade-fim do empreendimento, das características do setor de atuação e das competências profissionais dos seus membros. Esta constatação se reflete na forma de contratação, sendo que apenas 4,5% (entre os 17% que contratam) afirmaram que o vínculo com estes trabalhadores é de contratação formal e 9,5% afirmaram ser como prestadores de serviço. A contratação temporária

geralmente se justifica, também, para setores de agricultura em época de colheita. Quase 43% dos empreendimentos têm sede própria.

Podemos concluir que, apesar de todas as dificuldades, a participação dos sócios tanto no que diz respeito à decisão do destino dos resultados e direção do empreendimento, quanto na participação igualitária dos resultados quando os têm. Desde o início com o investimento do capital dos sócios, passando pela forma de remuneração pelo trabalho e não pelo cargo, até o destino do excedente, voltado para o crescimento do empreendimento e o aumento do capital social, faz com que as relações de desigualdades internas sejam minimizadas.

Manter os postos de trabalho e ser fonte de subsistência é o principal desafio para todos os EES em um primeiro momento. Em um segundo momento, aumentar o número de sócios, ao invés de contratar empregados, é o principal objetivo.

O principal desafio dos empreendimentos é manter-se em funcionamento. E vê-se pelos resultados econômicos, pela dificuldade de remuneração, pelos investimentos, que aproximadamente metade de empreendimentos está em situação de pleno funcionamento e a outra metade em situação de dificuldade, sendo variável este espectro tanto para mais quanto para menos. Esta situação não é muito diferente da economia tradicional, com pequenas e médias empresas.

A prioridade do empreendimento é a sobrevivência e consolidação, antes de multiplicarem os benefícios ou de estendê-los a terceiros ou a novos associados. Porém, a inexistência de apropriação do trabalho alheio, *a priori*, suspende o ciclo de acumulação privada do capital. Este capital se torna capital social indivisível, gerado pelo coletivo de trabalhadores e é destinado ao consumo ou a investimentos por deliberação do mesmo coletivo.

- Segunda hipótese: Desigualdade entre trabalhadores da economia solidária de diferentes empreendimentos.

Devido ao fato de a economia solidária ser uma economia plural, tendo as mais variadas formas de organização, produtos e potencial de comercialização, esta forma de análise tem que ser feita com as devidas considerações. Por este motivo, para tentar equiparar um pouco mais os grupos, esta análise será feita também por forma de organização.

Como já vimos, a forma de medida da desigualdade econômica no Brasil é a aquisição de renda, não somente pelo trabalho, mas também pelos rendimentos. É preciso compreender que a Base de Dados do SIES não fornece um meio, assim como o PNAD ou as fontes do IBGE, para entendermos a renda e a distribuição de renda na economia solidária. Portanto, será feito aqui uma comparação com os dados e as



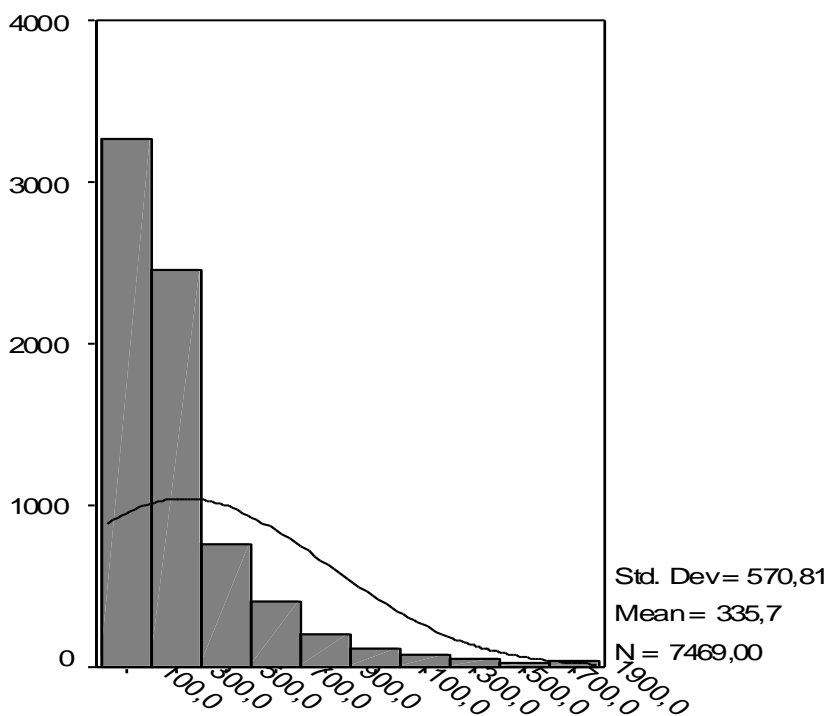
formas de extração possível para compararmos a renda entre os diferentes empreendimentos.

Porém, é preciso entender que a economia solidária não diminui a desigualdade econômica somente pela renda, como é mais comum na economia tradicional, mas como uma economia social permite a diminuição das desigualdades econômicas também através da condição de uma relação de troca, de permuta comunitária, no estabelecimento de redes de comércio justo.

O número dos empreendimentos que declarou o valor remunerado chegou a 50% dos casos. Nos outros se incluem aqueles em que a remuneração não faz parte do caráter do empreendimento (13%), aqueles que não estão conseguindo remunerar (18%), aqueles em que o produto ou serviço é destinado ao autoconsumo (6%). Somado a isto estão aqueles empreendimentos que afirmaram remunerar seus sócios, mas não declararam um valor e até mesmo aqueles que não responderam por não conseguir estipular um valor médio mensal. Os quase 10 mil EES, entretanto, dão uma boa amostragem do nível de desigualdade existente entre os empreendimentos, bem como o caráter econômico desses de uma forma geral. Destes, 44% dos empreendimentos remuneraram os sócios em até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo por mês, 36% de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo por mês, 16% recebem de 1 a 2 salários mínimos, 6% de 2 a 5 salários mínimos, 1,5% de 5 a 10 salários mínimos e 0,5% mais de 10 salários mínimos.

Abaixo, podemos ver graficamente a distribuição desta remuneração. De acordo com o mapeamento a remuneração média dos empreendimentos é de R\$394,74. A mediana é diferente da média e demonstra que a distribuição é assimétrica. A suspeita é confirmada pela longa variação à direita do centro da distribuição, ou seja, entre os empreendimentos com valores altos em comparação à média geral.

Gráfico 9 – Número de empreendimentos por faixa de remuneração



Fazendo uma análise simples, porém costumeira e bem elucidativa no estudo das desigualdades econômicas, podemos comparar a razão entre os 40% dos empreendimentos mais pobres com os 10% mais ricos. Como vimos na primeira seção, o Brasil é o país que apresenta o pior desempenho neste quesito entre todos os 180 países estudados pela OMC no mundo. Na economia solidária a razão entre a renda dos 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres é de 17 pontos<sup>10</sup>. O

<sup>10</sup> Para chegar a esse número de trabalhadores dos empreendimentos mais ricos, pegou-se os EES que tinham mais alta remuneração somando o número de sócios até chegar a 10% do total de sócios dos EES. Depois somou-se o número de trabalhadores dos EES mais pobres (partindo do EES mais pobres) até somar 40% do número total de sócios em relação ao número total de todos os EES mapeados. Depois dividi a renda dos 10% mais ricos pelos 40% mais pobres.

valor registrado pelo Brasil é 28 pontos. Sendo que quanto maior esta razão maior o grau de desigualdade.

Se a economia solidária fosse um país estaria entre os 10% com pior nível de desigualdade. Não chega a ser uma desigualdade tão extrema quanto a do Brasil, mas também não estaria longe. A economia solidária possui formas de organização que abrange todos os setores econômicos, da reciclagem à indústria, de profissionais liberais a artesões. A desigualdade se dá em decorrência daqueles empreendimentos que estão em um nível maior de empreendedorismo em comparação a setores em que está uma população em fragilidade social e que por isso mesmo encontram nesta forma de organização uma saída.

Neste caso, o melhor estabelecer uma divisão dos empreendimentos para ser ter uma idéia melhor de cada setor. Como critério optou-se por uma divisão de categorias conforme a forma de organização, seja para segmentar por grau de organização, seja para ver quais são aquelas formas de organização que tendem a ter mais igualdade entre elas.

É possível, a partir desta análise, vermos quais as formas de empreendimentos que são mais igualitárias em termos econômicos. No caso, levando-se em conta a remuneração, que se não é a única forma de benefício econômico (pois há a apropriação do capital, a qualificação profissional e outros benefícios não monetários diretamente) é pelo menos aquela em que podemos ver que as distorções dos ganhos não são tão desiguais quanto são na economia convencional. A remuneração média por forma de organização, entre aqueles empreendimentos que remuneram, distribui-se conforme o gráfico abaixo.

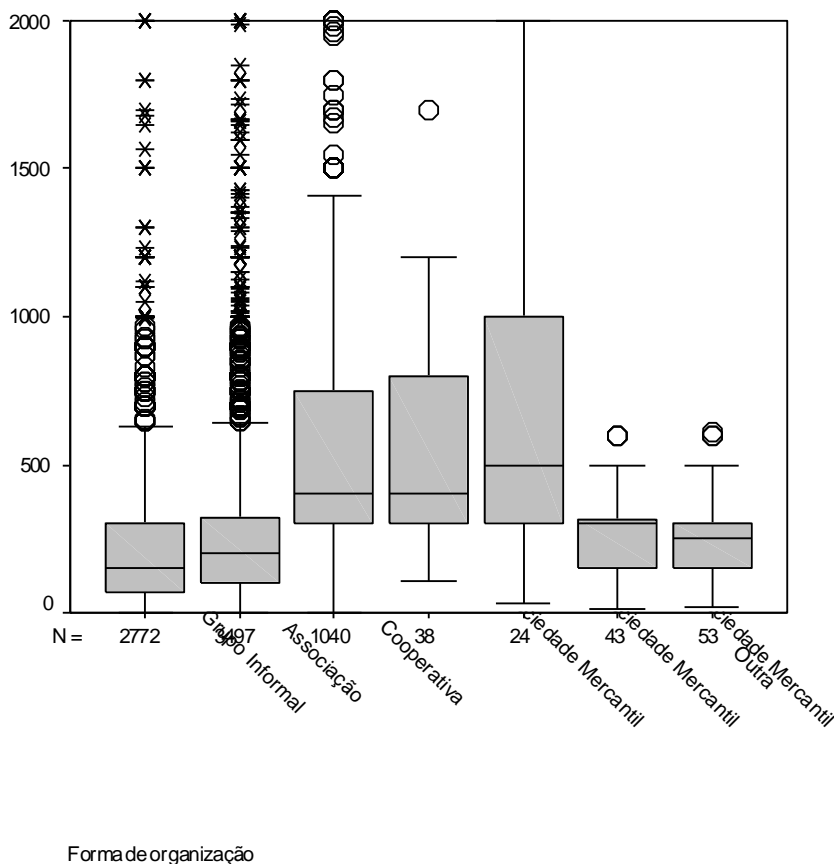
Tabela 3 – Remuneração por forma de organização

<b>Forma de organização</b>	<b>Remuneração (R\$)</b>
Grupo Informal	329,03
Associação	445,01
Cooperativa	910,00
Sociedade Mercantil	534,55

A partir destes primeiros resultados na tabela acima é possível verificar o valor de remuneração referente às diferentes formas de organização. Podemos ver que, pela média, os que melhor remuneram são as cooperativas. No que diz respeito à distribuição interna desta

remuneração entre os empreendimentos, esta se apresenta de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 10 – Distribuição da remuneração mensal entre os EES



O gráfico acima permite comparar cada grupo usando cinco indicadores simultâneos que formam cada caixa: a média da remuneração (representada pela linha dentro da caixa); o percentil dos 25% e 75% (representado pelos limites superior e inferior da própria caixa); os valores considerados fora dos 25 e 75%, mas ainda dentro do limite tolerável de desvio padrão (representado pelas linhas horizontais abaixo e acima das caixas); valores discrepantes representados pelos

círculos (o) e valores extremos representados por asterisco (\*). A posição da reta mediana dentro da caixa indica a distribuição de empreendimentos abaixo e acima desta mediana. Caso a linha esteja mais para baixo do meio da caixa, por exemplo, isso indica que a maior parte dos empreendimentos estão abaixo da metade da caixa.

Podemos ver que a forma de organização que possui maior igualdade entre eles é a sociedade mercantil<sup>11</sup>. A forma de organização em que há mais desigualdade entre os empreendimentos é, segundo esta análise, a dos grupos informais. Seria preciso um estudo específico para verificar, principalmente, os altos valores encontrados nesta forma de organização. Os baixos valores são previstos por estarem inseridos nesta forma de organização em que se encontram os empreendimentos em condições mais precárias e aqueles em fase implantação. A associação é outra forma de organização em que a desigualdade entre empreendimentos também é visível em alguns casos isolados.

Pudemos ver neste item a remuneração média dos sócios dos empreendimentos e verificar que: a) média da remuneração paga aos sócios dos EES é de R\$394,00 entre aqueles que remuneram. Sendo que o salário mínimo do período do mapeamento era de R\$350,00. b) A razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da economia solidária é de 17 pontos, sendo menor do que o valor brasileiro de 28 pontos, mas ainda ocupando um alto nível de desigualdade se comparado aos países do mundo; c) a distribuição de remuneração entre os empreendimentos encontra sua forma mais desigual entre os empreendimentos informais e menos desiguais entre as sociedades mercantis, merecendo destaque positivo as cooperativas, devido a seu grande número de empreendimentos.

Complementarmente, cruzados os resultados das perguntas “o que permitiram os resultados da atividade econômica do EES” com o “motivo principal da criação do empreendimento” é possível constatar que dos 5 mil empreendimentos que surgiram em razão do desemprego, 39% obteve lucro e 35% conseguiu pagar as despesas. Entre aqueles que afirmaram que o empreendimento foi criado como uma fonte complementar de renda, 42% afirmaram ter conseguido lucro e 30% pagar as despesas. Da mesma forma ocorreu com aqueles que propuseram criar o empreendimento para obter maiores ganhos em um empreendimento associativo.

---

<sup>11</sup> Que no gráfico estão divididas conforme o questionário, entre sociedade mercantil por cotas, em nome coletivo e de capital e indústria.

A procura de alternativas ao desemprego é largamente apontada como a motivação principal para a criação do empreendimento. No cômputo global das razões aludidas, percebe-se um equilíbrio entre essa premência de trabalho a busca de uma fonte complementar de renda e o desejo de desenvolver uma atividade onde todos sejam donos, seguidos ainda do desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades. Considerando-se que a socialização parcial ou plena do capital e dos meios de produção é um dado de realidade dos EES, ela afeta o seu modo de funcionamento no plano objetivo e subjetivo, mesmo que à raiz do empreendimento não tenha sido a finalidade primordial.

#### 4. SOCIOLOGIA ECONOMICA

Esta pesquisa até aqui teve uma visão direcionada à como ela poderia beneficiar a queda das desigualdades no Brasil. Por isso, avaliei o número da população atingida, a questão do trabalho entre outros dados. A abordagem no capítulo anterior fez-me ter uma visão geral deste movimento, historicamente, dentro do Brasil e a população beneficiada.

Mas muita coisa se perde com uma abordagem tão ampla, transformada em números e dados estatísticos, que não são suficientes para explicar toda sua totalidade. Até mesmo porque a economia solidária são várias economias solidárias, seja pelas formas de organização, seja pelas desigualdades internas, podendo participar desde uma grande cooperativa agropecuária, até uma pequena associação de catadores, moradores de uma vila de papaleiros, ex-moradores de rua. Por outro lado, via que abordagens mais micro, tomavam o caminho de um viés psicológico, que tentava explicar as benesses do trabalho para os trabalhadores, focando-se no “estudo de caso” de um empreendimento, o que também não serviria para dar toda a dimensão sociológica envolvida neste processo.

Baseado em conceitos da Nova Sociologia Econômica como o de redes sociais, enraizamento, racionalidade dos agentes, interesse, entre outros, pretendo, neste capítulo, confrontá-los com outros recorrentes na economia solidária, como reciprocidade e solidarismo. Pretendo, dentro desta perspectiva, avaliar a eficiência destes empreendimentos baseados em outra racionalidade que não somente a do lucro, mas que engloba muitas vezes todo contexto social dos agentes envolvidos.

Além disso, busco avaliar como se configuram estas redes sociais de produção, consumo, troca, crédito, moeda, atuação política, formação e comercialização dentro da economia solidária e sua lógica. E, a partir disto, como se dão as novas formas de construção e reconstrução da economia solidária, principalmente a partir do trabalho cooperativo e solidário, tendo como questão de fundo a diminuição da desigualdade socioeconômica dos envolvidos.

Sob a perspectiva do enraizamento e das redes, a hipótese levantada é a da diminuição das desigualdades através das relações estabelecidas pela imbricação entre o social e o econômico e a formação de redes de solidarismo, permitindo uma redistribuição interna entre empreendimentos através das relações entre os próprios agentes.

#### 4.1 SOCIOLOGIA ECONOMICA CLÁSSICA

A Sociologia Econômica apóia-se no enfoque de Weber e “estuda tanto o setor econômico na sociedade ("fenômenos econômicos") como a maneira pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade ("fenômenos economicamente condicionados") e o modo pelo qual o restante da sociedade os influencia ("fenômenos economicamente relevantes") (WEBER apud SWEDBERG, 2004).

Segundo Raud (2003), grandes sociólogos como Durkheim, Weber, Simmel ou Veblen tentaram demonstrar os pressupostos teóricos e metodológicos de como uma ciência social como a Economia reivindicava ser independente do meio social. Estes autores – e principalmente Weber – iniciaram o estudo sociológico do mercado em termos de construção social.

As ideias da Sociologia Econômica vêm desde os sociólogos clássicos, como Marx, Weber ou Durkheim. As atividades econômicas tiveram uma posição central nas obras destes autores clássicos da Sociologia. Pode-se destacar as grandes contribuições de sociólogos e de economistas do período clássico dessas disciplinas para as correntes atuais da Sociologia Econômica.

Karl Marx, é ainda uma referência, com sua crítica da “mercadorização” no regime capitalista de produção. Max Weber, em sua obra deu ênfase a elementos morais e irracionais na atividade econômica, além da relação entre as esferas econômica e religiosa, da formação histórica e do aspecto cultural das atividades socioeconômicas. Émile Durkheim analisou a importância das representações sociais nas atividades econômicas. Durkheim representa para a Sociologia Econômica em geral uma corrente tradicional de pensadores franceses que consideram a Economia como “falsa ciência”, com a Sociologia Econômica devendo ser a verdadeira ciência que trata dos fatos econômicos. Tal idéia permanece na obra de Pierre Bourdieu ao criticar a chamada economia dominante, embora Bourdieu (2004) proponha uma teoria sociológica geral para a abordagem do campo econômico.

Segundo Godbout (1998), Georg Simmel analisou a ambivalência das variadas esferas de competição e conflito (da família ao comércio), enquanto Schumpeter tinha a proposta de fazer da Sociologia Econômica a disciplina responsável pelo exame do arcabouço institucional influente nas atividades econômicas, além de sua abordagem do fenômeno do empreendedorismo, ainda hoje tomada como ponto de partida para reflexão.



A Sociologia Econômica engloba no seu campo de estudos as áreas de mercados (lucro, construção social de preços, esferas mercantis, concorrência, cooperação, relações entre produtores e consumidores etc.); produção (trabalho, capital, tecnologia e inovação, organizações e empresas); empreendedorismo; estratificação social (gênero, classes, elites, desigualdade, riqueza e pobreza); dinheiro ou moeda (usos sociais do dinheiro, valor monetário, efeitos da inflação etc.); crédito e finanças (microcrédito e crédito, bolsa de valores, bancos, corporações – sociedades anônimas, sistemas financeiros, produtos financeiros, dimensão social de crises econômicas). Além disso, também reúne estudos sobre profissões e ocupações, propriedade, papel do Estado, entre outros. Estas análises podem ser tanto sobre uma realidade atual quanto uma análise histórica.

Karl Polanyi (2000) é um dos principais autores da Sociologia Econômica. Em sua obra principal, *A Grande Transformação*, de 1944, Polanyi defende a tese de que com o advento do pensamento liberal, na Grã-Bretanha do século XIX (1830), a economia de mercado transforma-se, em um plano ideológico, em sistema de mercado auto-regulável, ou, segundo expressão do autor, “um moinho satânico que reduz trabalho, terra e dinheiro a mercadorias fictícias”. Assim, a emergência da idéia da auto-regulação se constituiu em inversão completa da tendência do desenvolvimento. Polanyi, ao término da obra, exalta a não consumação do mito do livre mercado segundo o pensamento liberal, além de afirmar que a autonomia do mercado conduz à destruição social.

Polanyi defende a ideia de “imersão” ou “enraizamento” (*embeddedness*) da economia na vida social, retomando a função inicial da economia, como regida e tendo como objetivo a vida em sociedade, antes de ser perdida pela análise neoclássica. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado” (POLANY, 2000, p.78).

Esse autor passou a estudar as ações econômicas a partir de sua origem – a vida social – buscando observar como a Economia se configurava como um fato e uma instituição social. Bourdieu (2004), outro importante autor da Sociologia Econômica, defendia que menos importante do que a maneira como se dava as relações econômicas era como as pessoas vivenciavam suas vidas na economia, ao enfrentar e ao mesmo tempo sofrer o impacto das condições econômicas.

Talvez a questão de enraizamento seja um dos principais conceitos da Nova Sociologia Econômica. Para Polanyi, a sociedade deve ser pensada e modelada de forma que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis e a economia seja uma instituição controlada pela sociedade e em função dela, e não o contrário, ou seja uma economia enraizada, limitada por regras institucionais que os conectam ao tecido moral da sociedade. Caso isso não ocorra, segundo o autor, uma sociedade pautada por uma economia de mercado se torna uma sociedade de mercado. O que vemos com a chamada “sociedade de consumo” traduz bem o que o autor escreveu em 1944.

Bourdieu diz que o enraizamento se dá pelo *habitus*. O autor baseia-se nos quatro conceitos-chave: *habitus*, campo, interesse e capital (social, cultural etc.). A análise do autor leva em consideração o fator de interesse e estratégia, contra uma visão que entende as relações de reciprocidade como livres de conflitos. Para Bourdieu, "interesse é 'estar em', participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos" (BOURDIEU, 1996, p.139). Mas há uma diferença: o interesse não seria apenas internalizado, poderia ser situado fora do indivíduo.

O autor trabalha com o conceito de campos, que são as diversas arenas em que se efetuam distintas atividades sociais e se travam lutas, embates por distinções hierárquicas e poder, com o campo econômico sendo a tradução perfeita de um campo de lutas, em que há, por exemplo, empresas dominantes e empresas dominadas. Bourdieu argumenta que a noção de campo rompe com a lógica abstrata da Economia (como ciência) da determinação automática, mecânica e instantânea dos preços sobre os mercados livres de uma concorrência sem constrangimentos.

Conforme Bourdieu, é essa estrutura social que controla as tendências imanentes aos mecanismos do campo e, ao mesmo tempo, a margem de liberdade para as estratégias dos agentes sociais. Assim, Bourdieu sintetiza a pressão estrutural do campo econômico com a frase já célebre: se não são os preços que fazem tudo, é o tudo o que faz os preços. Quanto às disposições dos agentes, devemos atentar para a noção de *habitus*, isto é, disposições incorporadas, condicionamentos sociais, com alguma margem de liberdade, “espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação” (BOURDIEU, 1996).

Segundo Raud (2007), Bourdieu busca evidenciar que o comportamento dos consumidores depende de uma variedade de fatores, como o capital econômico e cultural, a trajetória social, a situação

familiar/matrimonial e a localização da moradia, o que implica também a análise da dimensão coletiva dos agentes sociais (ao contrário do que propõe a visão econômica neoclássica de indivíduos atomizados), no caso em questão, uma família de consumidores à procura de uma casa, além de sua posição em dada estrutura social (quanto mais baixa a posição na hierarquia social, menor a preocupação com o aspecto simbólico da casa).

Bourdieu entende por capital a distribuição de poderes que determinam as posições relativas em determinado campo. O capital pode ser, por exemplo, econômico, cultural, político, social e simbólico, sendo este último, conforme ressalva de Bourdieu, em geral chamado de prestígio, reputação, fama, o que se aplica à fidelidade a uma determinada marca de produto ou empresa, em uma expressão de confiança ou de (re)conhecimento.

A teoria do campo de Bourdieu pode ser relacionada à noção de enraizamento dos sociólogos da NSE, como Granovetter, que trabalha com a concepção da ação econômica em redes de relações sociais. No caso de Bourdieu essas redes estariam contidas dentro do campo. Para Bourdieu, porém, tais abordagens ignoram os efeitos da estrutura, as relações de poder, além da ausência de noções rigorosas sobre, por exemplo, capital social. O que é avaliado nos campos difere, dependendo de como o jogo do campo é jogado, e que tipo de capital (e valores) do lado vencedor se impõe.

Bourdieu considera mercado como uma relação entre campos de produção e áreas de consumo. Assim campos autônomos, tais como os campos literário ou artístico, são parcialmente construídos em relação ao mercado, ou seja, em relação aos consumidores. Conforme o autor francês, capital social é o conjunto, o agregado de recursos existentes ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de ligações, de vínculos mais ou menos institucionalizados de conhecimento ou reconhecimento (BOURDIEU, 2004).

Segundo Bourdieu, o interesse não é único como analisam os economistas, isto é, o interesse econômico, pois cada campo (religioso, político, etc) tem seus interesses, no plural. Logo, em cada campo, os atores sociais praticam seu investimento o jogo daquele campo social. Swedberg considera que há vínculo entre a análise de autores clássicos como Weber e Simmel e a obra de Bourdieu em relação ao conceito de interesse. Swedberg, como Bourdieu, considera um reducionismo tomar a noção de interesse com base na definição de autointeresse econômico, tal como ocorreria em boa parte do pensamento econômico.

Mauss (1974) foi um autor clássico que desenvolveu o conceito de “interesse” e o seu oposto, através do “paradigma da dádiva”. Para Godbout (2005), baseando-se em Mauss, ele leva em conta termos e princípios éticos ao expor a ideia da dádiva concebida para garantir o bom andamento das relações econômicas, pois, para ele, o indivíduo moderno não é mais capaz de pensar o que circula na sociedade sem partir das noções de otimização, racionalidade e individualidade. “No contexto dessa ruptura do modelo comunitário, o que todos amamos espontaneamente no mercado é essa liberdade. É essa facilidade de sair de uma relação que não se aprecia, de ir procurar outra coisa” (p.3).

É inegável que o interesse existe e desempenha um papel importante, porém a partir dessa lógica tende a se fazer com que qualquer iniciativa para a maximização do lucro seja a única racionalidade. Por não tentar resolver a viabilidade, ou inviabilidade, econômica de um processo, mas por incutir-lhes mecanismos ideológicos e todo um processo de mudança social *a priori*, é que tendem a se manterem fracas as lógicas que partem de uma nova forma de ideologia, de uma nova forma de comunismo. E de acordo com Godbout este é o problema: “a socioeconomia esbarra no problema mais importante dos modelos sociológicos em relação ao paradigma dominante, o da liberdade em face do controle social” (p.6).

Para Mauss, era no nível das relações sociais que se podia ver a essência daquilo que pretendia a Sociologia, por serem as relações sociais reflexos tanto da estrutura quanto da ação do indivíduo e seu ponto de intersecção. Neste sentido, Mauss adotou a noção de símbolo nas relações sociais, estendendo-a para muito além do campo lingüístico, ao se radicalizar a concepção da natureza simbólica da relação social. De acordo com Camille Tarot em Allain Caillé (1998) “O símbolo maussiano não é a palavra ou o fonema, é a dádiva”. (p.9).

A partir da noção de simbolismo como forma estruturante das relações sociais, Mauss desenvolveu o paradigma da dádiva como o princípio destas relações. A dádiva é, segundo Caillé, como qualquer ação sem expectativa imediata ou certeza de retribuição, com objetivo de “criar, manter ou reproduzir a sociabilidade, comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade.” (p.14) A dádiva, ou dom, tem um sentido simbólico de iniciar uma relação e manter um vínculo, seja apenas de gratidão, seja de uma dívida silenciosa e não dita. A dádiva é ligação e, ao mesmo tempo, obrigação e liberdade.

A obra de Mauss ficou restrita, predominantemente, aos antropólogos, e muitos a rechaçaram por ser uma análise de uma sociedade arcaica ou “primitiva”. Apenas mais recentemente, a

recuperação de seu trabalho passou a ser considerada, como com Caillé. Recuperar Mauss e sua visão teórica da dádiva é passar a refletir o fundamento geral de uma sociabilidade repleta de significados. Para as teorias das Ciências Sociais (e não somente a Antropologia) o paradigma da dádiva representa uma nova forma de interpretar os fenômenos sociais que tem consequências nas teorias sociais contemporâneas de maneira geral.

A dádiva é um importante conceito para abordarmos a economia solidária sob a ótica da Sociologia Econômica. O *conceito* de dádiva pode ser considerado, primeiramente, apenas como uma explicação da interação social, ou seja, uma forma que descreve como se dão as relações sociais situando-se entre a concepção comunitarista de sociedade e a racional; nem mecânica, nem ao acaso a partir de uma “mão invisível”.

Esta noção recuperaria o propósito de aglutinador social que antes era papel da religião e perdido no mundo moderno, e proporia uma nova racionalidade. Esta visão foi considerada por alguns como utópica, e talvez aqui resida algumas contradições que possam ser, injustamente, atribuídas ao pensamento de Marcel Mauss: o de considerar que as relações sociais são, exclusivamente, dadivosas desprovidas de interesse. Como ressalta Caillé, Mauss insiste continuamente na imbricação entre utilitário e simbólico (MAUSS, 1974, p. 66). Esta é, portanto, uma das formas de abordagem da dádiva, proposta por Mauss: o dom, a cooperação entre iguais.

Caillé chega a elevar a dádiva ao status de *paradigma* das Ciências Sociais. Um paradigma que unificaria as Ciências Sociais como um todo, que permite olhar tanto para um lado quanto para o outro do meio do caminho. Se o *conceito* de dádiva está entre o comunitarismo do Estado, e o racionalismo (a liberdade do indivíduo), o *paradigma* da dádiva está entre a visão estrutural de sociedade (em que tudo é determinado pela estrutura e somos apenas reflexo dela) e a visão individualista (de que são as ações sociais que determinam as estruturas).

É uma visão tentadora, e Caillé defende que este é o único paradigma sociológico que se possa conceber e defender. A intenção de Caillé, ao retomar a idéia de Mauss, é apreender um ponto fundamental para a teoria social contemporânea que não esteja nem no holismo nem no individualismo metodológicos (ou de estrutura *versus* ação). Mesmo outros dilemas cruciais da Sociologia como “consenso *versus* conflito” e “culturalismo *versus* materialismo” poderiam estar contidos e serem explicados por este.

No caso do “consenso *versus* conflito” através das redes sociais, sejam de aliança ou de rivalidade; e no “culturalismo *versus* materialismo” na influência e no interesse, respectivamente, descritos no paradigma da dádiva e em seus desenvolvimentos – mais especificamente explorados por Bourdieu (2004). Essa é, portanto, a contribuição que Caillé atentamente busca em Mauss para o velho problema da conjugação entre ação e estrutura nas Ciências Sociais ou determinismo e liberdade na Filosofia.

As novas interpretações dos estudos sobre a dádiva e a reciprocidade se valem de diferentes perspectivas. Algumas atribuem maior importância ao caráter ético das relações humanas, contido na teoria da troca. Outras recorrem à idéia de que as relações econômicas das distintas sociedades estão inscritas nas relações sociais, ou seja, que as instituições e as culturas são estruturantes dos atos econômicos<sup>12</sup>. E Mauss propõe tanto uma doutrina normativa para uma vida em sociedade, em contraponto ao utilitarismo, quanto uma forma de análise da ação individual quando ela se torna social. Porém, estas relações de reciprocidade podem fundamentar a vida social, mas ela é, em contrapartida, também construída social e historicamente.

A lógica da dádiva aparece em contraponto à esta visão economicista. Ela é criticada por Bourdieu nas relações econômicas. Este elemento essencial da economia da dádiva (ou dom) poderia encobrir relações de poder, as quais seriam o motor da perpetuação de algumas formas de clientelismo, coronelismo e outros meios de dominação típicos de sociedades onde a lógica da reciprocidade permanece intensa. Uma das formas de abordagem da dádiva, proposta por Mauss porém é a da cooperação entre iguais. A “lógica da reciprocidade” e a chamada “economia da dádiva” permaneceriam ocultas na economia de mercado, porém aparecem se analisarmos os princípios da economia solidária.

Bourdieu (1996) introduz a ideia de estratégia. Para ele, na análise de ambos faltava salientar justamente o tempo entre o dar e o retribuir. Nesse tempo se instala uma relação de poder, no qual a pessoa presenteada permanece sob o poder do outro e a estratégia pode ser a retribuição ou não. Para o autor, não levando isto em conta se perde o que está realmente em jogo, que não é a relação, mas também o produto ou fim da troca. O autor retir do dom seu caráter fenomenológico e dando-lhe o caráter racional e estratégico. Os participantes ficam na

---

<sup>12</sup> Nesta concepção está a origem da Sociologia Econômica, principalmente americana.

esperança de que haja uma reciprocidade, sem poder explicitar a necessidade de que haja. Para ele o intervalo da dádiva, a incerteza, a estratégia dos atores sociais poderão encobrir relações de dominação, já que toda a troca envolve atos (supostamente) generosos, carisma e a sua retribuição.

Os grupos sociais atribuem diferentes valores simbólicos à dádiva (voltando ao princípio da teoria de Mauss) de acordo com construções já estruturais (como religião, relações de mercado, valores, desigualdade). E são estes valores simbólicos que Mauss também põe em reflexão. Sua teoria propõe um paradigma intermediário nas relações sociais (com quem e como se dão estes vínculos), colocando como determinantes geralmente às trocas, aplicados tanto às trocas simbólicas (como a amizade), mas também matérias (como de mercado).

## 4.2 NOVA SOCIOLOGIA ECONOMICA

Sob a influência destes autores clássicos, Sociologia Econômica ressurge com força principalmente ao final do século passado, especialmente a partir de 1970, com a publicação de diversas obras, sobretudo nos Estados Unidos, com destaque para as reflexões de Mark Granovetter (1974).

Esses autores passaram a desenvolver uma teoria que descartasse a teoria do *homo economicus*. Ou seja, que demonstrasse que o homem não é, em sua essência, um homem econômico, movido por uma razão econômica, mas “apenas atores econômicos concretos que possuem uma determinada idade, uma determinada inserção, pertencem a um gênero, e assim por diante” (SWEDBERG, 2004).

Porém segundo Swedberg, a Nova Sociologia Econômica tem uma diferença em relação à “velha” Sociologia Econômica: a NSE deveria focalizar as instituições econômicas chaves, em uma visão que parte das instituições econômicas para a sociedade. Ainda segundo esse autor, a Sociologia Econômica poderia ser definida como “a aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos”.

Desta forma, contemplaria os fatos sociais que de alguma maneira relacionam a vida social com as questões econômicas. Atribuir a análise de um fenômeno econômico estritamente a questões de análise quantitativa faz com que muito se perca nesta análise. Por outro lado, a simples análise sociológica de fatos relacionados a racionalidade e fatos de natureza econômica, explicados simplesmente de maneira empírica e teórica, fazem com que também não seja uma análise completa. Para o

autor, existe um sentimento cada vez maior de que a sociologia econômica e a economia comportamental têm muito em comum.

Para Steiner (2006), a Sociologia Econômica estuda os fatos econômicos, considerando-os como *fatos sociais*. Ela se dirige aos economistas e sociólogos aconselhando-os a estudar estes fatos levando em conta sua *dimensão de relação social* sem esquecer, no entanto, a dimensão de comportamento egoísta, questão central nessa problemática. Complementarmente, para criar outros ingredientes da análise sociológica da economia é preciso levar em consideração diversas espécies de variáveis independentes, como o conceito de tensão.

Para Mark Granovetter (2007), o modelo como o do enraizamento da economia em redes sociais espelha de forma mais realista a dinâmica de firmas e mercados capitalistas. Granovetter demonstra, portanto, ao contrário das preposições de Polanyi, que o conceito de enraizamento permanece bastante válido para o exame de relações econômicas em economias de mercado desenvolvidas. Exemplo disso, segundo o autor norte-americano, está na análise do obscurecimento de pequenas firmas por corporações gigantes, com a maioria das análises sendo dedicada a dimensões macropolíticas ou macroeconômicas, com pequena apreciação da proximidade das causas sociais estruturais.

Swedberg, como Bourdieu, considera um reducionismo tomar a noção de interesse com base na definição de autointeresse econômico, tal como ocorreria em boa parte do pensamento econômico. A preocupação principal do autor é com o que denomina de economia dos bens simbólicos em oposição à economia de trocas econômicas, característica de mercados de regime capitalista (em que a explicitação do preço é a principal, mas não a única, característica).

#### 4.3 NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta seção analisarei a economia solidária à luz de conceitos da Nova Sociologia Econômica. A análise de alguns destes conceitos (racionalidade, empreendedorismo, redes) na economia solidária já foram realizadas (GAIGER, 2007; FRANÇA FILHO, 2008), porém, quase em nenhum caso, foram associadas diretamente à teoria da Nova Sociologia Econômica. Outros conceitos, como *habitus*, enraizamento ou mercado não foram analisados tendo como objeto a economia



solidária como um todo, mas relacionados a algum grupo ou setor produtivo.

Na visão de Polanyi (2000), mercados não regulamentados ou regulados pelas próprias leis de mercado – e não por leis sociais, que é por quem e para quem são feitos – não podem ser mais do que uma forma patológica de organizar o preenchimento de funções adaptativas na sociedade e conduz para a anomia social.

O conceito de enraizamento é, portanto, dentro dessa lógica, o que define o mercado. A forma de enraizamento do social com o econômico na economia solidária não se dá através do mercado, que não é pautado pelo lucro, nem baseado no trabalho assalariado. O enraizamento se dá por conta de outras questões, relacionadas ao *habitus*, como disse Bourdieu. E esse *habitus* é uma cultura de uma relação igualitária e de cooperação entre os trabalhadores, outros empreendimentos e o consumidor.

Isto não significa dizer que é livre de interesse, mas que trata-se de outra racionalidade. A economia solidária ao menos baseia-se neste princípio, do próprio enraizamento do social com o econômico. Mesmo que perca seus critérios por excesso de solidarismo ou de economicismo.

Segundo Raud (2007), ao analisarmos a economia, quanto às disposições dos agentes, devemos atentar para a noção de *habitus*, isto é, disposições incorporadas, condicionamentos sociais, com alguma margem de liberdade, “espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação” (BOURDIEU *apud* Raud). O que ocorre é que pela concepção de economia solidária, como movimento e como política pública esta se dá diretamente através da dimensão política.

Segundo Setton (2002) – Durkheim foi o primeiro a desenvolver o conceito de *habitus*: um grupo realizando de maneira regular uma uniformidade intelectual e moral, onde tudo seria comum a todos. A educação, neste caso, é organizada de maneira a produzir um efeito profundo e duradouro, a se enraizar nos indivíduos<sup>13</sup>.

Este *habitus* não é algo consolidado, mas percebe-se o seu desenvolvimento e a incorporação deles por seus agentes, seja pelo próprio movimento, seja pelo capital social dentro do grupo. Os conceitos como “solidariedade”, “autogestão”, “outra economia”, “todos são donos”, são reforçados – mesmo que muitas vezes não tão assimilados, compreendidos ou praticados de fato. Mas é algo que está

---

<sup>13</sup> De forma ainda mais extrema, em uma situação de internato em casos como militares ou religiosos.

enraizado dentro da economia solidária e a acompanha. Cada um assimila e se compromete com esses valores, assim como no conceito de *habitus* original, de acordo com sua própria assimilação do contexto, e da instâncias de participação em que cada indivíduo está atuando. Isso é claro verificar ao vermos que alguns fóruns possuem disputas internas duras enquanto outras praticam a autogestão de maneira pacífica. Isso mostra o quanto cada um – e cada grupo – assimila cada princípio.

Segundo Bourdieu, o *habitus* “têm seu princípio na instituição escolar, investida da função de transmitir conscientemente e em certa medida inconscientemente ou, de modo mais preciso, de produzir indivíduos dotados do sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados), *o qual constitui sua cultura*, ou melhor, seu *habitus*. (BOURDIEU *apud* RAUD, 2007).

Assim também é na economia solidária. Os valores são passados constantemente através de processos de formação, por militantes, assessores e pesquisadores. Esses, muitas vezes, se apropriam mais destes valores do que os próprios empreendimentos. Nos empreendimentos ocorrem disputas internas entre lideranças. E externamente, entre empreendimentos, por espaços ou recursos.

Segundo Raud, o *habitus* é um instrumento conceitual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social. Não pode ser interpretado apenas como sinônimo de uma memória sedimentada e imutável; é também um sistema de disposição construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências. Pode ser visto como um estoque de disposições incorporadas, mas postas em prática a partir de estímulos conjunturais de um campo.

Na economia solidária não é diferente. Mais se assimila o que se vive do que o que se aprende por definição. Em muitos casos a formação é integral, assimilada de maneira natural e assim reproduzida dentro do grupo. Enquanto em outros grupos ocorrem disputas internas, não há o solidarismo real e mesmo que os conceitos sejam repetidos, ele o é de maneira desconexa, apenas como um ideal, ou nem isso.

Pode-se dizer que existe uma cultura da economia solidária. Não necessariamente é uma cultura de solidarismo, mas tem seu próprio campo, valores, interesses, regras e modos de agir e de se posicionar. É uma cultura, naturalmente, que tem pontos em comum com a de outros movimentos, advindas deste processo de formação, de militância, de práticas, como Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e outros setores de esquerda.

As estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação, como diz Bourdieu. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica. Este conceito, portanto, e seu pleno entedimento, estão intimamente relacionados com o conceito de campo, que será tratado ao se analisar a questão das redes sociais na economia solidária.

Segundo Raud, mesmo quando as práticas – ou ações – dão toda a aparência do desinteresse, porque escapam à lógica do interesse “econômico” (no sentido restrito) e porque se orientam para alvos não materiais e dificilmente quantificáveis, como nas sociedades “pré-capitalistas” ou na esfera cultural das sociedades capitalistas, as práticas não cessam de obedecer a uma lógica econômica.

o processo de diferenciação e de autonomização das esferas sociais acarreta uma “explosão da noção de interesse; há tantas formas de *libido*, tantos tipos de ‘interesse’, quanto há campos. Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura etc.)” (BOURDIEU, 1996, p. 149)

Swedberg (2003) lembra que Bourdieu critica a visão economicista por sua noção a-histórica de interesse e por generalizar a outras esferas sociais o interesse econômico. Segundo Bourdieu, todos os atores sociais buscam satisfazer seus interesses, mesmo que não econômicos. Com isso esse ator social de Bourdieu já foi acusado de interesseiro e não muito diferente no agente econômico tradicional. Seu agente segue de certa maneira a teoria da escolha racional, ao afirmar que quer “atingir com o menor custo os objetivos inscritos na lógica de um determinado campo”

A lógica de interesse no campo da economia solidária se analisarmos ele como um todo, é político. É a participação nas esferas de decisões políticas e de representação, seja nos fóruns municipais, disputando a representação nos fóruns regionais e por sua vez disputando representação nos fóruns estaduais e nacionais. Essa disputa envolve pessoas, mas também entidades. Ocorre a disputa na participação de projetos, seja na busca por recursos, atualmente

oferecidos em uma boa quantidade, seja na própria representatividade, como capital social, para “ser falado e lembrado”.

Isso varia de entidade para entidade, de pessoa para pessoa, de lugar para lugar (*habitus*), mas é algo que está é possível ver a existência. Concordo com Bourdieu que afirma que inclusive, atrás do desinteresse aparente da dádiva, escondem-se cálculo e interesse. “Os universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados” (1996, p. 152).

Nestes casos, de fato o interesse é outro – mas sem dúvida ele existe – e Bourdieu dá conta desta diferença ao colocar as outras formas de interesse o capital social e político, ou até mesmo o poder. A questão que Bourdieu diferencia é que nem tudo tem preço monetário. Mas como ele mesmo diz, o tempo e o investimento no trabalho espera-se que seja revertido em algum momento.

Mas acredito, também, que a verdadeira economia solidária se dá nos empreendimentos, no cotidiano, interno às suas células produtivas. Esses empreendimentos são os responsáveis e os maiores representantes, muitas vezes esquecidos por algumas entidades ou em alguns projetos.

Segundo França Filho (2008) a visão de Bourdieu caracteriza como se o próprio da ação humana fosse proceder sempre e exclusivamente segundo um cálculo utilitário de conseqüências, numa visão que enfatiza a dimensão estratégica dos comportamentos individuais. A perspectiva da economia solidária, porém, abre-se muito mais para uma visão complexa do humano. Este é pensado como antes de tudo um ser simbólico, dotado de valores, e cujo comportamento não pode ser entendido em termos de previsibilidade, mas, sobretudo, é marcado pela incerteza. Se a necessidade, impelindo por vezes os atores a condutas utilitárias, constitui um elemento não desprezível na análise dessa realidade. Mas ressalta que, por outro lado, tal fator não pode ser considerado o motor exclusivo quando se explicam condutas humanas, sobretudo em matéria de economia solidária.

As estratégias de atuação da economia solidária podem se dar analisando em dois níveis: i) vendo o setor como um todo e suas estratégias de fortalecimento como movimento. Dentro desta visão, pode-se ver a partir de um setor específico – como os catadores ou agricultores. E ii) e pode-se analisar como um empreendimento ou uma entidade atuam para conseguir espaço (capital político, social e financeiro) dentro do campo da economia solidária.

Certamente, na economia solidária, em concordância com a concepção da Sociologia Econômica, a racionalidade da ação é econômica, mas não é baseada em um *homo economicus*. Sendo assim, é preciso repensar a identidade deste indivíduo não econômico, não inserido apenas em uma sociedade de mercado, mas um sujeito integrado a determinado meio social. Como se dá, portanto, esta racionalidade a partir da NSE e como podemos ver a racionalidade da economia solidária é uma pergunta importante para a análise.

Para Weber (1991), se a primeira forma de racionalidade (baseada apenas na razão econômica) refere-se à aplicação rigorosa da lógica fria do cálculo de custo e benefício, já a segunda permite introduzir uma avaliação valorativa das consequências sociais da atividade econômica. Segundo Raud (2003), nesse sentido, a economia moderna é o arquétipo da atividade econômica formalmente racional, na medida em que é orientada para o lucro, que supõe o cálculo monetário, "meio formalmente mais racional de orientação da ação econômica" (p. 53). A outra racionalidade, em contrapartida, garante a possibilidade de se avaliar a atividade econômica sob outros pontos de vista, avaliando os *resultados* da atividade econômica em termos de repartição dos bens entre os diversos grupos sociais, em termos de hierarquia social, ou ainda em termos de outros critérios de valor. Para Weber essas duas formas de racionalidade não são concomitantes mesmo que possa ocorrer ocasionalmente uma coincidência.

Para Weber, são os interesses dos indivíduos e não as idéias econômicas os principais propulsores e racionalidade da sociedade. Porém, segundo Raud, tanto para Weber como para Durkheim, o ator econômico não se comporta como um autômato, que reage aos estímulos do mercado, mas de acordo com elementos subjetivos, que não são individuais, mas sociais, isto é, enraizados no longo prazo e veiculados pelas instituições. Nesse sentido, ainda não foi feito um exame minucioso da sociologia do conhecimento implícita nas teorias desses dois autores pioneiros a partir da noção de mentalidade econômica.

A racionalidade estritamente econômica, segundo França Filho e Laville (2004), é uma compreensão estreita e discriminatória da economia que domina o nosso senso comum, graças a três reducionismos introduzidos desde o séc. XIX pela economia neoclássica e seus axiomas utilitaristas: a) a redução de toda economia à economia de mercado; b) a redução de todo mercado ao mercado auto-regulado; c) a redução de toda empresa econômica à empresa capitalista.

Racionalidade, eficiência e empreendedorismo são conceitos que são relacionados à NSE e são trabalhados dentro da economia solidária (GAIGER, 2007; FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004). Decompor uma teoria em conceitos permite que possamos ver de forma mais detalhada e precisa cada dimensão analisada além de ter referências que não seriam encontradas ou, caso fossem, não tão bem empregadas. Estes três conceitos possuem uma considerável abordagem e estudo dentro da economia solidária e por serem relacionados serão apresentados na sequência.

Para Gaiger (2007), “a outra racionalidade da economia solidária” é vista como um sinal de atraso ou ineficiência e relegado a um papel secundário, por quem não é deste setor. Para os pobres, restaria uma espécie de economia de sobrevivência com funções sociais, de freio à marginalização, mais do que propriamente econômicas.

O autor defende que, historicamente, são vários os exemplos que provam o contrário, como setores informais da economia, economia familiar, agricultura familiar, colonial, de troca, de subsistência. Porém não possuem técnicas econômicas apreciáveis e sistematizadas, cabendo apenas uma análise subjetiva desta racionalidade (vinculadas a laços sociais). São outras lógicas de organização do trabalho, de criação de bens e de circulação da riqueza, ao lado da economia de mercado capitalista, configurando uma economia plural.

Essa relação orgânica entre a dimensão solidária, de autogestão e de cooperação no trabalho, e a dimensão empreendedora, de organização e gestão dos fatores produtivos com vistas à realização das metas dos empreendimentos, é o que constitui a sua *racionalidade* específica (GAIGER, 2003b).

Segundo Gaiger, o êxito dos empreendimentos fica então vinculado a fatores cujo efeito positivo decorre do caráter socialmente cooperativo por eles incorporado. Institui-se uma *comunidade de trabalho*, que passa a co-determinar a racionalidade econômica. Portanto, essa outra racionalidade não diminui a eficiência dos empreendimentos, porém, pelo contrário, são a única forma de eles manterem sua eficiência, uma vez tendo optado por esta forma de organização, como veremos na próxima seção.

A eficiência é viável e determinada a partir deste princípio, ou desta outra racionalidade. Sem essa expectativa, a economia solidária não faria sentido. Porém, muitas vezes, essa racionalidade é refletida mais internamente do que externamente aos empreendimentos, na economia solidária como um todo. Internamente, o empreendimento tem alguns agentes que mantêm esse *habitus*. Caso isso não ocorra, mais

cedo ou mais tarde a chance deste empreendimento deixar de existir é grande, uma vez que ele encontra-se fora deste campo de atuação. Com isso ele tem duas opções: vira um empreendimento comum – porque muitas vezes apenas uma pessoa assume o empreendimento – ou eles absorvem essa racionalidade e passam a buscar o sucesso do empreendimento.

Desta forma, as práticas correspondentes funcionariam como “nódulos de entrelaçamento” entre solidarismo e empreendedorismo, cerne da racionalidade em exame e que remetem diretamente ao conceito de enraizamento entre o econômico e o social e a proposta pela NSE.

Tais práticas, cujas conexões sustentam a tese de uma racionalidade peculiar dessas organizações, são-lhes estruturantes. São situações à primeira vista sem maiores consequências, como o predomínio das mulheres no quadro social, mas que estão assimiladas como *habitus* que determinam outra racionalidade e que condicionam outra economia.

O lugar onde mais se dá esta dádiva, esta solidariedade e esta cooperação na economia solidária é no próprio empreendimento entre seus associados. Apesar de todo o campo complexo dos agentes da economia solidária, a economia solidária de fato são os empreendimentos econômicos solidários.

Nas entidades de apoio as relações de trabalho são capitalistas, com relações hierárquicas fortes, sem autogestão, com a pressão de cumprirem-se metas, buscar-se recursos, em algumas até com uma relativa precarização do trabalho. Nas entidades governamentais por sua vez, como se sabe, as relações também são assalariadas, os interesses são além da economia solidária, que é um meio apenas, seja para o desenvolvimento, para o combate a desigualdade, por uma boa gestão, mas é apenas uma política pública dentre tantas, que muitas vezes passa pela economia solidária indiretamente, sendo recursos destinados a agricultura familiar, a reciclagem, ao artesanato diretamente.

Os mercados, apesar de serem de trocas mercantis, não são impessoais. A partir disto a troca tem também um sentido relacional. Com valores morais e institucionais. Bourdieu define o mercado como uma “construção social” (2005, p. 40): é o lugar de encontro entre a demanda e a oferta, ambas socialmente construídas. Cabe a pergunta: existe um mercado da economia solidária?

Não existe nenhum trabalho que trate sobre a economia solidária como mercado ou o mercado da economia solidária. Pelo contrário, as pesquisas que tem essas palavras como referencia tratam da inserção da

economia solidária no mercado. O que é uma análise correta, como vimos no capítulo sobre a economia solidária como outra forma social de produção.

A economia solidária tem se inserido no mercado tradicional através dos produtos ecológicos, com o valor agregado de preocupação com o ambiente, levando em conta o valor social da produção. Como se costuma dizer no meio “o consumo é um ato político”. E de fato é um filão a ser explorado. Empresas em suas campanhas publicitárias fazem isso com costume, com slogans como “o melhor para você”, “um toque de carinho”, “realizando seus sonhos”, querendo vender, além do produto, uma imagem de alguém que se preocupa com seu cliente, “desmaterializando” o produto e aproximando-se, como uma pessoa íntima, do consumidor. A economia solidária tenta vender um produto que tenha um valor agregado além do valor de uso, mas que parte deste princípio e não como uma questão de *marketing*.

Se, como diz Bourdieu o mercado é um construto social, um lugar de encontro entre a demanda e oferta, há um mercado da economia solidária. Esse mercado se dá nas feiras, nas finanças solidárias, nas cadeias produtivas etc.

O mercado da economia solidária é difuso, se relaciona com outros mercados, é setorizado, se relaciona mais com seus próprios meios (agricultura, artesanato, catadores etc). Porém em alguns momentos esse *habitus* passa a ser comum em todos, geralmente em espaços como estes.

A feira é uma maneira de levar a economia solidária até as pessoas, já que muitas vezes ao vender de forma isolada os grupos se confundem com a economia informal ou com o trabalho individual. Desta forma, leva-se não somente o trabalho, mas o conceito e o aspecto comum entre os empreendimentos das mais variadas atividades econômicas.

Para alguns são eventos como esse que mostram o que realmente é economia solidária, além de uma exposição teórica, uma propaganda ou o discurso pronto vinculado a um programa social. É no contato direto, segundo os empreendedores, que é possível mostrar e explicar ao público o que é economia solidária.

Com relação às finanças solidárias e moedas sociais, estas são iniciativas que reforçam o desenvolvimento local e incentivam o surgimento de experiências inovadoras com empreendimentos ligados, em uma perspectiva territorial (FRANÇA FILHO, 2008). A partir dessa ideia, propõem-se empreendimentos que possam formar uma cadeia produtiva, que desenvolva moedas locais para que o investimento fique



na própria comunidade. Desta forma desenvolve um mercado autossuficiente e de fato outra economia.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) são definidos, de acordo com França Filho, como “uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”. São estruturados a partir de dinâmicas associativas locais e se apóiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território.

O autor propõe a articulação de quatro eixos centrais no processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. Neste sentido, procura-se investir simultaneamente na capacidade de produção, de geração de serviços e de consumo territorial. Para tanto os BCD financiam e orientam a construção de empreendimentos sócio-produtivos e de prestação de serviços locais, bem como, o próprio consumo local. O objetivo desta forma é construir redes locais de economia solidária através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais. A construção de redes desse tipo é a expressão concreta de uma outra economia acontecendo nos territórios.

Segundo o autor, uma das condições indispensáveis a sua criação diz respeito a mobilização endógena do território. Em outras palavras, o início deve se dar a partir de um desejo intrínseco da comunidade ainda que exista uma motivação e processos de excitação por agentes externos.

De todo modo, alguns requisitos devem ser atendidos, tais como: capital financeiro para o fundo de crédito; recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco; organização comunitária (associação, fórum, conselho, etc) que possa assumir a gestão do banco; pessoas capacitadas para as funções de agente de crédito e gerente de crédito; e assessoramento para assimilação da tecnologia pela comunidade.

Em suma, quatro características resumem a especificidade dos bancos comunitários enquanto experiência de finanças solidárias, segundo a própria visão da rede brasileira de BCD: a) a coordenação do banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária; b) a utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; c) a concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e d) a criação de instrumentos alternativos de incentivo ao

consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local.

Os BCD tem vocação na sua prática a promover uma construção conjunta da oferta e da demanda. O mercado tem uma formação peculiar, pois segundo o autor:

Neste tipo de economia, a consideração sobre oferta e demanda como entidades abstratas perde sentido. Do mesmo modo que a competição também deixa de ter importância nesta lógica. Isto porque o objetivo da rede é a ruptura com a dicotomia habitual entre a produção e o consumo e o estímulo a livre associação entre produtores e consumidores (ou prestadores de serviços e usuários), permitindo a afirmação do conceito de *prosumidores*. Nesta economia de *prosumidores*, a regulação ocorre através de debates públicos concretos no espaço associativo, num exercício de democracia local em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços (ou seja, a criação de atividades sócio-econômicas) em função das demandas efetivas identificadas precedentemente por eles próprios (FRANÇA FILHO, 2008).

O desenvolvimento local vai além da proposta dos bancos comunitários, mas está integrada e porque não dizer, parte daí. Segundo França Filho “uma plataforma desse tipo supõe o horizonte de uma outra economia e de um outro modo de desenvolvimento em que princípios e valores de um mercado autorregulado não ocupam a centralidade nas relações de troca”. (FRANÇA FILHO, 2008)

Segundo o autor, a visão de inserção pelo econômico tradicional apoia-se num diagnóstico bastante específico sobre as razões do desemprego: trata-se de pensar que este é devido, fundamentalmente, a um problema de desqualificação da mão-de-obra ou força de trabalho. Essa perspectiva vai ao encontro da proposição desta saída, enquanto política pública, para a redução das desigualdades.

Nesse sentido, a inclusão produtiva através da economia solidária, ou de iniciativas de empreendimentos associativos, compreende uma questão de melhoria das condições de empregabilidade

da população para assumir os postos de trabalho supostamente disponíveis na chamada economia de mercado.

Segundo França Filho, tal visão revela-se muito congruente com a própria tradição mais antiga de tratamento do desemprego no país, quando as políticas de trabalho, praticamente, resumiam-se a uma questão de oferta de cursos de qualificação profissionalizantes em massa; contando, nesse caso, com forte apoio do chamado setor patronal, por meio do papel ativo das instituições do “sistema S” na oferta de tais cursos.

O discurso sobre as virtudes do empreendedorismo passa, assim, por uma valorização tão elevada que acaba por induzir a certa banalização dessa idéia. Em nome das qualidades da prática empreendedora (relativas à inovação, inventividade, flexibilidade, entre outros adjetivos), esquecem-se os riscos inerentes ao ato de empreender de forma privada.

Segundo o autor, a própria profissionalização deste setor deve ser adaptada às condições da população contemplada. Ao ensinar gestão é preciso levar em conta que muitos envolvidos não tiveram a educação básica. Apesar disso, porém, o sucesso dos empreendimentos solidários, não diferem daqueles da economia tradicional.

Na perspectiva de França Filho, o modo de realização da concepção sustentável da economia solidária passa pela idéia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local.

Uma rede de economia solidária significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos. Para o autor, são dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza: i) permitir a sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em particular; ii) fortalecer o potencial endógeno de um território na sua capacidade de promoção do seu próprio processo desenvolvimento.

Esses diferentes princípios históricos do comportamento econômico podem aparecer em diferentes formas de economia com o rearranjo de tais princípios. Esta é a noção de economia plural (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004) e corresponde à ideia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas e níveis variados de solidariedade e de formas de associação.

As cadeias produtivas por sua vez seriam, segundo o autor “redes transterritoriais” (FRANÇA FILHO, 2008).

As cadeias produtivas são o conjunto de etapas de todas as atividades desde a produção até o consumo de um bem ou serviço. Isso inclui um processo que parte das matérias primas, passa pelo uso de máquinas e equipamentos, pela incorporação de produtos intermediários até o produto final que é distribuído por uma vasta rede de comercialização. São esses elos que formam, de maneira geral, uma cadeia produtiva. O estudo destas cadeias permite o reconhecimento de oportunidades para o empreendimento dentro do mercado e de chances para que consiga vender seu produto ou serviço.

Quando consideramos as cadeias produtivas em economia de rede, partimos sempre do consumo final e produtivo, para então compreendermos as conexões e fluxos de matérias, informações e valores que circulam nas diversas etapas produtivas em seu processo de realimentação. A reorganização solidária das cadeias produtivas, sob a lógica da abundância, amplia os benefícios sociais dos empreendimentos em função da distribuição de riqueza que operam visando sustentar o consumo nas próprias redes (MANCE, 2002). Segundo o autor, os sistemas de rede na economia solidária nem sempre dão maior importância à análise e recomposição das cadeias produtivas.

Foi também o que eu pude comprovar através da análise dos dados do mapeamento. Inicialmente o projeto deste trabalho teve como objetivo mapear as cadeias produtivas dentro da economia solidária, porém, não houve possibilidade de análise neste sentido pelo instrumento de coleta de dados.

Em um segundo momento tentei identificar as redes locais, apenas no Rio Grande do Sul e não encontrei nenhuma rede de fato estruturada e ativa. Algumas de forma precária e temporária, outros no sentido de consumo e comercialização conjunta, mas nenhuma que possa ser reconhecida como rede instituída<sup>14</sup>.

Porém, existem algumas tentativas isoladas que podem integrar organizações solidárias de crédito, consumo, produção, comércio e serviços, que passaram a refletir sobre as melhores estratégias de expansão e consolidação dessas redes, chegando-se à percepção da necessidade de remontar solidariamente as cadeias produtivas. Essa

---

<sup>14</sup> Como ocorre, por exemplo, com a Justa Trama, uma rede que engloba desde produtores de algodão na Bahia, tecelãs em Minas Gerais e a confecção no Rio Grande do Sul, cada uma sendo um empreendimento diferente de economia solidária.

progressiva remontagem possibilitaria à economia solidária converter-se paulatinamente no modo de produção socialmente hegemônico e não apenas em uma esfera de atividade econômica complementar, destinada apenas a atender populações pobres ou marginalizadas pelos movimentos dos capitais.

Cabe aos diversos operadores solidários que atuam na cadeia produtiva darem preferência a fornecedores solidários, onde eles existam, substituindo insumos visando alcançar o objetivo da sustentabilidade ecológica e social.

As cadeias produtivas solidárias permitem aos empreendimentos o trabalho de cooperação em conjunto entre empreendimentos do mesmo setor produtivo. Além disso, são muito importantes para o desenvolvimento local, e sua potencialidade vem sendo reconhecida e trabalhada cada vez mais. As cadeias produtivas locais, como já dito tem sua existência voltada ao desenvolvimento e à rede local ou da região, entre atividades produtivas de características comuns, como por exemplo as cooperativas habitacionais. Estas cadeias envolvem ao longo do processo (da produção ao consumo) a formação de redes de cooperação, essenciais para a economia solidária.

Podem-se reconhecer cadeias produtivas locais ou regionais a partir dos seguintes aspectos: existência na região de atividades produtivas com características comuns; existência de infra-estrutura tecnológica significativa. Ou seja, centros de capacitação profissional, de pesquisa, etc. (ex. incubadoras). Além disso, é preciso haver a relação entre estes agentes produtores e os agentes institucionais locais, consolidando uma coesão positiva.

Além disso, ao formar cadeias produtivas através de redes de cooperação entre empreendimentos, estes agentes podem criar uma infra-estrutura produtiva específica, na medida em que incluem fornecedores de insumos específicos, serviços, componentes e máquinas em comum, induzindo à competitividade no mercado no sentido positivo. Ou seja, fortalecendo a economia solidária como um todo. Esta atuação se estende também aos canais de distribuição e consumidores.

Neste sentido, um importante aliado são as instituições que fornecem treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico aos empreendimentos participantes, como, por exemplo, as universidades, ONG's, incubadoras, institutos de pesquisa, escolas técnicas, etc. Entram também neste arranjo das cadeias produtivas o apoio de instituições governamentais, órgãos de fomento, entidades ligadas ao setor empresarial entre outras envolvidas com a coordenação

das ações de educação, inovação e tecnologia aos empreendimentos econômicos solidários.

Se por um lado das cadeias produtivas fazem parte órgãos e entidades que não os empreendimentos econômicos solidários, as redes de cooperação são os agrupamentos de empreendimentos que tem objetivo comum (seja na compra de insumo, seja na produção, na distribuição ou na comercialização), com entidade juridicamente constituída (geralmente cooperativas) que cooperam entre si e mantém a singularidade e o conjunto unidos. Estas ações conjuntas facilitam a solução de problemas viabilizando novas oportunidades.

Estas ações conjuntas geradas pela cooperação trazem mudanças na operacionalização destes empreendimentos, aumentando a competitividade e trazendo reflexos nas relações interorganizacionais e produzindo relações mais estreitas e vinculadas. Outra vantagem gerada pelas redes de cooperação são os canais de distribuição comuns. Os canais de distribuição representam as diferentes maneiras pelas quais o produto é colocado à disposição do consumidor.

Uma vez tendo abordado as cadeias produtivas, abordarei agora o conceito de redes e mais especificamente de redes solidárias. Se a economia solidária funda-se em uma formação baseada em rede (SINGER, 2003) por princípio, cabe fazer uma análise possível da integração das redes na economia solidária.

Porém, como colocado no item anterior, a análise social de redes a partir dos empreendimentos ficou complicada por não haverem i) perguntas que remetam a esta questão no mapeamento e ii) haver de fato poucas e isoladas redes de empreendimentos em funcionamento. A partir disto então passei a me focar mais na questão da relação das redes entre os agentes da economia solidária. Estes agentes são aqueles que formam o campo da economia solidária tais como: empreendimentos, apoiadores, financiadores e instancias de representação.

As formas de contatos para estabelecer-se uma rede social entre os empreendimentos podem ser de diversas formas. Entre elas estão: troca solidária, participantes do mesmo fórum ou das mesmas feiras, que possuem uma mesma forma de distribuição do produto, que fazem parte de uma cadeia produtiva ou até mesmo que estão ligados por terem a mesma entidade de apoio e por isso participarem de programas de capacitação em conjunto. As entidades de apoio são importantes para podermos fazer vínculos entre os empreendimentos.

De acordo com a abordagem estrutural, o mercado não se constitui de indivíduos isolados e anônimos, mas de redes interpessoais, ou seja, de pessoas que se conhecem diretamente ou indiretamente.

Segundo Swedberg “Foi nessa conjuntura que Mark Granoveter sugeriu que talvez se pudesse fundir as idéias de Karl Polanyi sobre “enraizamento” com a análise de redes.” Granovetter (1974) ao tratar sobre “enraizamento” argumenta que as atividades econômicas estavam não apenas assentadas em relações sociais, mas também em redes. “

Os princípios básicos da análise de redes sociais são a estrutura das relações sociais, a relação entre agente-estrutura, a configuração destas relações (resultantes) e a natureza da relação (se de corretagem ou de ligação) e se no âmbito da localidade ou da globalidade. Outro ponto central de análise das redes sociais é a influencia da centralidade. Avalia-se a partir desta perspectiva o poder e influencia dos agentes sociais.

No quesito globalidade e localidade avalia-se a importância do agente em ser local ou global e como isto pode repercutir na configuração da rede. A globalidade pode ser um fator positivo ou negativo, dependendo do caráter das ligações e do campo estudado. Além disso, quem tem localidade tem geralmente um maior controle sobre determinado grupo. Um exemplo muito ilustrativo desta influência são os chamados “currais eleitorais”.

Existem, basicamente, dois tipos de análise de redes: uma seria a análise de rede posicional, também conhecida como *blockmodeling* ou análise de blocos. Esta análise não leva em conta diretamente as relações estabelecidas entre dois ou mais agentes, mas a proximidade de seus hábitos ou ações, estabelecendo uma relação de distancia variável a partir de seus comportamentos. Esta perspectiva é mais analógica e não limita a relação entre existente/não-existente, mas de semelhança de comportamentos e nível de proximidade. Um exemplo desta forma de análise, aplicada a economia solidária seria analisar a proximidade dos empreendimentos a partir da participação nos mesmos conselhos, fóruns, tendo as mesmas entidades apoiadoras etc., mas sem ver se eles realmente têm uma ligação direta. Esta análise geralmente resulta numa análise de *clusters*.

A outra forma de análise de redes é a análise gráfico-teórica. Esta análise avalia as ligações diretas e as relações existentes de forma concreta entre os agentes. É possível, a partir dela, medir graus de separação, formação de *cliques*, relações diretas e indiretas, entre outros critérios mais aplicados. Esta forma de análise permite reconhecer facilmente os caminhos de uma cadeia produtiva e buscar eventuais atalhos para estas relações.

Uma das grandes vantagens da análise de redes é o fato de constituir uma ferramenta flexível por meio da qual se pode lidar com

um número considerável de fenômenos sociais. Dentro deste contexto, as redes sociais representam uma alternativa para problemas enfrentados pela teoria estrutural. A análise de redes proporciona legitimidade através de laços realmente existentes, relações concretas e não somente categorias.

Segundo Boltanski (2006), hoje estaríamos testemunhando a emergência de um novo tipo de capitalismo, o capitalismo de redes. Conforme seu raciocínio, os cientistas sociais e inclusive os sociólogos econômicos acabaram contribuindo para a ideologia desse projeto por meio da defesa ingênua das redes, da descentralização e da produção flexível – traços que, no entender dos autores, nada mais são do que um “novo espírito do capitalismo”.

Foi nessa conjuntura que Granoveter (2007) sugeriu que talvez se pudesse fundir as idéias de Polanyi, sobre “enraizamento”, com a análise de redes. Acolhendo essa sugestão, a tarefa da Sociologia Econômica seria descrever o modo pelo qual as ações econômicas são estruturadas por meio de redes. Em suma, as ações econômicas, nem mesmo na economia de mercado, acompanham os caminhos concisos e diretos da maximização, tal como reivindicam os economistas (SWEDBERG, 2004), mas acompanham muito mais os caminhos consideravelmente mais complexos das redes existentes.

A participação de mesmos atores é determinante para essas ligações. Segundo Minella (2008), existe uma longa tradição nas Ciências Sociais e especialmente na Sociologia no estudo da participação dos indivíduos em coletivos. Daí a importância dos estudos das redes sociais. Segundo o autor, Simmel foi o primeiro sociólogo a esboçar esta abordagem, através do que denominou de “círculos sociais”. Uma concepção comum presente nessa visão é a idéia que os atores vinculam-se por meio de suas participações associadas em eventos sociais. Esta concepção encaixa-se perfeitamente no campo da economia solidária, em que há grupos de atuação política que ganham força nas instâncias de disputa política. E como ressalta o autor, formando um cluster de atuação conjunta. São grupos que muitas vezes não tem atuação econômica conjunta, mas tem atuação política.

Segundo Lavallo *et. al* (2008), a análise de redes sociais assume como premissa a importância dos laços sociais como elementos que estruturam a vida social, imputando a eles diversas consequências em termos de possibilidades e restrições para a ação de indivíduos e atores coletivos. A unidade de análise utilizada são as relações estabelecidas entre pessoas e entre entidades, e não os indivíduos ou organizações em si e sequer seus atributos. O autor destaca que, a rigor, a análise de



redes sociais não constitui uma teoria, tampouco um conjunto de técnicas estatísticas complexas, mas uma estratégia analítica passível de utilização à luz de diferentes perspectivas conceituais e teóricas

Segundo Varanda (2007), a análise de redes sociais é um instrumento indutivo de investigação social e como tal só após análise permite quantificar e qualificar as relações entre os atores como fortes/fracas, formais/informais, cooperação/competição, centralizadas/descentralizadas, etc. Esta análise não tem o propósito de ser quantitativa, analisando matrizes rigorosas.

Lavalle analisou os atores de políticas públicas. Essa análise é muito apropriada como referencia para a análise do campo da economia solidária que me proponho a fazer, pois condiz muito com as disputas do meio. Segundo o autor:

Os rótulos normalmente utilizados para distinguir atores societários são objeto de disputa simbólica para atribuir sentido a seu agir, e, portanto, a assunção de uma determinada denominação por parte das entidades entrevistadas obedece a uma série de cálculos de auto-apresentação pública, destinados a posicioná-las em campos específicos do mundo das organizações civis perante interlocutores determinados. (LAVALLE, 2008, p.468)

Segundo Lavalle, cada tipo de associação corresponde uma estratégia de atuação distintiva e combinações excludentes de atividades orientadas para a reivindicação e mobilização, para o fornecimento de serviços, para a organização popular, ou para a intermediação entre o governo e os beneficiários.

Também, ainda segundo o autor, há consenso no que diz respeito a certas feições recorrentes na sua caracterização, a saber, discurso elaborado dentro de uma semântica de direitos e de ampliação substantiva da democracia, orientação temática, ação voltada à publicização de problemas e coordenação com outros atores mediante trabalho em rede. A compreensão dos beneficiários do trabalho dessas organizações em termos de público-alvo, a despeito de parcialmente controversa, aponta precisamente para essa unilateralidade.

Os agentes atuam, em alguns casos, com o simples propósito do desenvolvimento, em outros apenas como um espaço de trabalho como qualquer outro, em outros casos como um campo para a ascensão política. Isso ocorre também na economia solidária.

Segundo o autor, a condição central das organizações civis, a alta densidade dos seus vínculos internos, bem como os padrões de vínculos preferenciais encobrem significados diversos, dependendo do tipo de organização civil considerada. Por outras palavras, é possível ocupar posições similares na rede e apresentar feições relacionais semelhantes por motivos diferentes.

Os fóruns de economia solidária, por exemplo, são espaços independentes, formados por três pilares: governo, entidades apoiadoras e empreendimentos. Geralmente nas representações em fóruns nacionais, ou eventos nacionais as disputas são grandes pela representação. Nestes espaços são discutidas questões temáticas, geralmente referentes a projetos de captação de recursos, ações junto a prefeituras, feiras. São articuladas em grande maioria, pelas entidades de apoio. Geralmente uma entidade leva, havendo muitas vezes uma luta por qual seja, determinada geralmente pela que tem mais empreendimentos em seus projetos.

Pode-se dizer que são um dos espaços mais democráticos dentro da economia solidária tirando os próprios empreendimentos. Porém, há disputa de poder quanto maior é a instância do fórum e quanto mais visibilidade ele passa a ter. Quando determinado fórum passa a ter visibilidade, ele começa a receber a presença de um maior número de entidades e ali estabelece-se uma disputa pelo controle daquele espaço como um espaço de atuação política.

Segundo Lavallo são, fundamentalmente, instâncias de encontro, definição e orientação programática de entidades que partilham vocações temáticas e preocupações afins. Os resultados relacionais são plenamente condizentes com esse perfil, segundo o autor, os fóruns seriam de baixa centralidade geral quando observados atentamente dentro do conjunto total de atores analisados, não orientando sua atuação para a construção de vínculos, nem apresentando capacidade de intermediação.

De fato, o que é possível observar é que é uma ligação muito fraca, em que ao mínimo descontentamento por alguma parte tende a se fragmentar, ao contrário de uma central ou associação de empreendimentos. Além disso, pelo fato de não possuir uma sede nem uma institucionalização, nem uma representação fixa. Sua grande democracia é o que o torna forte, mas também o enfraquece.

Os fóruns absorvem pessoas da sociedade civil que trabalham com a temática sem necessariamente serem ligadas a alguma entidade apoiadora, mas também pesquisadores, militantes e interessados. Estes fóruns costumam sobrepor temas dependendo, como apontando pelo

próprio Lavalle. No caso dos fóruns de economia solidária, existem os fóruns de artesanato, de reciclagem, de alimentação e todos se unem para o fórum de economia solidária. Este por sua vez se divide em outros fóruns, de comercialização, de mulheres etc.

Os fóruns privilegiam fundamentalmente relações com entidades centrais de perfil temático, ou seja, com articuladoras e ONGs. De fato, eles se reúnem muitas vezes em torno de uma apoiadora e as instâncias governamentais vão até eles para verem as demandas. Essa é outra característica que ao mesmo tempo que fortalece a instância, muitas vezes a enfraquece, pois coloca os empreendimentos em uma posição periférica e não de protagonismo dentro da esfera de atuação.

Como diz Lavalle, fóruns abrigam inquietações e problemas das organizações civis, e brindam um espaço para elaboração de consensos ao seu respeito; entretanto, não constituem o canal para transmissão ou difusão de tais consensos, pois, uma vez adensados, eles são divulgados e, na medida do possível, implementados e/ou disputados na prática pelas organizações civis que participam do respectivo fórum. Suas funções afastam-nos de estratégias ativas na construção de relações, mas na medida em que são freqüentados em igual medida por organizações civis centrais e periféricas, representam uma instância de aproximação entre entidades desiguais em termos da sua capacidade de ação. Embora os fóruns pudessem ser pensados como ocupantes de uma posição similar à das articuladoras, uma vez que os dois tipos de atores trabalham para organizações civis, trata-se claramente de entidades com feições e funções distintas.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central deste estudo foi avaliar a economia solidária e o enraizamento dos seus aspectos sociais e econômicos, a partir de elementos da Nova Sociologia Econômica, com o objetivo da diminuição das desigualdades econômicas de seus agentes. Desta análise surgiram outras análises concomitantes, como as redes sociais e o campo da economia solidária, além da economia solidária como política pública. O cuidado foi sempre analisar a economia solidária sobre os dois vieses: primeiro o estrutural, como um setor da economia brasileira, canal de políticas públicas de inclusão produtiva e, conseqüentemente, combate às desigualdades. E segundo como uma forma de mercado e economia que reúne outros fatores de racionalidade, além do lucro, que possibilitam o desenvolvimento conjunto e da diminuição das desigualdades por esta relação econômico/social.

Primeiramente, vimos que o Brasil é um país calcado em desigualdades estruturais, que por sua construção histórica não se constituiu como uma sociedade homogênea, cuja característica principal foi a não incorporação de grandes segmentos da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político. Este processo reflete hoje em uma das condições de desigualdade mais graves do mundo. Apesar de o Brasil encontrar-se entre as maiores economias mundiais, permanece entre as quatro nações com pior distribuição de renda. O hiato entre os mais ricos e os mais pobres é um dos maiores do mundo: 1% dos mais ricos ganha mais que 50% dos mais pobres.

Ao contrário do que se acreditava há alguns anos, porém, viu-se que somente medidas que impulsionam o crescimento não bastam quando a distribuição estrutural de renda não permite que o crescimento reflita-se para todos. O crescimento da renda *per capita* não reflete e não corrige as desigualdades da distribuição igualitária de renda. Mas uma combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade, em princípio, são as medidas que aparentam produzir maior eficácia e velocidade ao processo de combate à pobreza no Brasil.

Viu-se também que o Brasil vem apresentando seguidamente, nos últimos anos, uma diminuição da desigualdade econômica. Esta queda se atribui a dois fatores principais: medidas assistenciais (Programa Fome-Zero e Bolsa-Família) e renda pelo trabalho (aumento do salário mínimo). Mais recentemente, porém, se constatou que a queda da desigualdade econômica estagnou-se em relação a diminuição que vinha

apresentando. Isto se explica pelo fato de que as duas principais causas da recente queda da desigualdade no Brasil nos últimos anos atingiram seus limites de alcance.

Foi defendido que a economia solidária neste cenário surge como uma das formas viáveis de continuação da queda da desigualdade, direcionadas aqueles mais necessitados. Se medidas assistenciais foram de caráter emergencial, a priori, investir no trabalho para trabalhadores é um próximo passo a ser dado. Se como vimos a renda pelo trabalho é aquela que estruturalmente melhor combate a desigualdade econômica, na economia solidária a igualdade se firma desde seu início.

Porém vê-se pelos resultados econômicos, pela dificuldade de remuneração, pela dificuldade no acesso à crédito para investimento, que grande parte dos empreendimentos ainda atravessa um período de consolidação. Mas a economia solidária não só tem grande potencial para a redução das desigualdades econômicas no Brasil, como está na reta daquelas que devem ser as medidas para um crescimento social ao longo dos próximos anos, que apontam para a diminuição das desigualdades econômicas através do trabalho.

Se a economia solidária não é suficiente para definir a sociedade igualitária à qual aspira e, tampouco, parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades da sociedade em geral, define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável para ser uma forma de permitir aos “beneficiários” da solidariedade de assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente. A economia solidária, portanto, é complementar à economia capitalista, ao dar meios daqueles não inseridos ou em uma condição desigual, de inserirem-se em uma economia pautada pelo trabalho, em condições mais igualitárias através dos princípios da solidariedade.

A economia solidária como uma economia social permite a diminuição das desigualdades econômicas também através da condição de uma relação de troca, de permuta comunitária, no estabelecimento de redes de comércio justo. Dentro da economia solidária, se formam redes para alocar recursos (unir pessoas, estender os laços sociais, integrar atores sociais), que acabam sendo excelentes meios para uma sociabilidade plena.

Esta discussão teórica sobre a articulação entre o econômico, o político, o social e o simbólico na vida das pessoas direcionou a pesquisa sobre o tema da reciprocidade, que permitiu uma aproximação de elementos conceituais da Sociologia, da Antropologia e da Economia. Por observar a complexidade das interações sociais que

constituem as sociedades, o conceito de redes é a perspectiva que melhor integra dádiva e reciprocidade como ato e como fato social.

A análise foi feita de diversas formas. Primeiramente a análise foi com base no mapeamento de economia solidária. A partir dele, pode-se ver o contexto geral da economia solidária no Brasil. O grande problema deste é determinar o que é ou não economia solidária. Muito se inclui e muito se deixa de fora, mas trabalha-se com o conceito de ideal tipo e assim como outros conceitos (camponês, agricultura familiar) tem-se um critério claro (mesmo que com alguma margem de erro) para determiná-lo. Mas o mapeamento está longe de ser um censo, consistindo apenas em uma ampla amostragem deste campo no país. Em um segundo momento avaliou-se através da observação participante, realizada ao longo de dois anos, o campo da economia solidária e a aplicação de alguns conceitos da Nova Sociologia Econômica. Não era o objetivo da pesquisa se deter nestes dados, mas trazer alguns aportes teóricos que auxiliassem na análise desse campo.

O que se pretendeu, contudo, com esta abordagem, foi chamar a atenção para o papel que exercem os recursos simbólicos e sociais disponíveis na economia solidária, na forma de relações reciprocidade, interconhecimento e proximidade, que podem servir para centralizar recursos econômicos quando estes são escassos. É com esta perspectiva que a diminuição das desigualdades pode ser pensada em conexão com a reciprocidade e a constituição de redes sociais.

É preciso, neste sentido, abandonar a dicotomia do econômico e do não-econômico que proíbe apreender a ciência das práticas “econômicas” como caso particular de uma ciência capaz de tratar todas as práticas, inclusive aquelas que se reivindicam desinteressadas ou gratuitas, portanto libertadas da “economia”. É preciso separar a ação do *homo economicus* orientada para a maximização do lucro material ou simbólico tentando assim esboçar traços de uma teoria sociológica geral, como propõe Caillé. É não pensar o econômico somente como um subconjunto da sociedade, mas, pelo contrário, conceitualizar a relação social como uma modalidade ampliada da relação econômica.

Em primeiro lugar, é necessário evitar a ideia de que tudo o que existe de natureza econômica é determinado pelas regras do capitalismo e com ele se confunde. Predomina a idéia de um sistema englobante que tende a integrar e homogeneizar todas as coisas e assim o faz. Nessa ótica, ações de outra natureza, quando podem ser convertidos em elementos funcionais ao sistema terminam por ele absorvidos, buscando-se sempre a maximização dos resultados e a teoria racional estritamente econômica. É preciso resgatar os laços sociais nas relações

de troca, buscando novamente o enraizamento do social com o econômico.

Essa totalização não dialética do sistema econômico de nossas sociedades, além de não perceber as contradições internas do capitalismo, desconhece por inteiro a pluralidade da vida e dos comportamentos econômicos existentes e fulmina todos os possíveis pontos de sustentação de qualquer teoria e de qualquer tentativa de transformação histórica. Autores clássicos como Karl Polanyi e, porque não dizer, Karl Marx, há muito criticaram esse tipo de maniqueísmo.

Para isso, porém, a economia solidária deve passar por vários desafios. Um dos desafios diz respeito à questão do marco legal ou marco regulatório das práticas de economia solidária. O fato de não haver uma legislação apropriada à realidade da economia solidária, tanto em termos de forma de organização, quanto de legislação trabalhista, obriga uma série de ajustes na construção das redes locais que acabam constringendo e restringindo o potencial de mudança de tais propostas.

Além disso, um outro desafio concerne à construção prática da economia solidária em termos de gestão das suas diferentes formas de manifestação. O obstáculo, nesse caso, diz respeito à necessidade de elaboração e desenvolvimento de ferramentas apropriadas à gestão, tanto das iniciativas em particular, quanto em redes de cadeias produtivas.

Tal lógica não se destina a produzir novos empresários dispostos a correr os riscos inerentes aos jogos da acumulação do capital, para crescerem e deixarem os outros para trás; seu objetivo é prover e reproduzir os meios de vida dos trabalhadores associados, algo de alcance improvável na ausência de um projeto comum, a partir do qual se exerce a criatividade, cultivam-se vínculos não-utilitários e realiza-se o aprendizado coletivo. Nesse contexto, o empreendedorismo diz respeito à liderança e à gestão econômicas capazes de produzir os resultados econômicos e as satisfações extra-econômicas intrínsecas aos empreendimentos.

As decisões coletivas conduzem a resultados mais eficientes, pois favorecem a supervisão e controle do trabalho pelos próprios trabalhadores; incentivos psicológicos derivados do ambiente de equipe e redução da conflitualidade social no interior da unidade econômica.

O ambiente de confiança em torno de um projeto comum acarreta estímulos adicionais decorrentes da distribuição equitativa dos benefícios logrados, motivações extras dadas pela satisfação de necessidades relacionais e de convivência e as pessoas integradas nas várias dimensões de suas vidas, assim mais ativas e cooperativas.



A partir desta iniciativa se torna possível construir um novo tipo de sociabilidade a partir de novas formas de relações econômico-produtivas. A solidariedade neste caso é o fator estruturante. A economia é definida culturalmente através do *habitus* daqueles que dela participam, se tornando enraizada através de uma hibridação de princípios econômicos diversos baseados no modo de vida destes agentes locais.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Florestan Fernandes e a idéia de revolução burguesa no pensamento marxista brasileiro**. 2004. Disponível em: [www.sbd.fflch.usp.br/florestan/index1.htm](http://www.sbd.fflch.usp.br/florestan/index1.htm). Acesso em: 18 Mar 2009.
- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Forense-Universitária. Rio de Janeiro, 1973.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Boitempo. São Paulo, 2002.
- ASSEBURG, Hans & GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a redução das desigualdades**. 2006 Disponível em: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br). Acesso em 3 de fev 2009.
- BARROS, Ricardo Paes. De; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. IPEA Rio de Janeiro, 2001.
- BOLTANSKI, L. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. Editora Ática. São Paulo, 2004.
- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.
- CARDOSO, Fernando H. & FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2004.
- CASTEL, Robert. A transformação da questão social. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo & BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. **A desigualdade e a questão social**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- DAHRENDORF, R. **Estratificação, classe na sociedade industrial**. Martins Fontes. São Paulo, 1977.
- FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** Estud. av., São Paulo, v. 1, n. 1, 1987. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141987000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141987000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 Dez 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRANÇA FILHO, Genauto. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. O&S - v.15 - n.45 - Abril/Junho - 2008

FRANÇA FILHO, Genauto & LAVILLE, Jean-Louis Economia solidária; uma abordagem internacional. **A economia solidária entre a Europa e a América Latina**; um exemplo de comparação. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GACITÚA-MARIÓ & WOOLCOK. **Exclusão e mobilidade no Brasil.** IPEA. Brasília, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio. **Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul.** In: SINGER, Paul & SOUZA, André (Orgs.). A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo. Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antônio. (Org.) **A outra economia.** Editora Veraz. Porto Alegre, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Eficiência sistêmica** In: CATTANI, Antônio. (Org.) A outra economia. Editora Veraz. Porto Alegre, 2003b.

\_\_\_\_\_. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH (Salvador), nº 39, 2003c.

\_\_\_\_\_. **A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas.** Cayapa – Revista Venezoelana de Economia Social (Mérida), v. 4, 2004.

\_\_\_\_\_. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, Dezembro 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Artmed. Porto Alegre, 2005

GODBOUT, J.T. **Introdução à Dádiva.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, nº38. São Paulo, 1998.

GRANOVETTER, Mark. **Getting a Job: A Study of Contacts and Careers.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções: Europa – 1789 – 1848.** 4ª edição. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sobre a recente queda de desigualdade no Brasil.** Nota técnica. Brasília: IPEA, 2007. Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em 28 abril 2009.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. **Atores periféricos na sociedade civil**: redes e centralidades de organizações em São Paulo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 68, out. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 21 Jan. 2011. doi: 10.1590/S0102-69092008000300006.

LECHAT, Noëlle. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. UNICAMP. Campinas, 2002.

MANCE, Euclides. Cadeias Produtivas Solidárias. IFIL, Curitiba, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**, v.2. São Paulo: Edusp, 1974.

MEDEIROS, Marcelo. **O que Faz os Ricos Ricos. O outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo, Hucitec / ANPOCS, 2005.

MINELLA, Ary Cesar. Representação de classe no empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006.

**Revista de Sociologia e Política**, América do Norte, 28, jul. 2008.

Disponível

em:

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/view/11694/8235>.

Acesso em: 16 Out. 2010.

MIZRUCHI, M. **Análise de redes sociais**: avanços recentes e controvérsias atuais. ERA. Jul/set 2006.

NERI, Marcelo. **Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda**: O Real do Lula. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2007. Disponível em: <<http://www3.fgv.br/ibrecps/RET3/index.htm>>. Acesso em: 30/10/2009.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo: Editora 34, 1998.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUADROS, Waldir. **O encolhimento da classe média brasileira**. Carta Social e do Trabalho. 5ª edição. Centro de Estudos Sindicais e do

- Trabalho. Unicamp, 2007. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/cesit>. Acesso em 26 maio 2009.
- RAUD, Cecile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber. Uma análise social das instituições na sociologia econômica clássica. **Cadernos de pesquisa**, n34, out, Florianópolis, UFSC, 2003.
- RAUD, Cécile. **Bourdieu e a nova sociologia econômica**. Tempo soc., São Paulo, v. 19, n. 2, nov. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702007000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000200008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 12 dez. 2010. doi: 10.1590/S0103-20702007000200008.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Martins Fontes. São Paulo, 2000.
- RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir & GUTIERREZ, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo, Cortez (Col. Questões da Nossa Época, 25)
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. In: Os Pensadores XXIV. São Paulo. Abril Cultural, 1973.
- SALM, Cláudio. Sobre a recente queda de desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Souza. In: HELLER, Agnes. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro. Ed. Contraponto, 1999.
- SCHARTZMAN, Simon & REIS, Elisa P. Pobreza e exclusão. In: Gacitúa-Marió e Woolcock (org.) **Exclusão e mobilidade no Brasil**. IPEA. Brasília, 2005.
- SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In **Revista Brasileira de Educação**. n. 20, agosto, 2002.
- SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André (Orgs.). **A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo. Contexto, 2000.
- SINGER, Paul & SOUZA, André (Orgs.). **A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo. Contexto, 2003.

SOARES, Serguei Suarez Dillon. **Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 1994 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Cadernos IPEA. Nº 1116, 2006.

STEINER, Phillipe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 2, nov. 2004 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702004000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200001&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 12 mai. 2010. doi: 10.1590/S0103-20702004000200001.

VARANDA, Marta Pedro. Acção colectiva entre pequenos empresários: uma análise de redes sociais. In: **Análise Social**, vol. XLII (182), 2007

VILA NOVA, Sebastião. **Desigualdade, classe e sociedade**. Introdução ao estudo sobre desigualdades econômicas. São Paulo: Ática. 1982.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: EdUnB, 1991.

WRIGHT, Erik Olin. Class counts. Comparative studies in class analysis. Cambridge University Press, 1997.

ZAMBAM, Neuro José. **A teoria da justiça de Rawls**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2004.